

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Jardel Gores

**LUGARES DE MEMÓRIA EM DISPUTA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE
PRAÇAS E PARQUES EM RIO DO SUL – SC / BRASIL**

Santa Cruz do Sul

2017

Jardel Gores

**LUGARES DE MEMÓRIA EM DISPUTA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS
PRAÇAS E PARQUES EM RIO DO SUL – SC / BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Olgário Paulo Vogt.

Santa Cruz do Sul

2017

Jardel Gores

**LUGARES DE MEMÓRIA EM DISPUTA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS
PRAÇAS E PARQUES EM RIO DO SUL – SC / BRASIL**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Prof. Dr. Olgário Paulo Vogt
Professor orientador – PPGDR/UNISC

Prof. Dra. Erica Karnopp
Professora examinadora – PPGDR/UNISC

Prof. Dr. Nivaldo Machado
Professor examinador – UFSC

Santa Cruz do Sul

2017

AGRADECIMENTOS

Como já dizia o cantor Raul Seixas, em seu *Prelúdio*, “Sonho que se sonha só / É só um sonho que se sonha só / Mas sonho que se sonha junto é realidade”...

Agradeço nesse momento a todos aqueles pensadores, poetas e músicos que fizeram e fazem parte da realização desse sonho, ou assim da conclusão do mestrado, pois em momentos difíceis foram eles que estiveram mais perto de mim, compreendendo-me e inspirando. Dessa forma, agradeço muito a Belchior, Chico, Caetano, Cartola, Nara, Ney, Di, Paulo, Nelson, Antônio, Jocaí, Emílio, Alceu, Maria, Gal, Gil, Rita, Tim, Jorge, Zé, Amelinha, Martinho, Paulinho, Luiz, Sá, Guarabira, Agepê, João, Ednardo, Fagner, Cátia, Pinduca, Elba, Aldo, Figueroas, Wanderley, entre tantos outros. Sem esses certamente não teria refletido sobre os posicionamentos e desejos nesse trabalho!

Agradeço, ainda, em especial e infinitamente, a toda minha família. Com muito carinho a minha mãe Ezonete Alves Gores e meus irmãos, Fábio e Mateus, que sempre me incentivaram e transmitiram força nos momentos mais confusos e contraditórios dessa etapa da vida, acreditando em minha capacidade. Destaco também nesses agradecimentos o meu pai, Dorvalino Gores que, por não acreditar ou não se interessar por muitas das minhas escolhas, tornou-me mais forte e persistente em meus ideais. Não posso deixar de agradecer a minha companheira Thiara Lindner, sem a qual o sonho de concluir o mestrado, fornecendo às nossas vidas maiores possibilidades e conhecimentos não seria tão real.

Também devo ainda agradecer os bons momentos compartilhados com os companheiros de estudo, cuja amizade, paciência e compreensão estiveram presentes ao longo do curso dessa dissertação: obrigado Bruna, Vanessa, Ana, Ismael. Obrigado à professora Erica Karnopp, que considero um exemplo profissional a ser seguido e cuja colaboração tornou meu sonho em ser mestre mais próximo, sempre me alertando com sábias palavras que “fácil é entrar, difícil é sair”!

Não posso deixar de agradecer imensamente àquele que com muita paciência e dedicação me guiou, o professor Olgário Paulo Vogt, já que é por seus conselhos e sua ajuda que estou chegando ao “final” dessa etapa. Deixo ainda os agradecimentos à Universidade de Santa Cruz do Sul pelo apoio financeiro fornecido através da Bolsa Institucional para Programas de Pós-Graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul que me foi concedida durante o ano de 2016.

O revolucionário verdadeiro é guiado por grandes sentimentos de amor. É impossível pensar num revolucionário autêntico sem esta qualidade.

CASTRO, Nils. Che y el Modo Contemporáneo de Amar, *Casa de las Américas*, n. 58, 1970.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o território dos lugares de memória, bem como a formação da memória coletiva, dinâmica essa que, permeando a sociedade ao longo da história, apresenta-se com destaque no espaço urbano. A partir desses espaços, urbanos e públicos, representados por Praças e Parques, buscamos constatar que, além da oferta de qualidade de vida, tais locais materializados representam constante disputa pela memória ou pelo esquecimento. Desta forma, o objetivo estabelecido ao longo desse trabalho consistiu em perceber e relacionar a importância que Praças e Parques possuem no espaço público, na forma que esses se envolvem com a disputa dos lugares de memória ao longo da história. Buscando responder ou exemplificar essa situação, focamos a atenção na história urbana do Brasil, apresentando as mudanças conceituais e práticas que Praças e Parques sofreram principalmente nos séculos XX e XXI. A partir do viés histórico, destacamos também ao município de Rio do Sul, localizado na região do Alto Vale do Itajaí, no Estado catarinense. Esse representa um importante polo de desenvolvimento para a região, ocupando lugar de destaque no cenário catarinense, referência para o desenvolvimento regional. Rio do Sul constituiu, ao longo de sua história, importantes lugares públicos, situação que norteia nossa questão empírica e reforça nosso objetivo geral. Tal questão é complementada pelos objetivos específicos, onde buscamos analisar o processo histórico das Praças e dos Parques e as formas e usos dos lugares públicos urbanos pela população. Analisar quais os aspectos da memória coletiva estão presentes para a população da cidade acerca dos espaços investigados é outro importante caminho, presente nos objetivos específicos. Justificou-se a pesquisa por estar direcionada aos lugares públicos, lugares de desenvolvimento local que contribuem na formação das cidades, como um campo de diversos significados e símbolos. Foram utilizadas, como técnicas de pesquisa, a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e a técnica de entrevistas. Essas últimas foram realizadas com pessoas que estiveram envolvidas diretamente no processo de construção dos espaços públicos apresentados a Praça do Trabalhador e o Parque Harry Hobus. Para a interpretação dos dados levantados com essa técnica foi utilizada a análise de conteúdo, tendo como ponto de partida o interior da fala, buscando a partir dela a especificidade histórica e totalizante que a produz. Desta maneira, foram analisados os diferentes processos de construção e representação que as Praças e Parques formaram no âmbito da memória coletiva por meio dos discursos, imagens, reportagens e entrevistas. Conclui-se que as Praças e os Parques representam – além de importantes espaços para o desenvolvimento das cidades – arenas onde a memória está constantemente em disputa, em formação e reformulação, envolvendo tanto a lembrança quanto o esquecimento.

Palavras-chave: Memória; Disputa; Lugares; Praças; Parques.

ABSTRACT

This research intends to analyze the territory of the places of memory, as well as the formation of collective memory that passes through societies over its history, highlighting urban spaces. By looking into public and urban spaces like squares and parks, we intend to verify that more than benefit life's quality, these places, when materialized, represent places of constant disputes for memory or forgetfulness. In that way, this work objectifies the realization and relation of the importance of squares and parks as public spaces by looking at the way that they are involved in a dispute for places of memory through history. Looking forward to answer or exemplify this situation, we focus our attention in Brazilian's urban history, showing the conceptual and practical changes that parks and squares had suffered over the mainly in the centuries XX e XXI. With a historical perspective, we also look to the Rio do Sul (South River) county, in the Alto Vale do Itajaí (Itajaí's High Valley) region in the Santa Catarina (Saint Catherine) state. This is an important development center in the region in a prominent place in the state's economy, being a reference in the regional development. Rio do Sul had constituted important public spaces over history and that's what guides our empirical perspective and serve as basis to our objectives. This issue is also in the complementary objectives that intend to analyze the historical processes of parks and squares and its architecture and functions of the public urban spaces to the population. By looking at which are the aspects of collective memory that are important to the citizens about the spaces that we analyzed is another important question to this research. This necessity is justified by the necessity to look to public spaces as regional development places that contribute to the formation of cities in a field full of symbols and meanings. As research techniques, we used a bibliographic review, documental research and interviews realized with people directly involved in the construction processes of the public spaces of the Praça do Trabalhador (Worker's Square) and the Harry Hobus's Park. To analyze the data we used techniques of content analysis, looking from the inside of the speech so then we can understand its historical and universal specificities. In this way, we analyzed the different processes of construction and representation of parks and squares in the collective memory by its discourses, images, reports and interviews. As a conclusion, we present that parks and squares are important spaces in the city's development, but are also important places of dispute for the memory, its formation and reformulation that includes the memory, but also the forgetfulness.

Keywords: Memory; Dispute; Places; Squares; Parks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01 – Território brasileiro, com destaque para o marco histórico do Tratado de Tordesilhas e o município catarinense de Laguna.....	43
Ilustração 02 – Estrada com principais estabelecimentos do distrito de Bella Alliança, 1917.....	55
Ilustração 03 – Traçado ferroviário da Estrada de Ferro Santa Catarina na região do Vale do Itajaí, 1909/1971.....	67
Ilustração 04 – Ponte ferroviária dos Arcos, sobre o rio Itajaí do Sul, no município de Rio do Sul, década de 1930.....	69
Ilustração 05 – Catedral São João Batista, um dos destaques da arquitetura urbana de Rio do Sul.....	71
Ilustração 06 – Localização do Alto Vale do Itajaí no Estado de Santa Catarina.....	75
Ilustração 07 – Praça do Trabalhador.....	84
Ilustração 08 – Praça e Busto Gino Alberto de Lotto.....	86
Ilustração 09 – Praça do Trabalhador.....	88
Ilustração 10 – Praça do Trabalhador.....	89
Ilustração 11 – Parque Harry Hobus.....	93
Ilustração 12 – Parque Harry Hobus.....	94
Ilustração 13 – Parque Harry Hobus.....	95
Ilustração 14 – Parque Harry Hobus.....	96
Ilustração 15 – Parque Harry Hobus.....	97
Ilustração 16 – Visão panorâmica do Elevado José Thomé, sobre o Parque Harry Hobus.....	98
Ilustração 17 – Elevado José Thomé com destaque para mosaicos na parte lateral, acima do Parque Harry Hobus.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Rendas estaduais e arrecadações no Município de Blumenau durante os anos de 1927-1929.....	58
Tabela 02 – População dos municípios do Alto Vale do Itajaí.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIRS	Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul
AMAVI	Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
BADESC	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.
BIPSS	Bolsa Institucional para Programas de Pós-Graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul
DEM	Partido Democratas
FEDAVI	Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PR	Partido Republicano
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTN	Partido Trabalhista Nacional
SC	Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNIDAVI	Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	PRAÇAS E PARQUES: LUGARES DE MEMÓRIA E MEMÓRIA COLETIVA	16
2.1	Lugares de memória.....	16
2.2	Memória coletiva.....	22
2.3	Praças e Parques no Brasil.....	27
2.4	O lugar da Praça no Brasil.....	28
2.5	O lugar do Parque no Brasil.....	34
3	RIO DO SUL, “CAPITAL” DO ALTO VALE DO ITAJAÍ.....	41
3.1	O povoamento do litoral de Santa Catarina.....	41
3.2	A colonização alemã no Vale do Itajaí.....	47
3.3	Rio do Sul como distrito de Blumenau.....	52
3.4	A emancipação de Rio do Sul.....	60
3.5	O desenvolvimento do espaço urbano em Rio do Sul.....	64
4	OS LUGARES DA PRAÇA E DO PARQUE EM RIO DO SUL – SC / BRASIL.....	79
4.1	Praça do Trabalhador.....	80
4.2	Parque Harry Hobus.....	92
4.3	A Praça do Trabalhador, o Parque Harry Hobus e a disputa pela memória coletiva dos lugares.....	108
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
	REFERÊNCIAS.....	114

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, nas últimas décadas do século XX, passou por um intenso processo de urbanização em que, segundo o IBGE (1960), aconteceu uma intensa e maciça migração das áreas rurais em direção às cidades. Diferentes fatores tentam explicar essa mudança – ou êxodo rural – que tem sua raiz nos anos de 1930. Nesse momento se estabeleceu no Brasil o processo de industrialização, seja como reflexo direto da Segunda Revolução Industrial ou como consequência da necessidade crescente de atender diferentes mercados internacionais. Nesse contexto, associado ainda a fatores como a mecanização do campo e a concentração fundiária – lógicas que se apresentaram no mesmo período –, a migração do campo para a cidade se tornou aceita e necessária a todo aquele que desejava prosperar.

A partir da década de 1950, em um mundo pós-Segunda Guerra Mundial, marcado por conflitos ideológicos em diferentes sociedades e partes do globo, as pessoas passaram a buscar novas realidades nas quais viver e sobreviver era uma necessidade. Os espaços urbanos começavam, assim, a atrair cada vez mais pessoas com expectativas de encontrar ali melhores meios de viver, diferentes opções de trabalho e áreas de lazer.

Vale lembrar que a valorização do espaço urbano, no que tange o caso brasileiro, aconteceu a partir do processo de industrialização, promovido principalmente pelos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Foi ainda em torno do primeiro cinquentenário do século passado que diferentes cidadãos brasileiros – e até de outras nacionalidades – foram atraídos para os espaços urbanos, possivelmente como um reflexo da propaganda do desenvolvimento industrial e seus "benefícios".

Dessa forma, as últimas décadas do século passado (1960/1970/1980) são marcantes porque consolidaram o grande crescimento urbano no Brasil, com destaque para a presença de mais da metade da população nos espaços urbanos. Segundo a Taxa de Urbanização das Regiões Brasileiras, dados do IBGE (2010) dos últimos 60 anos, a população rural aumentou cerca de 12% enquanto a urbana passou de 13 para 138 milhões de habitantes, um aumento de mais de 1.000% (GOBBI, 2014). Sabemos, entretanto, que esses dados são suscetíveis às suas análises, especialmente no que se refere às delimitações do que é considerado urbano ou rural. Apesar disso, consideramos que o século passado configurou o uso estratégico do espaço urbano, tornando-o atraente para inúmeros cidadãos.

Partindo das mudanças conjunturais ou de características que as cidades brasileiras adquiriram, determinados lugares públicos – abertos, livres e, muitas vezes, marcados por atrativos naturais – tornaram-se importantes e imprescindíveis para o conforto dos cidadãos e

para o melhoramento das cidades. As Praças e Parques representam, na história da urbanização brasileira, lugares públicos de destaque. Apesar de terem sofrido significativas mudanças conceituais e estruturais ao longo do tempo e da história, representam ainda lugares de desenvolvimento urbano, haja vista que o conceito de lazer é intrínseco à gênese desses lugares. Assim, conhecer e perceber a importância que esses possuem na sociedade atual é compreender o processo da urbanização acelerada do país, posto que com o fortalecimento das cidades as Praças e Parques assumiram a responsabilidade pelo bem estar social e público.

Contudo, essa dissertação busca, além de perceber e debater a importância que os lugares públicos conquistaram no solo urbano, compreender como eles se tornaram detentores de memória. Dito de outra maneira, buscamos nessa dissertação analisar em que medida a materialização dos lugares públicos, objetivados em Praças e Parques, expressam processos históricos de formação da memória coletiva. Pareceu-nos necessário, assim, analisar o processo histórico da construção desses, bem como as suas formas e usos pela população ao longo do tempo, refletindo sobre os aspectos e a formação da memória coletiva.

Desta forma, a “função” e os interesses que se pautaram sobre determinados lugares públicos, no transcorrer de diferentes governos e ao longo do tempo, fazem-se interessantes para percebermos como alguns se tornaram lugares vivos da memória ou lugares almejados e disputados – não diferente do que compreendemos ser o campo da memória coletiva.

O Parque Harry Hobus e a Praça do Trabalhador foram os selecionados na cidade de Rio do Sul, em Santa Catarina, pois, enquanto lugares públicos, suscitam ideologias diferentes, materializadas em períodos políticos distintos. Destacam-se no espaço urbano pelo fato de o Parque representar o único público do município rio-sulense; a Praça, por sua vez, homenageia diretamente os trabalhadores da região. Assim, evocam ideais específicos, destacando o interesse dos indivíduos que detiveram certo poder político. Por fazerem parte de Rio do Sul, principal município do Alto Vale do Itajaí – vistas questões populacionais e econômicas – adquirem referência para localidades vizinhas, representando o quão importante pode ser a construção de lugares públicos para a elite e com isso a formação da memória local e regional.

Rio do Sul, município que em 2017 completa 86 anos de emancipação política de Blumenau, elegeu ao longo de sua história importantes personalidades políticas que, inclusive, alcançaram destaque estadual, fato marcado na memória regional. Partindo desta afirmação, não é estranho perceber a importância estratégica de certos lugares públicos no cotidiano da cidade. Nesses os monumentos, os bustos e as estátuas fazem homenagens com a intenção de manter viva a história política – e muitas vezes elitizada – do município.

Buscando apresentar essa relação e o interesse que os lugares Praça e Parque conquistaram ao longo da história, representando diferentes ideologias, certos conceitos e metodologias foram acionados para compreender tais dinâmicas. Partindo da questão bibliográfica, em que Fábio Robba e Silvio Soares Macedo (2002) debatem o lugar Praça, e Silvio Soares Macedo e Francine Gramacho Sakata (2002) apresentam o histórico dos Parques, fundamentamos essa pesquisa em relação aos conceitos de lugares públicos.

A Praça corresponde a um lugar público e urbano, histórico e tradicional, associado normalmente a recreações urbanas, incrustado no seio da urbe e diferenciado do Parque. Esse representa um lugar mais recente em relação àquela. É geralmente verde ou ajardinado, nem sempre público, podendo representar ainda a revitalização das Praças. O Parque, cujo viés, até o século XX era bastante elitista, passou, a partir desse período, a representar lugares de acesso comum, necessários para o desenvolvimento urbano e a qualidade de vida, em um contexto de revitalização de diferentes centros urbanos.

No campo da reminiscência, destacamos Pierre Nora (1993), que apresentará a ideia de formação dos lugares de memória. Maurice Halbwachs (2004), juntamente com Michel Pollack (1989), ao destacar a memória coletiva, são os autores que melhor expressam nossos entendimentos sobre o complexo campo da formação da memória e sua constante disputa.

É de nossa compreensão que esses conceitos – lugares de memória e memória coletiva nos espaços públicos e urbanos – dialogam diretamente com a criação de Praças e Parques. Segundo Neto (2011), essa questão representa um nó de problema, tocando a teoria de Marx e apresentando nosso mote norteador. Assim, evidenciamos que o estudo e análise que pretendemos apresentar busca compreender os sentidos e os objetivos que estão “impregnados” na materialização das Praças e dos Parques.

Quanto a questão método e aos procedimentos técnicos elaborados, optamos por apresentar uma revisão bibliográfica, além de realizarmos as entrevistas e busca de material documental, destacando-se nesse último processo as análises de jornais, entre arquivos públicos e privados. Tal caminho buscou relacionar diferentes percepções sobre as edificações da Praça do Trabalhador e do Parque Harry Hobus.

Assim, estruturamos essa dissertação em cinco capítulos, buscando apresentar a formação dos lugares de memória, com uma análise da formação de Praças e Parques ao longo da história brasileira, bem como os embates ideológicos travados nesses espaços públicos. Depois dessa introdução, iniciamos o capítulo que aborda especificamente a questão dos lugares de memória, suas implicações e “conflitos”. Apresentamos os estudos de Pierre Nora (1993) durante o século XX sobre sociedade francesa, acrescentando a formação da

memória coletiva e as percepções cunhadas no mesmo período por Maurice Halbwachs (2004). Nos subitens desse capítulo apresentamos também um histórico das Praças e dos Parques no Brasil, buscando remontar tanto a importância quanto às transformações que esses lugares sofreram ao longo do tempo, redefinindo o espaço citadino e as questões sociais ali deflagradas.

No capítulo três, apresentamos um histórico sobre o povoamento do litoral de Santa Catarina, processo que depois se liga ao surgimento de diferentes colônias em áreas do interior do Estado. A partir da ocupação das áreas litorâneas e do interior catarinense, verifica-se, durante o século XVII e XVIII, intenso movimento de companhias colonizadoras pelo território catarinense que ainda passava por delimitações geográficas. O surgimento da colônia de Blumenau, em 1850, fala dos movimentos colonizadores e migratórios pelo Estado. Essa colônia adquire destaque em nossa pesquisa por estar diretamente ligada à história política do que hoje é compreendido como o município de Rio do Sul. No mesmo capítulo, além de apresentar a criação e a emancipação política de Rio do Sul, buscamos caracterizar o desenvolvimento alcançado pelo município ao longo de sua história, tornando-o um polo regional.

Rio do Sul, na condição de município desde 1931, depois de intenso desenvolvimento agrícola e do engajamento de lideranças políticas para sua autonomia política, tornou-se, ao longo do século passado, município referência para outros que lhe são limítrofes no Alto Vale do Itajaí. Esse fato pode ser confirmado pela referência regionalmente divulgada da cidade como a “capital do Alto Vale do Itajaí”, haja vista a prestação de serviços que Rio do Sul fornece para a região, destacando-se a saúde, a educação e o lazer, entre outros serviços.

Partindo ao capítulo quatro, apresentamos as questões empíricas, onde o histórico da Praça do Trabalhador e do Parque Harry Hobus são destacados por adquirirem e representarem, em Rio do Sul, momentos políticos e ideológicos distintos. Através de jornais da época que relatam o momento inaugural – além do próprio processo de construção –, somados às entrevistas e possíveis reflexões sobre essas, tais lugares públicos de Rio do Sul são apresentados. Tanto o lugar da Praça quanto o do Parque são ainda compreendidos e estudados a partir dos monumentos, bustos e imagens ali presentes, haja vista que diferentes construções remetem ao campo da memória presente nesses lugares públicos.

No capítulo final desta dissertação apresentamos novas possibilidades de compreender os lugares da memória e da formação da memória coletiva, em parceria com o espaço urbano. Consciente da complexidade de tais conceitos e dos meandros que podem apresentar tal caminho, buscamos focar atenção em dois lugares públicos, Praça e Parque, afirmando que os

mesmos, além de serem importantes para o desenvolvimento do lugar, representam um campo de disputa.

2 PRAÇAS E PARQUES, LUGARES DE MEMÓRIA E MEMÓRIA COLETIVA

Este capítulo está estruturado em dois eixos temáticos. O primeiro eixo centra a discussão em torno de duas categorias conceituais basilares para o enfoque dado no decorrer desta pesquisa. Estamos nos referindo aos “lugares de memória” e à “memória coletiva”. A expressão “lugares de memória” foi inicialmente problematizada pelo historiador francês Pierre Nora. Já para a discussão do conceito de “memória coletiva” e os usos que se fazem dessa memória, três autores principais serão revisitados: Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Jacques Le Goff. A predileção pelo diálogo com esses quatro teóricos não impede, obviamente, que ao longo do texto outros pensadores sejam referendados na perspectiva do enriquecimento do debate colocado.

Apesar da primeira parte do texto estar estruturado sobre esses dois conceitos, entendemos que os mesmos estão interligados em torno da disputa que se dá pela apropriação da memória nos lugares públicos urbanos como Praças e Parques enquanto eixos teóricos. Logo, não se tratam de duas categorias paradoxais, contraditórias, mas complementares.

O segundo eixo temático se pauta sobre os lugares públicos urbanos, mais especificamente sobre a constituição de Praças e Parques ao longo da formação e evolução da história urbana brasileira. Essa parte da pesquisa é elaborada a partir de uma revisão bibliográfica. Aqui os autores referenciais são os arquitetos e urbanistas Fábio Robba, Sílvio Soares Macedo e Francine Mariliz Gramacho Sakata. É no estudo de Praças e Parques públicos presentes nas cidades que buscamos compreender a formação da memória coletiva dos lugares e, em consequência, relacionar tal memória coletiva com disputas políticas.

O intuito é refletir sobre os significados sociais e políticos que os lugares públicos encerram por meio de seus nomes, placas e estruturas artísticas projetadas. Acreditamos que, embora aparentemente Praças e Parques sirvam apenas para embelezar a cidade e se transformar em lugares de diversão e de lazer, esses são dotados, igualmente, de um significado político marcante, isso porque constituem-se em territórios de preservação de uma suposta memória coletiva de um grupo.

2.1 Lugares de memória

Diferentes lugares urbanos, representações e patrimônios podem ser sinônimos para os lugares de memória. São lugares que envolvem vivências sociais, busca por identidade, reconhecimento e manipulações constantes. Tal dinâmica é verificada nos mais diferentes

momentos da história pois, na constante busca pelo conhecimento e reconhecimento – na busca pela “imortalidade” de seus feitos – o homem encontrou em determinados lugares a possibilidade de promulgação de uma posteridade.

Pierre Nora é um dos mais conhecidos e destacados historiadores contemporâneos da França. Sua numerosa obra inclui *Les Lieux de Mémoire* (1984), publicação coletiva composta de três tomos e um total de sete volumes com textos destinados a fornecer um inventário dos lugares e objetos nos quais se demonstra a memória nacional da França. *Os lugares de memória* é um vasto trabalho teórico e prático por ele dirigido, escrito ao longo de quase 10 anos com o apoio de historiadores, sociólogos, antropólogos e memorialistas franceses que se esforçaram para investigar os lugares simbólicos constitutivos de sua nação. Depois do empreendimento pioneiro de Pierre Nora, projetos de fôlego similares surgiram em outros países como a Itália, a Espanha, a Alemanha e Israel.

Atento às profundas transformações políticas, sociais e econômicas que impactavam as tradições francesas na década de 1970, Pierre Nora (1993) passou a dar especial atenção aos estudos sobre a memória. Constatou na França o desaparecimento de antigos costumes, de antigas tradições, de antigas paisagens, de antigos sítios, de antigas culinárias, de antigos tipos de sociedades, de antigos artesanatos que ainda restavam e da antiga classe operária sobre o qual o Partido Comunista da França se edificara. Reparou que havia todo um fenômeno de memória e de reapropriação de antigas tradições. Essas transformações vieram acompanhadas na França por “uma revalorização evidente do passado nacional” (BREFE, 1999, p. 23) gerando um aumento progressivo do culto ao patrimônio. Nesse sentido afirma que:

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna normalmente produz, não somente pelos meios técnicos de produção e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e respeito ao vestígio. À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história (NORA, 1993, p. 15).

É nesse contexto de marcantes mudanças de atitude em relação ao futuro e ao passado que desenvolve o conceito de “lugares de memória”, categoria conceitual que foi sendo elaborada e lapidada ao longo do tempo. Em seu clássico texto intitulado *Entre memória e história*, publicado na língua portuguesa, Pierre Nora (1993) trabalha a complexa relação que para ele existe entre memória e história. Nora (1993, p. 08) defende que memória e história estão longe de serem sinônimos, opondo-se uma a outra:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico.

Sendo memória e história duas coisas distintas, Nora (1993) defende que no mundo contemporâneo, pós-industrial, a história-memória típica do século XIX desaparecerá. A memória não mais existe, tendo sido transformada em história. Logo, a memória existente não seria outra coisa senão história: “Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história” (NORA, 1993, p. 14). A razão pela qual tanto se teria passado a falar de memória seria justamente pelo fato de ela não mais existir.

Na inexistência de uma memória espontânea e verdadeira, seria possível acessar a uma memória reconstruída. E reconstruída, obviamente, pela história. Assim:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

Ainda de acordo com esse historiador francês, que juntamente com Jacques Le Goff, Philippe Ariès e Michele Vovelle, lidera a terceira geração da Escola dos *Annales*,

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade (NORA, 1993, p. 12).

Conforme Nora (1993), os lugares de memória correspondem, simultaneamente e em graus diversos, aos três sentidos da palavra, quais sejam: material, simbólico e funcional. Material, pelo conteúdo, o apoio para os sentidos; funcional, porque transporta e transmite memórias; e simbólico porque caracteriza, representa, expressa um acontecimento, uma experiência. Dessa forma, um lugar com características aparentemente apenas materiais, como é o caso de um arquivo, só seria um “lugar de memória” caso a imaginação o investisse de

uma aura simbólica. Já um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entraria na categoria “lugares de memória” se fosse objeto de um ritual. Já um minuto de silêncio, que teria a aparência de uma significação simbólica, seria ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serviria, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança.

A grande “onda memorial” que foi detectada na França na década de 1980 por Nora não foi algo particular e circunscrito a esse país europeu. A valorização da memória, da história e do patrimônio histórico cultural é, na realidade, um fenômeno de caráter ocidental indiscutível. No último quartel do século XX nos Estados Unidos e em países da Europa passou-se a comemorar datas nacionais – como, por exemplo, a da Queda da Bastilha na França –, memoriais passaram a ser construídos –, entre outros para relembrar o Holocausto judeu, na Alemanha. Esses, indiscutivelmente, são dotados de um caráter pedagógico de indução de comportamento, além de visar ao efeito moral da correção e da reparação. Velhos centros urbanos foram restaurados e documentários históricos foram produzidos em grande profusão. Nos países do Leste da Europa, questões relacionadas à memória e ao esquecimento dela ocupam posições centrais (VOGT, 2008). O mundo, conforme afirma Huyssen (2000), passou a ser literalmente “musealizado”.

Ao mesmo tempo, no meio acadêmico brasileiro, passou a haver uma profícua produção historiográfica sobre o centenário da abolição da escravidão, o da Proclamação da República, os quinhentos anos do descobrimento da América e do Brasil. Fora do meio acadêmico, pipocaram em todos os lugares estudos de genealogia de famílias, encontros e festas de sobrenome passaram a ser realizadas cada vez em maior profusão. François Hartog (1997) afirma que as comemorações passam a definir um novo calendário da vida pública, impondo seu ritmo e suas datas.

Essa verdadeira obsessão pelo passado fez com que fosse criado um grande e interessante mercado da memória. A indústria da memória, ao que nos parece, é uma decorrência da globalização, da revolução tecnológica, da mídia de massa, dos novos padrões de consumo e da mobilidade que transformaram a temporalidade da vida. A aceleração contemporânea do tempo e da própria história banaliza a invenção, faz suceder alucinantemente os engenhos e dá aos homens a sensação de que o presente lhes foge, desorientando os espíritos e alterando a percepção histórica (SANTOS, 1997). Ao mesmo tempo, o meio técnico científico-informacional aproxima os lugares, fazendo com que os espaços e os indivíduos, em graus diversos, estejam integrados no sistema-mundo.

Para se opor ao efeito devastador e desintegrador da aceleração da história, segurar traços e vestígios do passado passou a ser uma necessidade vital (RIBEIRO, 2004). A preservação da memória coletiva é elemento indispensável para a coesão e a identificação de um grupo. Por isso, como nunca antes na trajetória da humanidade, esse parece ser também um período em que tradições passam a ser inventadas (HOBSBAWM; RANGER, 1984). São inventadas porque, obviamente, não mais existem.

A noção de “lugares de memória” exposta inicialmente por Pierre Nora (1993) transformou-se em um estrondoso sucesso e culminou abrindo novas perspectivas de análise “ganhando uma espécie de vida própria, tornado-se até mesmo verbete de dicionário e, muitas vezes, sendo utilizada de maneira um pouco distorcida” (BREFE, 1999, p. 29). A recepção do conceito foi atravessada por apropriações diversas, críticas e controvérsias, terminando por escapar do controle do seu autor, extrapolando, inclusive, ao campo acadêmico (GONÇALVES, 2012) pois “Não só na academia fala-se em ‘lugar de memória’, mas também nos meios político e social” (LIMA, 2010). Essa banalização – ou interpretação empobrecida – que o conceito de “lugares de memória” adquiriu está em choque, mesmo em conflito com aquilo que seu formulador pensava.

Um lugar de memória, para mim, não poderia nunca ser reduzido a um objeto material, mas sim, ao contrário. A noção é feita para liberar a significação simbólica, memorial – portanto, abstrata – dos objetos que podem ser materiais, mas na maior parte das vezes não o são. Na verdade, existem somente *lugares de memória* imateriais, senão seria suficiente que falássemos de memoriais (BREFE, 1999, p. 30).

Pierre Nora (1993) defende ainda que a noção de “lugares de memória” não é exportável e que o conceito trabalhado nos três tomos de *Les Lieux de Mémoire* são válidos somente para a França. “A expressão *lieux de mémoire* é completamente intraduzível na maior parte das línguas, isso porque ela não pode ser investida das mesmas significações históricas, afetiva e emotiva como ela é na França” (BREFE, 1999, p. 30).

Os objetos de estudo inicialmente contemplados por Nora ganharam novos usos e se cruzaram com outras categorias conceituais. Assim, a noção de lugares de memória tornou-se um rico instrumental de trabalho para os historiadores empenhados em pesquisar essa complexa relação entre memória e história no âmbito internacional, nacional, regional e local. Tudo isso se deu ainda que a revelia do seu criador (BREFE, 1999).

Em decorrência disso, o conceito de “lugares de memória” tornou-se extremamente abrangente e de múltiplas implicações. Como as categorias conceituais não são estáticas e fechadas em si mesmas, passamos a adotar, nessa dissertação de mestrado, o conceito de

forma muito semelhante à de tantos outros estudos brasileiros. Assim, a compreensão que aqui temos a respeito de “lugares de memória” diz respeito a um lugar – que não necessariamente é um espaço geográfico – que serve de referência e de identificação para determinadas pessoas ou grupos. Trata-se, no dizer de Lima (2010, p 11), de um lugar “que carrega muitas simbologias que podem evocar e parar o tempo, bloquear o esquecimento, fixar, imortalizar, materializar o imaterial”.

No que diz respeito ao objeto desta dissertação – Praças e Parques enquanto lugares públicos –, dificilmente vamos encontrar nomes, monumentos e placas comemorativas homenageando mulheres, indígenas, negros e caboclos. A não ser como resultado de embates políticos ocasionais, não há interesse em destacar tais grupos em lugares que reforçam identidades ou que rememoram questões polêmicas relacionadas.

Assim, compreender os lugares de memória é compreender também as Praças e Parques públicos, bem como as representações contidas nestes espaços, onde é possível medir nosso grau de cidadania e de representatividade coletiva. Os monumentos contidos nesses lugares públicos de alguma maneira nos fazem evocar ou criar imagens sobre o passado, pois:

Os monumentos da cidade enaltecem os empreendedores, que possuem rostos, corpos inteiros e figuras altivas vestidas dignamente, dinâmicas, encenando a sua disposição, honestidade e altivez, representadas em matéria prima nobre, normalmente em bronze. Os trabalhadores, por sua vez, desfigurados, enaltecem sua força de trabalho e sua produção. [...] No nosso país, onde o analfabetismo começou a ser minoria há poucos anos, não é estranho que a cultura tenha sido predominantemente visual (COSTA, 2003, p. 70).

É neste ínterim que podemos encontrar a intenção de manipulação social e a formação dos lugares de memória que constantemente emanam dos espaços urbanos e públicos. Territorializa-se o comum e o cotidiano, fazendo-nos compreender o quão desejável e imprescindível é o poder sobre determinados lugares para diferentes agentes, grupos ou personalidades.

Como nos lembra Frota (2010), os indivíduos por meio de suas relações com o meio e com a cidade exprimem em todos os seus equipamentos e lugares os seus anseios e necessidades, fazendo valer a importância dos mais diferentes lugares públicos. Assim a Praça, não diferente do Parque, são lugares planejados no espaço urbano contemporâneo, não apenas para o passeio, diversão e lazer, ou como um lugar sinônimo de trabalho para diferentes cidadãos, mas pensada e planejada como um lugar de memória e importante representação social.

Certamente os lugares de memória merecem nossa atenção, pois esses não nascem sem intencionalidade, mas representam claramente ideais de indivíduos e grupos com poder de manipulação. Esses buscam uniformizar a memória, quando não criá-la em seu próprio benefício.

2.2 Memória coletiva

O campo da memória coletiva, firmado e fomentado nos lugares de memória, é outro conceito que merece especial atenção. Encontra-se no debate da memória coletiva a possibilidade real de compreender a intenção de diferentes ações e atitudes, no caminho da história e nos lugares de memória. Destacamos que o campo da memória é rico e diverso, podendo e devendo ser compreendido e analisado sobre diferentes facetas, especialmente em uma sociedade onde as cidades tornaram-se palcos constantes de embates e necessidades entre os mais diferentes cidadãos.

Maurice Halbwachs (2004) é a grande referência da qual derivam as reflexões contemporâneas sobre memória coletiva. Este sociólogo francês da escola durkheimiana, e opositor do regime de ultra direita do nacional socialismo alemão, foi detido pela Gestapo, durante a Segunda Guerra Mundial quando da ocupação da França pelo exército alemão. Deportado para Buchenwald, um campo de concentração nazista, foi executado em 1945. Escreveu seus principais trabalhos entre as décadas de 1920 e 1940. Sua obra seminal, *A memória coletiva*, foi publicada pela primeira vez em 1950. Trata-se, portanto, de uma obra póstuma que, algumas décadas depois, passou a ter um reconhecimento inesperado (RICOEUR, 2007).

Segundo esse teórico, as memórias são construções dos grupos sociais. São os grupos sociais dos quais o indivíduo participa que determinam o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada (HALBWACHS, 2004) ou, conforme sintetiza Ricoeur (2007, p. 130), “o texto diz fundamentalmente isto: para lembrar precisa-se dos outros”. Dito de outra forma, não nos lembramos sozinhos.

Para Halbachs (2004, p. 30) há uma intrínseca relação entre memória individual e memória coletiva:

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam

lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.

A memória coletiva é social e engloba, portanto, a de um determinado grupo de pertencimento ou identificação. O grupo de referência, conforme Schmidt e Mahfoud (1993, p. 288), “é um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e confundiu seu passado”. Cada componente de um determinado grupo se identifica com essa memória coletiva. As pessoas, obviamente, não pertencem somente a um determinado grupo mas, ao longo de suas vidas, integram grupos diversos. Os componentes de cada coletividade (religiosa, escolar, profissional, recreativa, política, entre outras) são portadores de uma memória que é consensuada nas relações que se estabelecem entre os membros das mesmas coletividades. Nesse contexto se constroem lembranças, impregnadas das memórias, de formas. Essas se criam ainda que não estejamos na presença dos outros; o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca se constitui a partir desse emaranhado de experiências (HALBWACHS, 2004). A lembrança é, assim, fruto de um processo coletivo e se encontra inserido em um contexto social específico. Ainda de acordo com Halbwachs (2004, p. 38)

[...] para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum [...].

A partir das teorizações de Halbwachs (2004) podemos afirmar que as memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é memorável e a forma como os acontecimentos serão lembrados. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para seu grupo. Logo, é impossível existir uma memória estritamente e exclusivamente individual, haja vista que “as lembranças dos indivíduos são, sempre, construídas a partir de sua relação de pertença a um grupo” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291).

Outra questão apontada por Halbwachs (2004, p. 75-76) é que o presente incide sobre a memória de fatos passados. Nesse sentido afirma que “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”.

Um dos discípulos de Maurice Halbwachs foi o sociólogo e historiador Michael Pollak. Nascido em Viena, na Áustria, em 1942, ele faleceu em Paris em 1992. Pollak destaca que, *a priori*, a memória parece ser um fenômeno pessoal, particular, íntimo da pessoa. No entanto, ao se seguir os ensinamentos deixados por Halbwachs, constata que ela é um fenômeno coletivo e social “construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201).

Para Pollak (1992) seriam três os elementos constitutivos da memória individual e coletiva. Em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente pelo indivíduo. “Em segundo lugar, os acontecimentos vividos ‘por tabela’, isto é, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (POLLAK, 1992, p. 201). Seriam acontecimentos dos quais o indivíduo não necessariamente teria participado, mas que no seu imaginário teriam tomado tamanha relevância que, ao fim, seria quase impossível à pessoa saber se compartilhou ou não dos fatos narrados. Defende Pollak (1992) que nesses acontecimentos “vividos por tabela” ocorreria um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado que seria tão intenso que se poderia falar em uma memória quase herdada. Além desses acontecimentos, a memória seria constituída por pessoas, personagens encontrados no decorrer da vida e aqueles frequentados indiretamente, que não necessariamente pertenceram ao espaço-tempo do indivíduo, mas que se transformaram até se tornarem conhecidos da pessoa. Além dos acontecimentos e personagens, arrola também os lugares. “Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico” (POLLAK, 1992, p. 202). Como exemplo, o mesmo autor cita que os lugares de comemoração ou os monumentos aos mortos poderiam servir de base para uma relembração de um período que a pessoa teria vivido por si mesma ou por tabela.

Esses três elementos constitutivos da memória – acontecimentos, personagens e lugares – conhecidos direta ou indiretamente, poderiam, portanto, dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundada em fatos concretos, assim como poderiam se tratar da projeção de outros eventos.

Pollak (1992) também faz uma menção sobre os esquecimentos, os silenciamentos e os não-ditos da memória. Como a memória é um fenômeno construído, consciente ou inconscientemente, por grupos, nem tudo fica gravado ou registrado. A memória é fruto de disputa porque reforça sentimentos de pertencimento e demarca fronteiras sociais de coletividades como partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, entre outros. Ou seja, a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das

instituições que compõe uma sociedade para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989). Assim, à memória dita oficial dos grupos dominantes muitas vezes se contrapõe a uma outra, marginalizada, subterrânea, oriunda de grupos excluídos, ficando mais ou menos evidente que ela pode ser motivo de disputa entre várias organizações.

Outro autor que considera crucial o conceito de memória para as ciências humanas é o historiador francês Jacques Le Goff (1994) que defende que durante o século XIX a memória coletiva dá um grande salto com o aparecimento de arquivos, museus e bibliotecas. São incorporados também aos calendários nacionais uma série de festas comemorativas para lembrar ao povo de recordações relacionadas com a história política das nações. Isso acontece, por exemplo, na França, para fazer recordar a Revolução Francesa de 1789, e nos Estados Unidos após a Guerra da Secessão, quando é introduzido o *Memorial Day*. No caso do Brasil, a República instaurada no final de 1889 introduz os feriados de 15 de novembro e de 21 de abril. O primeiro para rememorar anualmente o dia em que foi proclamada a nova forma de governo, e o segundo para homenagear Joaquim José da Silva Xavier, o conhecido Tiradentes, transformado em mártir e herói nacional pelo novo regime.

Mas além de datas para rememorar grandes feitos nacionais, aquela centúria foi também pródiga no aparecimento de novos suportes comemorativos:

[...] moedas, medalhas, selos de correio multiplicam-se. A partir de meados do século XIX, aproximadamente, uma nova vaga de estatuária, uma nova civilização da inscrição (monumentos, placas de paredes, placas comemorativas nas casas de mortos ilustres) submerge as nações europeias (LE GOFF, 1996, p. 464).

Contudo, a implantação e difusão de datas e de símbolos comemorativos e de rememoração não foi um atributo específico de movimentos revolucionários como a Revolução Francesa e a Revolução Americana. Ela é também um apanágio dos conservadores e nacionalistas para quem a memória é um instrumento de governo, como fica claro em Le Goff (1996, p. 463): “A comemoração do passado atinge o auge na Alemanha nazista e na Itália fascista”.

O fato da memória coletiva se constituir em um importante elemento na constituição da identidade coletiva explicaria porque ela é também um instrumento e um objeto de poder. Assim, tornar-se senhor da memória e do esquecimento passa a ser uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram ou dominam as sociedades históricas. Como em um pedido de engajamento, Le Goff (1996) encerra

conclamando que devemos trabalhar para que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

De fato, o campo das memórias constitui-se em uma espécie de campo de batalha, escondendo por vezes conflitos e tensões existentes nos mais diferentes processos históricos de dominação. Destacam Uczai e Marcon (2003) que por meio dos nomes das ruas, praças e monumentos de uma cidade, podemos perceber uma linguagem dominante, porém não isenta de tensões e conflitos constantes. Dessa forma, a memória pode ser entendida como um dos mais sólidos alicerces de dominação e poder, pois se pauta na formação da memória a possibilidade de oprimir, excluir, dominar e conquistar (COSTA, 2003). Em suma, a intenção de dominar a memória, entrelaçar fatos e interpretá-los é o desejo de controlar o presente. Isso porque a lembrança se estabelece, possui força, poder e representação, condições para subjugar e dominar o passado, o presente e, quem sabe, até mesmo o futuro dos homens.

Cruz (1992) escreve sobre os lugares de memória quando analisa os monumentos com a finalidade de marcar, na cidade, uma representação de aspirações ou ambições pessoais ou coletivas que são concretizadas em edifícios, monumentos ou equipamentos urbanos. Esses monumentos, quando permanecem, podem adquirir outros significados, impostos por novas interpretações pela sociedade, ou outros usos, conforme sua natureza. Quando analisados em todas as suas características, poderão fornecer seu significado social.

Frotscher (2003), percebendo tal artimanha política, nos informa que o ato de se erigir monumentos é muitas vezes tão explícito que um dos primeiros atos após uma mudança de governo é a eliminação de “lugares de memória” do anterior. O autor fornece diferentes exemplos e reflexões históricas nos períodos do advento da República no Brasil e na Revolução de 1930.

Encontramos – nos chamados lugares de memória e, em destaque, nas Praças e Parques da atualidade – uma busca por determinada lembrança ou recordação específica do que se deseja preservar, influenciada por um grupo que coloca o que é necessário recordar. Especialmente a nível regional, onde se almeja a memória, é que se faz importante manter a reminiscência viva e presente no cotidiano, materializada em espaços públicos. O fazer lembrar ou esquecer determinada situação é característica marcante no constante “jogo de poder” representado por Praças e Parques.

Frota (2010) reconhece as Praças como um importante equipamento das cidades, um espaço onde podemos analisar os usos da memória e sua representação no imaginário individual e coletivo, como representação de um local privilegiado por todos. Sendo assim, a

Praça e o Parque surgem como lugares ideais para a celebração da memória, haja vista a importância central que tais lugares têm para os indivíduos. Os lugares de memória normalmente buscam evocar a lembrança de indivíduos ou de grupos representativos de um determinado tipo de poder político, econômico ou de influência social. Assim, atuais detentores de poder, ao criar homenagens em espaços públicos, procuram reverenciar pessoas ou grupos com os quais se identificam.

Cotidianamente nos deparamos com lugares de memória homenageando os imigrantes, famílias específicas ou ainda determinados feitos históricos, fazendo reproduzir a história tradicional das datas, dos grandes feitos e de seus heróis. Dessa maneira, outras histórias ou pessoas representativas ou ligadas, por exemplo, a combativos movimentos sociais sofrem constantes críticas e são silenciadas, descaracterizando sua participação em acontecimentos, como destaca (RAMPINELLI 2003).

2.3 Praças e Parques no Brasil

Nesta seção apresentamos um “resgate” histórico das Praças e Parques no Brasil, apresentando as diferentes características e significados que esses lugares adquiriram. O nosso intuito é demonstrar que apesar do lugar Praça e Parque possuírem importância ímpar para o desenvolvimento urbano, foram construídos e usados de formas diferentes ao longo do tempo, representando assim algumas particularidades ao conceituarmos e analisarmos esses dois lugares públicos.

As Praças e Parques no Brasil, além de importantes lugares públicos, teoricamente destinados somente ao lazer e fruição da população, podem possibilitar outras interpretações quando analisados os significados simbólicos de contornos políticos, econômicos e culturais que carregam e representam. As Praças e Parques que buscamos historicizar podem revelar-se locais que remetem a múltiplas análises, dentre as quais sua funcionalidade, as forma de lazer e convivência que propiciam, o reconhecimento que possuem e os usos do espaço democrático ou invisível que possibilitam (PACHECO, 2007).

Destacamos que é no estudo de Praças e Parques públicos, presentes na história do espaço urbano, que podemos compreender também a formação da memória. Debatendo a disputa dos lugares de memória, conceito apresentado anteriormente por Nora (1993) e Halbwachs (2004), podemos afirmar que inúmeras são as transformações ocorridas nos espaços urbanos ao longo do tempo, com destaque para o século XX.

Desta forma, as Praças modificaram-se em suas características e, em muito, alteraram seus conceitos, ou seja: “Ao longo dos tempos, com a evolução das cidades, alterou-se significativamente o papel da praça na urbe; todavia, o caráter social que sempre a caracterizou, permaneceu e permanece como a sua mais intrínseca qualidade” (ROBBA; MACEDO, 2002, p. 15).

Apesar de serem lugares diferentes, essa situação, segundo Macedo e Sakata (2002, p. 15), não é diferente no que tange ao lugar Parque, onde: “Somente nos últimos vinte anos do século XX observa-se um interesse político crescente pela implantação e formação de Parques públicos. Essa tendência é influenciada pela crescente urbanização do país, que levou a grande maioria da população a residir em cidades”.

Buscar perceber os diferentes significados e conceitos, isso entre as transformações e a importância que o lugar Praça e Parque adquiriram na história do espaço urbano, parece-nos fundamental. A partir de diferentes observações e reflexões sobre os espaços públicos, podemos compreender as várias intenções que se pautam sobre esses lugares, redefinindo e apresentando as mudanças estratégicas que tais lugares sofreram, confundindo em muito o viés público e social desses mesmos.

Borges (2011) afirma que as Praças – e acrescentamos que o mesmo vale para os Parques – enquanto equipamentos urbanos, atendem a um número diverso e distinto da população e podem ter suas funções alternadas entre o dia e a noite. Em alguns casos, podem se tornar referência histórica e turística por se tratarem de formas urbanas geralmente relacionadas à origem das cidades. Assim, as Praças, que normalmente estão associadas a desempenhar funções de lazer, de entretenimento e de embelezamento de cidades, dependendo das situações, podem ter outros usos ou funções. Elas podem, por exemplo, ser lugares representativos de uma estratégia política e ideológica de grupos.

Desta forma, apesar de Robba e Macedo (2002) apresentarem que a Praça e o Parque são cotidianamente lembrados como espaços livres, públicos, urbanos e destinados ao lazer, bem como ao convívio da população, devendo, por isso mesmo, estar livres de veículos, eles adquirem outros significados. Pollak (1989), ao analisar espaços públicos no continente europeu afirma que esses podem constantemente representar campos de disputa pela memória. Esses lugares públicos, no Brasil, não possuem um histórico diferente, haja vista a relação e formulação história das Praças e Parques brasileiros com os europeus.

2.4 O lugar da Praça no Brasil

Entender o lugar Praça no Brasil requer o exercício de conhecer a formação do espaço urbano colonial brasileiro. O contexto que lhe deu origem remonta ao século XVI, com o desenvolvimento das primeiras vilas e povoados. Sabemos que inúmeras são as funções que as Praças desempenharam ao longo da história nos mais diferentes territórios. A formação do lugar Praça no Brasil é um processo complexo em virtude das mudanças ocorridas durante os séculos. Para tanto, é importante lembrar que Portugal, coroa ou metrópole da colônia brasileira levou para seus domínios coloniais, desde o século XVI, regramentos de povoamento e de organização dos espaços urbanos. Em torno de religião e da construção da igreja surgiram naquele contexto os primeiros povoados e os embriões das primeiras cidades, com destaque para o “centro urbano”.

Marx (1980), citado por Robba e Macedo (2002), destaca que as cidades coloniais brasileiras foram fundadas sempre a partir da doação de uma área de sesmaria para determinado santo, com a construção de uma capela e a instituição de uma paróquia em seu louvor. Desse modo, destacamos a importância que a religião Católica adquiriu durante o período de vigência do padroado quando, em diferentes pontos do território colonial, nasceram as cidades. Nessas, como destacam Robba e Macedo (2002), foram deixados lugares em frente aos templos que se constituíram as Praças. Surgiram, assim, as mais antigas Praças brasileiras.

Historicamente, adquiriam em seu entorno outras construções, tais como casario e outras edificações administrativas que compunham as nascentes freguesias, arraiais ou vilas coloniais.

O espaço deixado em frente aos templos é justamente o espaço de formação da praça. Conforme a povoação cresce, o adro da igreja se consolida, como um elo entre a comunidade e a paróquia, o mais importante polo da vila e o centro da vida sacra e mundana, pois atrai para o seu entorno as mais ricas residências, os mais importantes prédios públicos e o melhor comércio (ROBBA; MACEDO, 2002, p. 19).

Marx (1980) citado por Robba e Macedo (2002), ao buscar analisar a gênese desse lugar público no Brasil, também reforça a relação histórica entre o seu nascer e a presença marcante e típica das capelas, igrejas, conventos ou irmandades religiosas. O mesmo autor destaca que a Praça favoreceu, nesse contexto, a reunião de várias pessoas e possibilitou a realização de

inúmeras atividades diferentes, sejam de expressão e reunião do poder público, de cunho religioso ou de lazer para diferentes cidadãos.

Tais características, verificadas no histórico de inúmeras Praças, é reafirmada por Robba e Macedo (2002) que salientam que as atividades sacras e profanas, civis e militares dividiam esse lugar, sempre defronte à Igreja Católica, representando um lugar de uso comum.

A praça – até esse momento chamada de largo, terreiro e rosário – era o espaço de interação de todos os elementos da sociedade, abarcando os vários estratos sociais. Era ali que a população da cidade colonial manifestava sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua pobreza. Era um espaço polivalente, palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da população, lugar de articulação entre os diversos estratos da sociedade colonial (ROBBA; MACEDO, 2002, p. 22).

Dessa maneira, buscando perceber a estruturação e característica das Praças brasileiras ao longo do tempo, deparamo-nos com Santos (2001) que destaca a ideia de ordem social que girava em torno da Praça no período colonial, tido como o principal ponto no núcleo urbano. O autor ressalta que o conjunto formado pela Praça, pelo pelourinho e pela igreja se complementam, destacando-se o cenário urbano, representando a ordem social necessária às coisas nas colônias.

Tal compreensão não difere da importância que Caldeira (2010) atribui à Praça, destacando que, a partir do momento em que houve a valorização estética desse equipamento público, foram associadas à ela as construções de edifícios institucionais e religiosos, como as Casas de Câmara e igrejas matrizes. Como também lembram Robba e Macedo (2002), a Praça, desde os seus primórdios no Brasil, adquiriu funções importantes, como centro de expressões de cunho militar, político, de mercado e de recreação. Tudo isso acontecia no mesmo lugar. As mesmas ainda são lembradas por abarcarem manifestações ou funções simultaneamente, o que as diferencia das clássicas Praças portuguesas do mesmo período – onde cabia a cada Praça certa função ou papel específico, como analisou Caldeira (2010).

Desta forma, podemos perceber que as Praças coloniais do Brasil já refletem, com bastante ênfase, o conceito cotidiano que atribuímos a elas hoje, ou seja, um lugar público, comum, aberto a diferentes manifestações e usos, bem como um marco de destaque no espaço urbano.

As mudanças pelas quais passou o lugar da Praça no Brasil foram lentas e graduais, como lembram Robba e Macedo (2002). Foi apenas em finais do século XVIII e início do XIX, em decorrência de uma clara influência francesa e inglesa, com a absorção de ideais de

cunho social, que os lugares públicos brasileiros passaram por mudanças. As Praças pelo Brasil sofreram pequenas alterações durante centenas de anos de história colonial, porém, na condição de colônia de exploração, e existindo no país certo conservadorismo político, compreendemos que o desenvolvimento de ideais sociais apenas engatinhava (ROBBA; MACEDO, 2002).

O Brasil, buscando conectar-se com a nova ordem social, econômica e produtiva global da virada do século XIX para o século XX, muito se espelhou nas transformações advindas da Europa. Semelhante ao que Robba e Macedo (2002) trazem, acreditamos que o país, nesse período, adentra na lógica das campanhas de modernização, salubridade e embelezamento das urbes, com reformas e estratégias para transformar a cidade colonial em republicana.

A partir desse momento e das transformações políticas e econômicas pelo qual o Brasil passava em fins do século XIX, procede-se ao ajardinamento das Praças, seu embelezamento e a criação de novas funções para esses lugares. O país, que então adentrava no contexto republicano, necessitava ainda de novas perspectivas, ícones ou personagens que pudessem afirmar a nova situação do país, bem como do novo momento econômico que surgia.

As transformações ocorridas na segunda metade do século XIX, com o enriquecimento do país em função da exportação de produtos como o café e a borracha, foram marcantes e sinalizaram mudanças significativas na forma da construção da cidade brasileira no final do século XIX e começo do século XX [...] (ROBBA; MACEDO, 2002, p. 22).

Foi com essas mudanças na política (o advento da República) e na economia (o desenvolvimento de setores ligados à aristocracia cafeeira), que a Praça modificou-se, pois agora o poder e seu contexto estavam se modificando. Em tal circunstância, acompanha a mudança no centro da cidade e, com isso, apaga-se a velha ordem e os ultrapassados monumentos, símbolos ou estátuas, representativos de outros tempos.

Frotscher (2003), analisando a passagem política do século XIX para o XX – da monarquia à república –, é enfática ao afirmar que o governo, de tempos em tempos, se apropria da história, da realidade, e incute à sociedade toda uma carga de valores. Entre esses aparecem os conceitos lealdade e o amor ao Brasil, tentando-se, com isso, transformá-lo em arquétipo a ser seguido.

A partir de tais constatações, e do momento histórico ímpar as modificações foram profundas nos conceitos de Praça e conseqüentemente, do espaço urbano. As bibliografias que debatem esse período trazem que além do ajardinamento da Praça, ocorreu o embelezamento direto de um lugar que estava sendo entendido como “antigo, sujo, e pobre em estrutura”. Tal

situação é sentida mais declaradamente no Rio de Janeiro, capital do Brasil até 1960, onde, desde a chegada da família real portuguesa, em 1808, o espaço público foi modificado. Assim podemos compreender que o século XIX foi já em seu início polêmico, culminando no alvorecer do século XX com mudanças no campo econômico, político e social, com destaque para as ditas campanhas sanitaristas.

Embalados pelas políticas sanitaristas vigentes, o processo de remodelação urbana foi usado como justificativa para expulsar as camadas mais pobres da população que porventura ocupassem as áreas centrais. [...] A abertura da Avenida Central no Rio de Janeiro seguiu o modelo parisiense não só na questão estética e formal, mas também na questão política. A população pobre, feia e suja que habitava o centro colonial do Rio foi banida, passando a ocupar os morros adjacentes (ROBBA; MACEDO, 2002, p. 28).

Matos (2002), reforçando essa questão, destaca que uma das primeiras vias a delinear a cidade foi a política de higiene sanitarista. O olhar médico, conjugado à ação, observação e transformação do engenheiro, unido ainda à política de intervenção do Estado planejador e reformulador, pretendia de todas as formas neutralizar o espaço, ou reformulá-lo em benefício próprio.

Dessa forma, podemos compreender que as transformações que aconteceram no espaço urbano, aí incluído o lugar da Praça, não representam diretamente um processo de aceitação unânime e geral da população. A reformulação de qualquer espaço urbano é sempre algo polêmico e complexo, pois interfere no cotidiano, na identidade e na memória de todos aqueles que dividem tais lugares.

Contudo, o coração da cidade, incorporando inúmeras manifestações e estando em constante relação com o poder da Igreja, tornou-se diferente nas Praças que nasciam no alvorecer do século XX. Esses novos lugares públicos, além de serem conhecidos como Praças ajardinadas, “inauguraram” uma maneira única de ver tais lugares, redirecionando atividades que antes eram desempenhadas fora dali.

A partir das Praças-jardim começaram a se desenvolver atividades de recreação, lazer contemplativo, convivência da população e passeio. Essas atividades acabaram por se tornar algo típico e intrínseco a esses espaços, como enfatizam Robba e Macedo (2002, p. 22):

Também nesse momento as ruas e as praças mais importantes passam a receber tratamento de jardim, sendo ornadas com canteiros de árvores e flores ornamentais. Como era de se esperar, o sucesso do processo de ajardinamento da cidade é enorme, e algumas das praças coloniais mais antigas e tradicionais receberam vegetação e tratamento de jardim, perdendo algumas das suas peculiaridades como largo, pátio e terreiro.

Robba e Macedo (2002) destacam, ainda, que nas primeiras décadas do século XX as Praças não se caracterizavam mais pelo que havia em seu entorno, mas sim, por serem espaços projetados, pensados e construídos para o povo, para um grupo maior. Ressaltando que a dimensão de “povo” para esse período da história não abrangia exatamente todos os grupos da sociedade.

Partindo dessas transformações, as Praças adquiriram muitas das características que ainda as permeiam, ou seja, lugar de lazer, passeio, descanso, encontro, entre inúmeras outras funções cotidianas. Cabe lembrar que foi sobre as Praças contemporâneas, entendidas também como Praças modernas, que os espaços urbanos foram reformulados. Pensar nesses lugares não deve ser um exercício desligado da sua dinâmica, ou seja, do crescimento populacional e do processo de urbanização que o Brasil apresentou no transcurso do último século. Nesse contexto, o adensamento de áreas centrais e a expansão dos limites periféricos da malha urbana fez indispensável a opção por áreas de lazer para a cidade e para seus cidadãos (ROBBA; MACEDO, 2002).

Frota (2010) reforça que as cidades tornaram-se verdadeiros palcos das relações existentes entre os sujeitos em suas vivências, exprimindo em seus equipamentos, lugares e espaços, os seus anseios e suas necessidades. Essa situação fez as Praças obterem destaque no espaço urbano pelo que elas proporcionavam aos inúmeros cidadãos.

Robba e Macedo (2002) atribuem destaque para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Essas, ao tornarem-se metrópoles, passaram a abrigar enormes contingentes populacionais. Analisam que, em decorrência desse fator, essas urbes forçaram-se à reconstrução e à ampliação da infraestrutura urbana, destacando o transporte, a habitação e o lazer. Os autores, a partir do crescimento das cidades, conceituam essas novas áreas urbanas como Praças modernas, onde a população passou a valorizar cada vez mais os espaços livres ajardinados, em resposta ao constante processo de urbanização e verticalização das cidades.

Porém não se trata mais de construir praças que sejam simples cenários bucólicos: a praça é um espaço livre, que deve ser destinado ao lazer. O lazer contemplativo e o caráter de convivência social continuam sempre presente; o lazer esportivo e a recreação infantil foram definitivamente incorporados; o lazer cultural começou a se manifestar com vigor no programa moderno. Os equipamentos, como quadras esportivas, *playgrounds* e brinquedos infantis, palcos e anfiteatros ao ar livre, passaram a ser implantados com frequência, confirmando essas novas formas de uso da praça (ROBBA; MACEDO, 2002, p. 37).

A partir do segundo cinquentenário do século passado, as Praças no Brasil não se resumiam a caminhos dos transeuntes, mas começaram a ser idealizadas para a permanência

desses. Com isso, Robba e Macedo (2002) percebem um desenvolvimento quanto à qualidade da urbanização, haja vista que os planos diretores das cidades, ou as políticas de desenvolvimento dos municípios caminharam para serem eficientes e contínuos, apostando no fator “verde”, e objetivando aumentar o nível de qualidade de vida dos seus habitantes. Curitiba é um exemplo dado pelos autores, pois ganhou uma série de Praças e lugares livres, destacando e transformando a cidade em uma espécie de capital ecológica.

Dessa maneira, não apenas em Curitiba, mas em municipalidades de diferentes regiões do Brasil, o lugar Praça passou por redefinições, visto que a articulação entre as pessoas e o próprio lugar comunitário, público, e em alguns lugares, verde trouxe valorização crescente da Praça. Podemos ainda afirmar que a partir dessa valorização, ela retoma seu conceito central na cidade. Volta a ser palco de inúmeras atividades como o comércio, os serviços e o lazer, lembrando a tradição da antiga Praça colonial, banidas ou redimensionadas no século XIX, com o processo de ajardinamento (ROBBA; MACEDO, 2002).

Ao debater as mudanças verificadas em países em desenvolvimento, utilizamo-nos do que Robba e Macedo (2002) interpretam sobre a existência de metrópoles, inchadas e superpopulosas, que centralizam grande parte da produção, investimentos, oportunidades diversas e recursos financeiros, atraindo cada vez mais pessoas em busca de trabalho. Tais sinais reforçam a necessidade de lugares públicos de lazer, de contemplação, de troca de experiências cotidianas, ou seja, da necessidade do espaço Praça.

Sendo assim, o lugar da Praça constitui atualmente um lugar recheado de significados, multifuncional e adaptável rapidamente a diferentes fins, muito além daqueles valores estéticos verificados no Brasil do século XVI. As Praças tornaram-se espaços referenciais, de inclusão social, de sinônimo de lazer e de desenvolvimento urbano, firmando-se como lugares fundamentais nas cidades contemporâneas.

2.5 O lugar do Parque no Brasil

Ao falarmos de espaço urbano brasileiro, muitas definições de Parque podem surgir – já que durante o século XX muitos foram os estudos sobre o tema. Possíveis confusões nos conceitos e usos entre Praças e Parques também pode ser comuns, mas, apesar do cunho urbano e público que caracteriza esses lugares, o Parque representou no Brasil a modernização dos lugares públicos, se caracterizando por ser um lugar mais amplo e verde.

Porém, não diferentemente do exposto por Macedo e Sakata (2002), acreditamos que a primeira imagem que nos vem à mente de um Parque é aquela relacionada a um lugar

bucólico, relvado, com a presença de um lago, transposto por uma romântica ponte, onde chorões plantados debruçam-se sobre as águas, emoldurando um bosque frondoso. Ou ainda, àquela imagem de um lugar com um grande gramado envolvido por arranha-céus, semelhante aos de Nova York, destacando a imagem emblemática do Central Park, nos Estados Unidos.

Não que tais imagens ou configurações de Parques não sirvam como exemplos para compreendermos esse lugar no Brasil. Mas, antes de qualquer visão romântica ou moderna, devemos ter claro que na atualidade o Parque é compreendido por um espaço livre ao público, estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da população humana (MACEDO; SAKATA, 2002).

Em outras palavras, Whately (2008) avalia que o Parque é também um lugar de cultura e de paz, onde as camadas sociais convivem com direitos e deveres iguais e onde os seres humanos convivem com as outras espécies vivas, vegetais e animais. Tal autora desmistifica a ideia de Parque, afirmando que os paulistas, por exemplo, passaram a ser pensados não apenas como importantes no urbanismo ou enquanto equipamentos de lazer e contemplação, mas como parte de um todo sistêmico que é a cidade. Dessa forma, enfrentando problemas de crescente urbanização, associada ao uso e ocupação do solo, os Parques podem se constituir em um dos últimos refúgios para a proteção e para a conservação da biodiversidade. Além disso, ainda oferecem espaços para lazer, educação e entretenimento, colocando pessoas em contato com a natureza, contribuindo, assim, para a melhora da qualidade de vida.

Com isso, para melhor compreender o sentido histórico e as características que os Parques tomaram no Brasil, buscamos rememorar o surgimento dos primeiros Parques. Nesse sentido, seguimos a trajetória realizada por Macedo e Sakata (2002), autores que sustentam que o mais antigo Parque urbano no Brasil data de 1783. Trata-se do Passeio Público no Rio de Janeiro. Em um período anterior à constituição do Brasil, como nação, esse lugar foi o grande ponto de encontro da população carioca no final do século XVIII e durante o século XIX. Segundo os arquitetos e urbanistas, o Passeio Público no Rio de Janeiro representava, já naquela época, um lugar em que em seu interior podia-se observar, além de variadas espécies da flora nacional, obras de arte confeccionadas pelo renomado Mestre Valentim, semelhantes a chafarizes e esculturas.

Outro lugar público de destaque, conhecido como o primeiro Parque da cidade de São Paulo, foi o Jardim Público, hoje conhecido como Parque da Luz, que tem seu projeto iniciado em 1798. Com recursos levantados por cidadãos comuns em troca de patentes de oficiais de milícia, ficou pronto apenas em 1825 devido à falta de infraestrutura da época, representando o único ponto de lazer da cidade naquele período (WHATELY 2008).

Contudo, no Brasil, os primeiros grandes Parques foram construídos após a vinda da família real portuguesa, sendo inicialmente bastante elitizados. O estilo ou estrutura dos Parques, a partir de então, sofreram influência e tendências do estilo norte americano e europeu, associados às necessidades locais. Enquanto que nos Estados Unidos e na Europa os Parques surgem da urgência de se atender às necessidades da massa urbana das cidades do século XIX, no Brasil eles vieram a ser “figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam a Nação e procuravam construir uma configuração urbana compatível aos modelos ingleses e franceses” (BOVO, 2008, p. 75).

Lugares públicos semelhantes ao encontrados no Rio de Janeiro e em São Paulo – como o Passeio Público Carioca e o Jardim Público paulista, os quais vieram a obter destaque no século XIX – ocuparam, a importância que até então obtinham os velhos largos e terreiros, expressões empregadas às Praças antigas. Sendo lugares ajardinados, foram importantes lugares para as elites locais, modernizando o Brasil e embelezando as cidades.

Ianni (1992) destaca que tal modernização no Brasil foi a marca das décadas finais do século XIX, período que tornou cada vez mais evidente a preocupação com as implicações sociais, econômicas, políticas e culturais relacionadas ao término do regime monárquico e à extinção do trabalho escravo. São movimentos e mudanças que não podemos desconsiderar quando buscamos perceber as mudanças urbanas dirigidas por uma elite que, naquele contexto, buscava apagar um passado de opressão social.

Foi ainda nesse período que os conceitos de Praça e Parque adquiriram certas semelhanças, compreendidos ambos como lugares arborizados, de contemplação e elementos de modernidade. Estes conceitos foram em muito espelhados em padrões europeus, continente que passava por importantes mudanças sociais e urbanas desde o século XVIII.

Mas, no Brasil, o acesso cotidiano aos Parques estava distante da população em geral. Eram, então, considerados um equipamento desnecessário pela população, haja vista seu papel no embelezamento das cidades, não atendendo às necessidades urbanas ou propriamente a práticas de lazer. Atribuições destinadas ao lazer e ao melhoramento na qualidade de vida foram vagarosamente incluídas nos Parques ao longo do século XX, principalmente com o surgimento da problemática das metrópoles.

As cidades brasileiras, durante todo o século XIX e mesmo no século XX, em especial na sua primeira metade, expandiram-se de um modo não-contínuo, sempre dotadas de vazios urbanos, sendo o parque considerado equipamento desnecessário para o lazer imediato e cotidiano da população. O país, rico em recursos naturais de porte (águas, matas, praias), ofereceu por todos esses anos incontáveis possibilidades de espaço e lazer. Nas

várzeas, fundos de vale, banhados e riachos, o hábito do passeio, do banho, do jogo e do piquenique sempre foi muito popular. [...] Os vazios urbanos, imensas áreas de terra, geralmente várzeas de rios, que praticamente recortavam todas as cidades do país, foram, por mais de cem anos, os verdadeiros antecessores das áreas de lazer urbano formais, do tipo praticado em praças ou parques (MACEDO; SAKATA, 2002, p. 24).

Desta forma, o Parque tornou-se, a partir de sua materialização no Brasil, um lugar de destaque e importância, porém sempre em constante transformação. O lugar inaugurou, no século XIX, significativas mudanças no cenário urbano, pois, mesmo alheio a muitas necessidades sociais de uma massa urbana que emergia, trouxe consigo o viés da modernização. Não diferente do que aconteceu com muitas Praças, os Parques tiveram influências de mudanças diretas acontecidas na Europa, destacando-se as advindas da França, país que vivia intensamente o que a história classificou como *Belle Époque*.

Whately (2008), ao estudar os Parques urbanos municipais de São Paulo, nos fornece exemplos clássicos do surgimento de tais lugares, afirmando que os Parques, de forma geral, passaram por três interessantes movimentos, no que se refere à sua dinâmica em São Paulo e no Brasil.

O primeiro deles, concentrado entre o final do século XIX e início do século XX, foi marcado pelo incremento da economia cafeeira e pela transformação do antigo burgo na grande cidade que é São Paulo. Naquele momento, os parques, de inspiração largamente francesa, eram criados como locais de cultura, pontos de encontro para a sociedade paulistana. [...] Um segundo movimento, detectado quando a cidade já alterara significativamente sua fisionomia e transformara-se, de fato, numa metrópole, coloca a criação de parques a partir de remanescentes de grandes fazendas, chácaras e propriedades da elite paulistana [...] Por fim, o movimento atual traz a real necessidade de proporcionar a criação de novas áreas, em especial nas periferias da cidade, onde ela continua a crescer. É neste ponto que detectamos o surgimento de parques muitas vezes pequenos, no entanto profundamente necessários para proporcionar melhor qualidade de vida aos paulistanos (WHATELY, 2008, p. 13).

No breve histórico que Whately (2008) apresenta, compreendemos que o processo que envolveu a criação e reformulação dos Parques em São Paulo não foi diferente do que aconteceu no Rio de Janeiro, capital do Brasil durante o século XIX e maior parte do século XX. O Rio de Janeiro, na história da urbanização brasileira, foi uma cidade que viveu intensamente as transformações urbanas, relacionadas à Independência do Brasil, ocorrida em 1822. Telégrafos, telefones, palacetes, correios, serviços bancários, ministérios, faculdades, embaixadas e sede de novas corporações surgiram e se instalaram na cidade no decorrer daquele século, redimensionando o espaço urbano, como registram Macedo e Sakata (2002).

Necessitando de uma nova imagem, seja pelo desenvolvimento econômico ou social, atrelado ao fato do Brasil agora ser independente, a cidade do Rio de Janeiro buscou possibilidades de materializar seus novos ideais e objetivos, sobretudo com os recursos que a capital angariava. Nasceram, no século XIX, e se destacavam no espaço urbano carioca os três primeiros Parques públicos do Brasil: o Campo de Santana, o Passeio Público e o Jardim Botânico, como lembram Macedo e Sakata (2002). Esses lugares, não possuindo o conceito primário de Parque, morfologicamente eram já assim entendidos. Apresentado a possibilidade do passeio ao ar livre, traziam um tratamento paisagístico e o fator da aclimação, além de um determinado traçado ou desenho (MACEDO; SAKATA, 2002).

Ainda durante o desenrolar do século XIX iniciou-se o período republicano, inaugurado no Brasil em 1889. Novas transformações do cenário político nacional passam a alterar os lugares públicos. O ditame da vez, segundo Ianni (1992), era a ordem e o progresso, período em que o Brasil buscava outro ritmo de desenvolvimento na história, incentivando o trabalho livre, as migrações e a europeização. Tudo isso era em uma tentativa clara de esquecimento dos séculos de escravidão, situação que viria a fomentar ideias e movimentos sociais rebatidas nos centros urbanos.

Foi a partir desse contexto que o modelo urbano foi rediscutido ou, no sentido mais real das transformações, imposto, pois, pelo mesmo caminho que seguiram as Praças, os Parques deveriam se transformar em sinônimos de modernidade. O espaço urbano tornou-se palco de experiências, de troca e, assim, de vivências cotidianas; teoricamente o Parque se tornou um importante espaço público para os mais diferentes cidadãos. Contudo, foi na prática que a construção ou as reformulações desses lugares esbarraram em inúmeros problemas para uma boa parcela da população que, em muitos casos, foi removida de determinados lugares.

O período republicano caracterizou-se, nos seus primórdios, por um processo de expressiva modelagem urbana, que, sob a égide da salubridade, transforma áreas inteiras das cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Santos em espaços saudáveis, dotados de toda a infra-estrutura necessária à vida moderna das elites. A ocupação dessas áreas provoca, entretanto, a expulsão dos antigos moradores para lugares de pior acesso, como no caso da capital federal, onde aos antigos habitantes de tugúrios e cortiços só foi permitida a moradia em áreas de morro (MACEDO; SAKATA, 2002, p. 24).

A partir destas situações complexas em que o processo para construir ou reformular o espaço urbano chocava-se com o desalojamento de inúmeras famílias, encontramos na história do século passado diferentes movimentações populares que, organizadas ou não, sofreram em muito com o processo de reformulação do espaço urbano contemporâneo.

Iniciou-se então o processo de demolição das residências da área central, que a grande imprensa saudou denominando-o com simpatia de a “Regeneração”. Para os atingidos pelo ato era a ditadura do “bota-abaixo”, já que não estavam previstas quaisquer indenizações para os despejados e suas famílias, nem se tomou qualquer providência para realocá-los. Só lhes cabia arrebanhar suas famílias, juntar os poucos bens que possuíam e desaparecer de cena. Na inexistência de alternativas essas multidões juntaram restos de madeira dos caixotes de mercadorias descartados no porto e se puseram a montar com eles toscos barracões nas encostas íngremes dos morros que cercam a cidade, cobrindo-os com folhas-de-flandres de latões de querosene desdobradas. Era a disseminação das favelas (SEVCENKO, 1998, p. 23).

Com essas transformações a sociedade, no início do século XX, passou por dificuldades no que se refere a “planos de urbanização”, em que todo o espaço urbano foi profundamente alterado. Originando novos padrões de vida e cultura, Macedo e Sakata (2002) analisam que a construção dos Parques, no início do século passado, foi pequena, concentrando-se especialmente em grandes cidades, estâncias de veraneios e em áreas centrais, porém não deixou de ser um movimento conturbado e polêmico.

Situação diferente, referente à multiplicação dos Parques pelas cidades brasileira, deu-se apenas a partir do final dos anos 1960, quando se inicia um processo de investimento público e sistemático na criação de Parques, não mais voltados diretamente para a elite. Tal movimento é entendido como reflexo direto do crescimento urbano e populacional. Assim, com a divulgação do pensamento ecológico, os Parques ficaram muito mais próximos do fator natureza, o que não passou desapreciado pelos transeuntes (MACEDO; SAKATA, 2002).

Partindo disso, Whately (2008) apresenta exemplos de São Paulo, importante metrópole brasileira também no que se refere à urbanização contemporânea. Frisa que deve ser objetivo do poder público criar espaços públicos, além de ampliar o número de Parques, inclusive os Lineares – caracterizados como uma intervenção urbanística, associada aos cursos d’água e com o principal objetivo proteger e recuperar os ecossistemas. A mesma autora afirma que assim se amplia a área verde, melhora-se a qualidade de vida da população e evitam-se problemas com o escoamento da água em época de chuvas, por exemplo.

Dessa maneira, partindo do último cinquentenário do século passado, podemos mencionar diversos Parques munidos de áreas de lazer, pistas de caminhada, áreas arborizadas, equipamentos para ginástica e área infantil que representam e caracterizam atualmente os lugares públicos de uso comum e cotidiano.

Vale lembrar que aquele estereótipo de espaço romântico, relacionado ao dos Parques antigos, ficou no passado, cabendo à paisagem do Parque ser a “praia urbana”.

O final do século é marcado pela consolidação da praia urbana como um grande parque – no caso, privilegiam o branco e o azul da areia e do mar, enquanto o verde da vegetação é colocado em segundo plano. Muitas cidades costeiras possuem extensas áreas tratadas paisagisticamente ao longo de suas principais praias, com projetos bastante sofisticados, que priorizam as atividades esportivas e o hábito de comer fora de casa, ao ar livre, em quiosques e mesas de bar, valorizando a tropicalidade das palmeiras e das amendoeiras e os grandes pisos de paginações elaboradas (MACEDO; SAKATA, 2002, p. 50).

Tais reflexões realizadas primeiramente sobre o lugar Praça e, depois, sobre o lugar Parque público, indiferente da região e período onde se encontram, nos indicam que eles têm, na contemporaneidade, o objetivo de servir à população, melhorando e proporcionando qualidade de vida aos mais diferentes cidadãos. Dessa forma, guardadas às singularidades – em que a Praça se destacou como centro social das antigas cidades e o Parque representou a valorização de uma área maior e verde nas cidades atuais – tais lugares reforçam a importância de preservar e desenvolver, no âmbito público, lugares de uso comum. Com a “velocidade” ou a intensidade das transformações contemporâneas, faz-se mais importante e legítimo preservar, valorizar e criar diferentes lugares urbanos públicos.

Desta forma, a partir das percepções e dos textos dos autores trabalhados, entendemos que há diferenciações entre Praças e Parques, pois, apesar de representarem clássicos lugares públicos nas cidades, guardam em si conceitos e representações distintas ao longo do tempo. A Praça representa um lugar muitas vezes histórico, de sociabilidade ímpar, pois ao seu entorno diferentes edificações se materializaram, originando as mais antigas cidades brasileiras. É um lugar de visibilidade e possibilidades cidadãs no cenário urbano.

O lugar Parque, por sua vez, é entendido na realidade brasileira como contemporâneo, presente no cenário urbano a partir do século XIX e começo do século XX, atendendo principalmente às grandes cidades do Brasil e sua elite cidadã. Esse, em alguns casos, podem até representar lugares privados. Difere da Praça por ser um lugar arborizado e amplo, modernizando o conceito de lugar público na atualidade.

3 RIO DO SUL, CAPITAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Neste capítulo buscamos apresentar, primeiramente, o processo de ocupação do litoral norte catarinense, dinâmica que em muito se relacionou com a colonização do restante do Estado, originando as primeiras fundações europeias em Santa Catarina. Da ocupação litorânea no Estado catarinense, seguimos apresentando a região do Alto Vale do Itajaí, mais precisamente Rio do Sul, onde se destacou o processo de colonização alemã. Em uma terceira etapa, focamos atenção no Distrito de Bella Alliança, pertencente historicamente a Blumenau. De sua emancipação, temos o município de Rio do Sul; então debatemos as conquistas do distrito que desembocou no processo de emancipação política em 1930.

A parte final deste capítulo adentra na formação de Rio do Sul e de seu espaço urbano. Defendemos que, pautado no desenvolvimento da agricultura entre outras futuras atividades que se desenvolveram ali, o município passou a ser conhecido popularmente como a “Capital do Alto Vale do Itajaí”. Cabe ainda destacar que esse item tem como propósito apresentar as características que fizeram com que essa localidade se tornasse um polo regional e adquirisse importância no cenário de desenvolvimento catarinense.

3.1 O povoamento do litoral de Santa Catarina

Dos quatro povoados mais antigos do atual território do Estado de Santa Catarina, três deles aconteceram na costa litorânea e um no interior do Estado. No litoral, surgiram inicialmente os municípios de São Francisco do Sul, Florianópolis e Laguna, que constituem os pontos iniciais da ocupação catarinense. No interior, no caminho das tropas que ligava o Rio Grande do Sul com Sorocaba (SP), surgiu Lages. Desses pontos iniciais a população se espalhou pelo litoral e interior do Estado.

Com as grandes navegações e a expansão marítima e comercial europeia, realizadas a partir dos séculos XV e XVI, o território brasileiro, inserido nesse o catarinense, era delimitado pelo famoso Tratado de Tordesilhas. Firmado em 1494 pelos impérios da Espanha e de Portugal, estabelecia a divisão da América do Sul, demonstrando que os europeus estavam ampliando os limites do mundo até então conhecido por eles.

Prado Junior (1994) destaca que a expansão marítima dos países da Europa se origina de empresas comerciais, destacando-se inicialmente Portugal e Espanha. As conquistas desses dois reinos foram levadas a efeito por navegadores que eram financiados por suas monarquias

nacionais, alargando o horizonte europeu oceano afora. No que diz respeito especificamente ao atual território de Santa Catarina:

Nas regiões Sul, as povoações litorâneas se desenvolveram em função da política expansionista de Portugal. No interior, os paulistas foram a razão de ser das fazendas e vilas, devido ao comércio do gado. Assim, a jurisdição de São Paulo estendia-se até o rio Uruguai na divisa com o Rio Grande do Sul. A vila de Lages foi fundada por Corrêa Pinto a mando do marquês de Cascaes, governador de São Paulo, em área que estava sujeita àquele governo (SANTOS, 2004, p. 83).

As chamadas grandes navegações estão inseridas em um processo de desenvolvimento da economia mercantil e do fortalecimento do extrato social burguês, processo intitulado de Revolução Comercial (séculos XV-XVIII) que levou os europeus a observar o continente americano com outro prisma. Nesse sentido, ocuparam as terras não com o intuito de povoar a América, mas sim com a intenção de promover o comércio. Disso resultou o relativo desprezo por esse território “primitivo e vazio” que era a América. Inicialmente a intenção de ocupar se restringia apenas a agentes comerciais, funcionários e militares que, organizados em feitorias destinadas a mercadejar com os nativos, deveriam servir de articulação entre rotas marítimas e os territórios dominados pela Europa (PRADO JÚNIOR, 1994).

Nesse contexto, a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas não estabeleceu, em definitivo, o que hoje conhecemos ser o território de Santa Catarina. Contudo, enquanto marco histórico inicial, possibilita refletirmos sobre os interesses e as necessidades de diferentes nações europeias em explorar o território brasileiro e catarinense. Esse acordo, em uma de suas extremidades, “passa sobre” o litoral catarinense, mais precisamente sobre o local onde, posteriormente, se desenvolveu o povoado de Laguna, uma das mais antigas povoações catarinenses (COSTA, 2011).

Ilustração 01 – Território brasileiro, com destaque para o marco histórico do Tratado de Tordesilhas e o município catarinense de Laguna



Fonte: Albuquerque, 2016.

Destacamos que nesse contexto, das grandes navegações europeias, tratados e acordos não foram firmados no anseio de “boa vizinhança”. Se constituíam, muito mais, em um alerta para outras nações que almejavam, de alguma maneira, adquirir riquezas no “novo mundo”, inexplorado e com inúmeras riquezas naturais.

Navios ingleses e franceses, bem como italianos e espanhóis começaram a percorrer o litoral brasileiro, fazendo reconhecimento da nova terra, procurando riquezas de seu solo e tentando encontrar, ao sul, uma passagem que ligasse o Oceano Atlântico ao Pacífico, revelando assim um novo caminho às Índias (FRAGA, 2005, p. 21).

Dessa forma, o litoral catarinense presenciou, no já século XVI, algumas expedições de navegadores europeus que singraram pela sua costa fazendo o reconhecimento, o que contribuiu para a fundação das primeiras ocupações em Santa Catarina. Santos (1977), debatendo a ocupação do litoral catarinense, de seus antigos povoamentos, se posiciona de acordo com Prado Júnior (1981) quanto à ocupação sistemática do seu litoral. Afirma ele que como a região apresentava-se como ponto estratégico aos êxitos militares portugueses ante a disputa espanhola, a vinda em massa de açorianos a Santa Catarina foi planejada e promovida para que esses dessem base aos projetos expansionistas de Portugal. Dessa forma, a ocupação

da Ilha de Santa Catarina e de áreas adjacentes acabou sendo caracterizada pelo contexto político que a desencadeou, como também destaca Cunha (2003).

De acordo com Fraga (2005), dentre os primeiros navegadores que se supõe ter chegado ao hoje território catarinense, está Binot Paulmier de Gonneville. Esse navegador, saindo na data de 24 de junho de 1503 do porto francês de Honfleur, aportou em 06 ou 07 de janeiro de 1504 em local incerto da Ilha de São Francisco. Essa foi somente uma expedição de reconhecimento que não redundou em efetivo povoamento da área. Outros navegadores, velejando pelo mesmo caminho percorrido anteriormente pelo francês, também foram responsáveis pelo reconhecimento da costa Atlântica de Santa Catarina. É o caso de Juan Dias de Sólis, espanhol que desembarcou na Ilha de São Francisco em 1553. Credita-se a Sólis a denominação do lugar, como apresenta Fraga (2005). Além de fazer o reconhecimento da região, essa expedição deixou na Ilha uma parte de sua tripulação. Em menos de dois anos, em decorrência de ataques de tribos indígenas, esse pequeno núcleo de povoamento acabou desaparecendo.

O surgimento da povoação de São Francisco do Sul, de acordo com Fraga (2005), se dá a partir da chegada de Manoel Lourenço de Andrade que, por volta de 1658, levantou povoamento às margens do Rio São Francisco, com mulher, filhos, agregados e escravizados, legando características à vila nascente.

Diferente não é a história da antiga Ilha dos Patos, posteriormente denominada de Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis. Foram inúmeras as visitas de portugueses e espanhóis àquela ilha ao longo do século XVI, seja no sentido de passagem e abastecimento das frotas que se deslocavam em direção ao Rio da Prata, seja como refúgio de naufragos ou desertores.

A ilha de Santa Catarina foi um importante ponto estratégico-naval durante um período de longa duração. [...] O primeiro navegador a assegurar corretamente que se tratava de uma ilha, foi Sebastião Caboto, em 1526. Há vasta documentação sobre o aportamento de Caboto e a nova denominação criada por ele à Ilha. Ao publicar seus mapas referentes àquela expedição, denominava a ilha existente na região de “Porto dos Patos”. O nome de Ilha de Santa Catarina apareceu pela primeira vez no mapa-múndi de Diego Ribeiro em 1529. [...] O povoamento do território catarinense está intimamente ligado aos interesses de navegadores portugueses e espanhóis, que estiveram no litoral de Santa Catarina, utilizada como ponto de apoio para atingir, principalmente, a região do Rio da Prata (SOUZA, 2013, p. 64).

Porém, passados alguns decênios da presença dos primeiros navegadores pela Ilha de Santa Catarina, verifica-se, em 1675, a presença de Francisco Dias Velho, paulista que se

fixou na ilha, trazendo consigo considerável séquito, sendo por isso lembrado como um dos mais antigos colonizadores dessa área.

Em 1675 Francisco Dias Velho, paulista que andara pela região com seu pai, capturando índios, decidiu fixar-se na ilha. Trouxe a família (D. Maria Pires Fernandes, a esposa, três filhos e três filhas), dois sacerdotes, alguns agregados e 500 índios domesticados. Mandou erguer uma capela a Nossa Senhora do Desterro (provavelmente onde hoje se situa a Praça XV de Novembro), e as primeiras cabanas de nova povoação. Orientou a cultura da mandioca e de cana-de-açúcar, dedicou-se à criação de gado e a mineração (FRAGA, 2005, p. 24).

Apesar da família de Francisco Dias Velho ser aniquilada pela sucessiva presença e ataques de piratas na Ilha de Santa de Santa Catarina, o povoado não foi extinto, mas teve uma existência difícil até meados do século XVIII. Com a sua emancipação administrativa, ocorrida em 1726, com a criação da Capitania de Santa Catarina, efetivada em 1738, e com o surgimento de colônias de casais açorianos, a partir de 1748, a vila se consolidou e se desenvolveu.

O terceiro ponto do litoral catarinense, conhecido geograficamente e historicamente pelos antigos navegadores, era denominado como Santo Antônio dos Anjos da Laguna, não diferentemente dos outros locais acima mencionados, era ambicionado por se tratar de ponto estratégico na expansão marítima portuguesa rumo ao Rio da Prata. Em 1680, na margem esquerda do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires, havia sido fundada a Colônia do Santíssimo Sacramento pelos portugueses.

De acordo com Cabral (1987), no ano de 1676, Domingos de Brito Peixoto, em parceria com a Coroa Portuguesa, organizou uma expedição com o objetivo de explorar terras ao sul que não fossem habitadas. Preparou a bandeira, reuniu consigo familiares, escravizados, armas e mantimentos. Saindo de Santos (SP), depois de quatro meses de viagem por terra, atravessando rios e rompendo matas, tendo perdido mais da metade dos escravizados que trazia, chegou a Laguna.

Ainda conforme Cabral (1987) e Fraga (2005), novas e diferentes tentativas foram feitas por Domingos de Brito Peixoto para povoar efetivamente Laguna, empenhando e perdendo grande parte de seus bens. Tal empreendimento teve sucesso após doze anos quando, em 1682, teve início a construção da igreja matriz, dedicada ao fundador e invocando a proteção de um santo, como era de costume da época. Nesse caso, o padroeiro homenageado foi Santo Antônio dos Anjos.

Esses três povoados litorâneos enfrentaram, de início, uma série de obstáculos que impediram seu desenvolvimento. Dificuldades relacionadas a grandes distâncias para a

provisão de mantimentos, o desconhecimento do meio natural e os conflitos com comunidades autóctones. Assim, tanto o povoamento de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, quanto o de São Francisco do Sul e da Ilha de Santa Catarina levaram décadas, se não séculos, para adquirir significância econômica e política e, assim, estabelecerem-se como municípios ou cidades de destaque.

Descrevemos assim, muito sucintamente, o processo de ocupação dessas três regiões do litoral catarinense. Acreditamos que a gênese da ocupação do Vale do Itajaí esteja diretamente ligada com o povoamento da costa norte de Santa Catarina. Foi em terras pertencentes ao município de São Francisco do Sul que se deu a colonização, principalmente com imigrantes alemães, do Vale do Itajaí. A montante dessa vila portuária surgiria Blumenau e, posteriormente, Rio do Sul (FRAGA, 2005).

Ao tratarmos da ocupação do Estado de Santa Catarina, é preciso considerar que seu território divide-se em duas grandes porções: a do litoral e encostas e a do planalto. Analisando o processo do seu povoamento, percebe-se que a colonização se deu, primeiramente, “respeitando” as condições naturais, onde transpor rios, superar a Mata Atlântica e, com isso desbravar o relevo peculiar e acidentado da região não foram tarefas fáceis, haja vista a precariedade de mecanismos na época e a falta de conhecimento sobre os meios naturais.

Santos (1977) também argumenta que:

A floresta tropical que cobria toda essa área teve de ser vencida pelo imigrante. O esforço e o risco para tal conquista evidentemente, não foram pequenos. Enfrentando febres tropicais, grande teor de umidades, chuvas torrenciais, e toda uma ecologia diferente da europeia, o imigrante ainda teve pela frente o fato da floresta abrigar uma população que para ele era totalmente estranha: a população indígena Xogleng (SANTOS, 1977, p. 81).

Observadas as questões geográficas e naturais do meio tão peculiar do Estado catarinense, que se encontra dividido em litoral, encostas e planalto, ocorreu o povoamento do território. Como verificamos acima, três dos núcleos de ocupações primitivas se deram no litoral. A partir desse momento poderemos contatar também que, historicamente, a colonização alemã, italiana e de outras procedências étnicas europeias desenvolveu-se preferencialmente nos vales e nas encostas, regiões localizadas entre o litoral e o planalto.

3.2 A colonização alemã no Vale do Itajaí

Na Província de Santa Catarina a primeira colônia alemã surgiu no ano de 1829, no litoral. Trata-se da colônia de São Pedro de Alcântara, que recebeu esse nome em homenagem ao primeiro Imperador do Brasil, D. Pedro I. Essa Colônia, apesar de receber imigrantes de uma Europa ainda não industrializada e, portanto, trabalhadores vinculados à agricultura camponesa representativos de uma Europa Pré-Revolução Industrial, demonstra em âmbito catarinense as mudanças que se iniciavam.

Na mesma época e contexto de colonização, destacamos, igualmente, o surgimento da colônia de Nova-Itália, no ano de 1836. Esse empreendimento deu-se pela atração de imigrantes italianos que passaram a ocupar lotes de terra no vale do Rio Tijucas. Ambas as colônias colaboraram para a ocupação de outras regiões de Santa Catarina com imigrantes de ascendência étnica italiana e alemã.

A colônia de São Pedro de Alcântara representou o início de várias outras tentativas de colonização. Algumas dessas iniciativas não tiveram o êxito esperado. Outras se constituíram em um sinônimo de prosperidade. Esse foi o caso da colônia Blumenau, iniciada em setembro de 1850 no Vale do Itajaí, quando da chegada dos primeiros 16 imigrantes alemães ao local. Esse também foi o caso da colônia D. Francisca, criada em 1851 no litoral norte, da qual resultaria o expressivo município de Joinville. A partir desses dois núcleos, os imigrantes foram aos poucos abrindo novas colônias, em uma sucessão que termina com a ocupação de todo o Vale do Itajaí, situação estudada por Santos (2004).

Seyferth (2011), analisando a formação da colônia fundada por Hermann Blumenau, central na região que compreende o Vale do Itajaí, salienta que os primeiros estrangeiros que se fixaram ali em 1836 eram alemães egressos de São Pedro de Alcântara. Apesar dessa ter sido formada por poucas famílias, já demonstrava um fluxo de migrantes para a região do Vale do Itajaí. Sobre Blumenau, vale destacar as táticas de propagandas em jornais que o seu proprietário, Hermann Blumenau, fazia na Europa para atrair potenciais imigrantes e, com isso, povoar aquele território. Apresentava-se a vinda para a América como o melhor negócio a ser feito, sobretudo com as complicações relacionadas ao crescimento populacional e a falta de oportunidade econômica nos estados germânicos (DAGNONI; WARTHA, 2011).

Seyferth (2011) aponta que Hermann Blumenau e seus auxiliares mais próximos viajaram muitas vezes para a Alemanha para recrutar emigrantes que pudessem viajar sem subsídios e, em alguns casos, para casar, mantendo contatos com pessoas notáveis. Por outro

lado, a autora ainda destaca que o empreendimento colonial foi visitado por um grande número de compatriotas, muitos dos quais ali permaneceram por vários anos.

O casal Gustav (um pastor protestante) e Therese Stutzer é um bom exemplo: eles viveram em Blumenau durante quase uma década e, voltando para a Alemanha, publicaram vários livros sobre a região e também obras de ficção, acentuando o “caráter” germânico da colônia, que consideravam uma pequena Alemanha no Brasil (SEYFERTH, 2011, p. 50).

Silva (1988) afirma ainda que, para atrair os insatisfeitos, Hermann Blumenau divulgou então em jornais alemães a sua própria impressão sobre o Brasil, buscando estimular a emigração para a região. Foi assim que publicou na Alemanha, no ano de 1851, a obra intitulada, *Guia de Instrução aos Emigrantes para a Província de Santa Catarina*. Como resultado, atraiu 17 pessoas, sendo oito homens solteiros, três homens casados, duas mulheres solteiras, duas mulheres casadas e duas crianças. Lembrando que em 1850 o mesmo já fundara a sua própria colônia na Província de Santa Catarina.

Assim, Seyferth (2011) afirma que a colonização do Vale do Itajaí só começou verdadeiramente com a fundação de Blumenau, em 1850, já no contexto de abertura às iniciativas particulares. Nos empreendimentos privados as empresas de colonização, formadas para essa finalidade, podiam receber por compra ou concessão áreas de terras devolutas de até seis léguas quadradas para demarcá-las em lotes para venda a colonos-imigrantes (arcando também com as despesas de propaganda na Europa).

Para entender melhor à dinâmica da ocupação dos vales no território catarinense, devemos voltar os olhos para as transformações que vinham ocorrendo na Europa do século XIX, focando atenção especial na Revolução Industrial. As mudanças internas que ocorriam naquele continente, em que o capitalismo em gestação provocava profundas mudanças sociais e econômicas, liberava força de trabalho aos borbotões. Embora obviamente tenham sido diversos os fatores que fizeram com que milhões de pessoas emigrassem para a América, as consequências advindas do crescimento demográfico, da industrialização, da urbanização e da proletarização pela qual passavam muitas das nações europeias certamente tiveram papel proeminente.

A Europa estava vivendo grandes mudanças internas. A revolução industrial estava a liberar grande quantidade de mão-de-obra, tanto no campo quanto nas cidades. Convulsões políticas também assolavam o território europeu, criando insegurança e estimulando a saída de muita gente. Além disso, empresas europeias que tinham interesses na importação de matérias-primas das áreas coloniais, e por isso possuíam uma complexa frota para transporte, passaram a se interessar pelos negócios de colonização. Todo esse conjunto, aliado a escassez de mão-de-obra, que passou a haver a partir do momento

em que a Inglaterra proibiu o tráfico de escravos africanos, orientou os governos das áreas coloniais a favor da imigração (SANTOS, 2004, p. 67).

Seyferth (1974) destaca que no decorrer do século XIX o que muito colaborou para a chegada de imigrantes na região do Vale do Itajaí foi o processo de unificação pelo qual passaram a Alemanha e a Itália. Como esses processos ocorreram, no dizer do chanceler alemão, “a ferro e fogo”, ou seja, através de sangrentas guerras, muitas famílias atravessaram o oceano Atlântico em busca de paz. Cunha (2003), falando do mesmo processo, encontra nos estudos de Santos (1977), um contexto intenso de transformações na Europa e no mundo além-mar. Destaca que as empresas europeias, possuindo interesses na importação de matérias-primas das áreas coloniais, passaram a se interessar pelos negócios de colonização na América.

Buscando entender ainda mais o processo de ocupação do Vale do Itajaí, destacamos que nas terras do Brasil Meridional a lavoura cafeeira não se tornou realidade. Na produção de café, como já está bem estudado pela historiografia, predominava a grande exploração fundiária e o uso da força de trabalho do cativo. No Vale do Itajaí, praticava-se a policultura mediante a utilização da mão de obra familiar em pequenos lotes de terra. Prado Júnior (1981) afirma que nas regiões onde era inexistente a grande lavoura, a imigração se estendeu de forma diversa. No sul, por exemplo, o interesse dos governos locais das províncias era conseguir, através da povoação, preencher áreas, desenvolver atividades econômicas, fomentar rendas públicas, fazendo com que a imigração fosse constantemente motivada.

Apesar da mão-de-obra escravizada ter sido empregada em diversas atividades no meio rural e nos centros urbanos no Brasil Meridional, sua utilização não foi uma prática no Vale do Itajaí. As fundações dessas colônias aconteceram em um contexto de enfraquecimento do sistema escravagista de produção em nível regional e nacional.

Segundo Santos (2004), no sul do Brasil, em meados do século XIX, os governos das províncias de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul começaram a se interessar pelo desbravamento de largas faixas de florestas. Apoiados pelo governo imperial, passaram a fazer concessões de terras para companhias particulares que se obrigavam a trazer e também a assentar imigrantes europeus. Era do interesse das empresas colonizadoras e dos governos o sucesso dos empreendimentos coloniais, razão pela qual auxiliavam os colonos no que fosse necessário.

Entre as colônias agrícolas que se instalaram em propriedades privadas, originando posteriormente importantes cidades, surgiu Blumenau. Foi exatamente como desdobramento

desse empreendimento que se originou o distrito e depois o município de Rio do Sul, bem como de tantos outros que hoje fazem parte do Alto Vale do Itajaí.

Assim, a colônia Blumenau, criada por iniciativa particular, foi fundada a 60 quilômetros da foz do rio Itajaí-Açu, onde termina sua parte navegável, devido ao estreito vale ali existente – lembrando que na época a navegação era o transporte fundamental. Como sede de colônia, Blumenau tornou-se símbolo da colonização alemã no Estado e, conseqüentemente, adquiriu formas de cidade germânica onde se cultivam e preservam traços culturais dos antepassados (FRAGA, 2005).

Blumenau passou a ter destaque a partir de 1860, quando seu fundador, Hermann Blumenau passou parte da posse da colônia para o governo Imperial, não perdendo, contudo, o poder administrativo da colônia. Tampouco perdeu seu desejo de expandi-la pelas margens dos afluentes do Rio Itajaí-Açu, situação que motivava a vinda de mais imigrantes para a região – principalmente alemães, italianos e poloneses, dentre outros grupos étnicos, em menor expressão.

A segunda metade do século XIX foi, indiscutivelmente, um período ímpar na dinâmica de ocupação das terras do Vale do Itajaí e de suas adjacências, pois os diferentes acontecimentos na política nacional, somados às transformações territoriais registradas na Europa ocasionaram significativas mudanças na região. Ocorre uma expressiva expansão agrícola nos vales da “Região de Colonização Europeia” catarinense e, em consequência, uma considerável expansão comercial na região, haja vista o número de imigrantes que a procuravam, adquirindo terras e buscando constituir famílias.

Seyferth (1974), estudando a importância da dinâmica agrícola surgida no cotidiano da colonização, onde produção e comercialização de produtos excedentes eram fundamentais, nos remete à instalação das populares vendas:

Logo no início da colonização o comércio se fazia no nível da troca, ou melhor, se permutavam as mercadorias: o colono deixava na venda uma parte da produção agrícola do seu lote e levava sal, toucinho, ferramentas, óleo, tecidos e armas. Os colonos chamavam a isto de *Trock*, corruptela do termo português troca, pelo simples fato de que não entrava dinheiro nessa transação (SEYFERTH, 1974, p. 96).

Vale lembrar que a colônia Blumenau apenas passou à categoria de município em 1880, desligando-se politicamente de Itajaí em 10 de janeiro de 1883. Assim, conseguiu maioria política e administrativa, despertando possibilidades reais para que seus distritos alcançassem suas futuras emancipações.

Do território inicial do município de Blumenau desmembraram-se posteriormente outros municípios, dentre os quais Rio do Sul, primeiro distrito a se emancipar. Isso ocorreu em 1930 em virtude do desenvolvimento econômico e das vantagens que o este espaço já apresentava, considerando ainda a distância que apresentava da sede (97 km). Do jornal “A Cidade”, de 1929, Saul (1999) apresenta fatores como a existência de luz elétrica, correio, telégrafo, coletorias federal e estadual, hotéis de primeira ordem, grupo escolar, hospital, entre outros estabelecimentos, como as vantagens registradas na imprensa escrita que comprovam o desenvolvimento do distrito. Ainda nessa condição, Rio do Sul representava já um território em pleno desenvolvimento econômico, fato verificado pela pujança da agricultura, atrelada ao fator geográfico, haja vista sua localização entre o Vale do Itajaí e o Planalto catarinense.

Essa questão é importante porque o Planalto adquirira importância econômica ao nascer do século XX, principalmente por fazer parte do caminho das tropas. O Alto Vale do Itajaí, região mais distante de Blumenau, servia como um braço de sua sede, como um espaço estratégico para a expansão das colônias alemãs em direção à encosta do planalto. Nesse sentido, Rio do Sul cumpria a função de interligar geograficamente o Vale do Itajaí com o Planalto Catarinense.

Apresentando essas reflexões, Dagnoni e Wartha (2011) afirmam que Emil Odebrecht, em 1863, iniciara uma de suas expedições para o Planalto Serrano a fim de reconhecer o local e encontrar um caminho que comunicasse Blumenau a Curitiba. Essa era, na época, uma importante região criadora de gado do Planalto catarinense. Emil Odebrecht mandou abrir um “picadão” ou estrada rudimentar entre Blumenau e Curitiba que foi em muito utilizado pelas correntes de povoamento que tinham como destino o Alto Vale do Itajaí. Esse caminho abriu possibilidades para o povoamento em tais regiões, dando condições para o surgimento do futuro município de Rio do Sul.

Havia uma razão estratégica para que o governo imperial destinasse essas áreas à colonização: era preciso abrir vias de comunicação entre o litoral e o planalto e isto só seria viável acompanhando o vale dos rios... Em Santa Catarina, principalmente não havia comunicação entre a capital Desterro e o planalto e foi com essa finalidade que se deu estímulo à colonização alemã no Vale do Itajaí (SEYFERTH, 1974, p. 31).

Nesse sentido, o contínuo aumento da população blumenauense gerou um movimento significativo de pessoas para essas estradas rudimentares que, oficialmente, ainda não estavam delimitadas por nenhuma companhia colonizadora. Não há dúvida que os desafios em transpor a natureza desconhecida foram inúmeros, com destaque para a malária e o percurso dos rios (FRAGA, 2005).

Colonizadores descendentes dos primeiros imigrantes passaram a procurar o Alto Vale do Itajaí, pois encontravam dificuldades em conseguir terras nas proximidades da sede (da colônia Blumenau) devido ao alto preço, ao esgotamento do solo e ao próprio aumento populacional que forçava a aquisição de novas áreas. Assim sendo a migração interna intensificou-se a partir da segunda metade do século XIX (DAGNONI; WARTHA, 2011, p. 30).

Assim, entre o final do século XIX e o começo do século passado, iniciou-se o desenvolvimento das localidades e povoados “acima” de Blumenau, ou em direção ao Planalto e ao Oeste catarinense. Esses povoados seguiram o fluxo do Rio Itajaí-Açu e foram responsáveis por originar os municípios de Rio do Sul, entre tantos outros do Alto Vale do Itajaí.

3.3 Rio do Sul como distrito de Blumenau

Os registros mais antigos referentes ao atual município de Rio do Sul datam de 1863, ano em que o engenheiro Emílio Odebrecht, da colônia Blumenau, subiu o Rio Itajaí-Açu, até à confluência dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste, local onde hoje o município de Rio do Sul se desenvolve. O engenheiro relatou em seu diário não encontrar ali nenhum tipo de habitação humana para além da barra do Rio Benedito, onde hoje se encontra a municipalidade de Indaial (FERREIRA, 1959).

Somente em 1867 Emil Odebrecht voltou a passar pelo território de Rio do Sul, deixando após sua passagem a “picada” que, em 1874, se transformou em caminho de cargueiros e durante muitos anos foi à única ligação de Blumenau com o Planalto, mais especificamente com Curitiba. Considera-se que o povoamento foi mais demorado em Rio do Sul, posto que entre Blumenau e Rio do Sul haviam grandes áreas à espera do trabalho fecundo do colono, como destaca Ferreira (1959).

Porém, a partir de 1892 as comunicações entre Blumenau e Curitiba se intensificam, fazendo de Rio do Sul – naquele período Braço do Sul – um dos principais caminhos de passagem. Anos antes, em 1890, verificamos ainda a instalação de uma balsa para a travessia do Rio Itajaí do Sul, fato que despertou a vinda de novos colonos. Entre eles, destacamos Francisco Frankenberger e Basílio Correa de Negredo que iniciaram o núcleo para o desenvolvimento do atual município de Rio do Sul (DAGNONI; WARTHA, 2011).

Ferreira (1959) salienta que o surgimento de Rio do Sul, além de se relacionar o caminho entre Blumenau e Curitiba, está também atrelado à importância que os rios

adquiriam naquele período. Salieta que os sertanejos, vindos do baixo Itajaí-Açu, paravam naquele ponto, e depois continuavam, sempre subindo os rios que ofereciam mais terras à ocupação. O contínuo aumento da população da colônia Blumenau ocasionava o constante movimento dessa massa de sertanejos para as terras ainda não ocupadas.

Para penetrar no interior recoberto pela Mata Atlântica era necessário acompanhar o curso dos rios, das nascentes no Planalto até a foz e se instalar nos vales. A criação da colônia de São Pedro de Alcântara, em frente à ilha de Santa Catarina, onde se localiza hoje a capital do Estado, carecia de rio navegável para o escoamento da produção dos colonos ali instalados pela política imperial. Seus moradores, em sua maioria imigrantes alemães, vieram povoar as terras do baixo e do médio Vale do Itajaí, como salientam Dagnoni e Wartha (2011).

Voltando ao ano de 1892, destacamos novamente que Braço do Sul, denominação do atual município de Rio do Sul, não passava de mataria e uma estrada rudimentar. Elevada à categoria de distrito de Blumenau em 13 de abril de 1912, Braço do Sul passou a se chamar Bella Alliança, nome que perdurou até 15 de abril de 1930, quando a localidade tornou-se município e ficou efetivamente conhecida como Rio do Sul. A emancipação é analisada por Saul (1999) e também está presente na obra de Fraga (2005).

O povoado de Braço do Sul foi elevado à condição de vila e sede do 5º distrito de Blumenau pela Lei Municipal nº 61, de 13 de março de 1912, passando a chamar-se Bella Alliança. Esta nova situação política decorreu de seu desenvolvimento, pois, “vivendo do comércio mantido pelos colonos, impôs-se as demais povoações da região, por ser o centro de abastecimento de uma zona mais povoada” (SAUL, 1999, p. 47).

A justificativa para cada nome ou troca de nome pelo qual a localidade de Rio do Sul passou ao longo de sua história pode ser explicada por diversos fatores. Primeiramente, pelas questões geográficas e hidrográficas, típicas de uma região de vales, com inúmeros rios e relevo acidentado. Com isso, no Vale do Itajaí, surgiram justificativas para o nome Braço do Sul que, em relação a Blumenau, refletia a nascente do rio Itajaí-Açu, semelhante a uma extensão natural ao sul da sede. A segunda troca de nome se refere ao desenvolvimento econômico e à prosperidade da agricultura da localidade, posto que Bella Alliança, nome então adotado, buscava destacar e fortalecer o potencial nascente na mesma região do Vale do Itajaí. Esse se deu com a chegada da estrada de rodagem, em 1908 e, conseqüentemente, de novas famílias de colonos.

Por fim, em um terceiro momento, já na situação da conquista da emancipação política, surge o nome de Rio do Sul. Destaca-se novamente aqui o fator hidrográfico do município, valorizando a profunda relação que os rios exercem nessa região, haja vista o nascimento do

Rio Itajaí-Açu, principal rio do Vale do Itajaí e uma das principais bacias hidrográficas de Santa Catarina.

Saul (1999) confirma a ideia de que as trocas de nomes referentes ao atual município de Rio do Sul remontam a diferentes acontecimentos políticos e naturais. Sustenta que a elevação do povoado de Braço do Sul à condição de distrito de Blumenau, em 13 de março de 1912, está relacionada ao desenvolvimento que a localidade apresentava, destacando o comércio, mais desenvolvido se comparado ao mantido por colonos de outros distritos próximos à colônia Blumenau.

Fato curioso está relacionado ao atual município de Lontras, vizinho de Rio do Sul. Essa localidade, nos finais do século XIX, apresentava mais possibilidades de efetivar um intenso povoamento. Apresentava-se muito mais progressista do que Bella Alliança pois, segundo Ferreira (1959), tomou destaque quando, em 1894, foi construída a estrada de rodagem, de Blumenau a Lontras, trazendo consigo considerável grau de desenvolvimento para tal povoado.

Em 1905, por exemplo, enquanto a futura cidade de Rio do Sul, contava com 8 edificações, Matador possuía 12 e Lontras 20. Em todos esses povoados, porém, não havia qualquer característico de vida urbana. Toda a região era simplesmente uma parte da vasta zona agrícola do distrito de Indaial (FERREIRA, 1959, p. 297).

De fato, apesar do primeiro estabelecimento comercial em Bella Alliança surgir em 1903, constituindo um marco histórico importante, o distrito ainda não diferia de outras áreas do antigo município de Blumenau. Tal situação começou a mudar apenas em 1908, quando o Governo do Estado construiu a estrada de rodagem que, subindo o curso do rio Itajaí do Sul, encontrava a localidade. Essa obra permitiu um aumento considerável da população do local. Atraídos pelos trabalhos na estrada, muitos dos trabalhadores se fixaram em suas margens uma vez findadas as obras (FERREIRA, 1959).

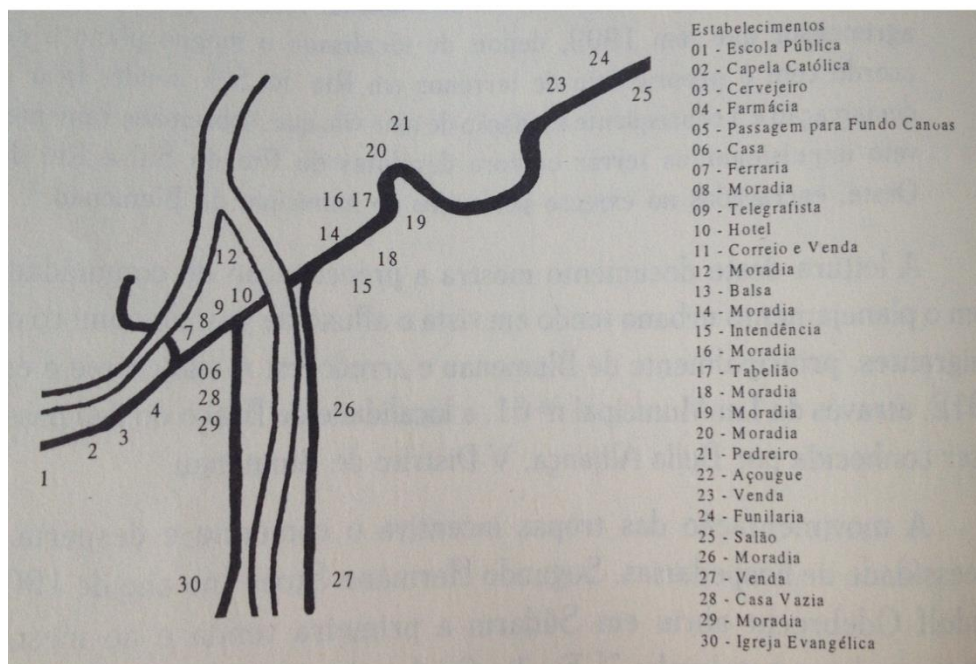
Contudo, não devemos pensar que a partir desse momento o povoamento no distrito de Bella Alliança se fez de forma intensa. Devemos ser cautelosos, pois não podemos esquecer que temos a presença de “selvagens”, ou dos habitantes originários na região. Esses, ao que tudo indica, amedrontavam os colonos. A literatura regional apresenta apreciável número de atentados a moradores isolados e a tropeiros que transitavam pelo caminho Blumenau/Curitibanos, como lembra Ferreira (1959). Com tal entrave para o povoamento mais intensivo do distrito de Bella Alliança e região, o governo federal buscou encontrar uma

solução. Mandou criar um aldeamento de indígenas no Vale do Rio Plate, hoje município de José Boiteux, localizado ao norte da região do Alto Vale do Itajaí.

Com isso Bella Alliança, na condição de distrito, passava a ser uma interessante opção de povoamento para inúmeras famílias que sofriam com o alto preço das terras nas colônias já formadas. Ou mesmo para aqueles que não podiam manter o mesmo padrão de vida dentro de um mesmo lote, pelo elevado número de filhos que geralmente constituíam as famílias e, assim, necessitavam e buscavam novos horizontes (FERREIRA, 1959).

Colaço e Klanovicz (1999) atentam às necessidades de vias de comunicação e de uma infraestrutura voltada ao comércio. Fornecem ainda um mapa referente ao ano de 1917, deixado por Alfredo Cardoso. Tal representação, que destaca o distrito de Bella Alliança, indica a existência de 30 estabelecimentos ao longo do “traçado sede”, demonstrando as características que o distrito vinha adquirindo na época.

Ilustração 02 - Estrada com principais estabelecimentos do distrito de Bella Alliança, 1917



Fonte: Cardoso, S.D

Desta maneira, a autora busca demonstrar, através da quantidade e da diversidade dos estabelecimentos presentes no Distrito, o desenvolvimento que o mesmo vinha adquirindo:

Em 1904, foi estabelecida a primeira venda e modesto hotel de propriedade de Rudolf Odebrecht. A partir dos primeiros estabelecimentos comerciais outros negócios começaram a surgir na região, como por exemplo: a primeira indústria artesanal, uma cervejaria, a Funilaria de Georg Lucas, que fabricava todo o tipo de utensílios domésticos, atendendo ate a região de

Caxias do Sul. No ano de 1909, era instalada a primeira oficina de ferreiro, cujo proprietário era Edgar Odebrecht. No Distrito de Bella Aliança, em 1910, estabeleceu-se o primeiro marceneiro, Adolf Hoeltgebaum, o alfaiate Gustav Berndt e o sapateiro Karl Gerhard. Em 1915 instala-se a primeira indústria de artefatos de couro, de propriedade de Ângelo Tomio. Neste mesmo ano surge a primeira serraria, administrada por Frederico Feldmann. Na década de vinte existia uma pequena indústria que fabricava charutos, chapéus de palhas e vassouras. A empresa era dirigida por Luiz Dorigatti e tinha como sócios Domênico Largura, Arcângelo Bazzanela e André Largura. Localizava-se onde hoje está instalado o Banco do Bradesco. Funcionou de 1924 até o início da década de 1930, produzindo também, em 1927, chapéus para senhoras (COLAÇO, 1999, p.160).

Tal desenvolvimento que o distrito adquiria, somado ao fato que em 1919 o governo do Estado contratara a abertura e a construção de numerosas estradas e em pagamento concedia terras devolutas para que os concessionários as colonizassem, fizeram com que Bella Aliança e região do Alto Vale tivessem um considerável crescimento populacional.

Esses, dividindo as terras em lotes, abrindo-lhes estradas, verificaram, desde logo, que a expansão natural das antigas colônias mais próximas não era suficiente para garantir-lhes o progresso dos núcleos que fundavam. Percorreram o litoral, fazendo propaganda de colonização que iniciavam. Da expansão da população de um mesmo vale, como até então se mostravam as correntes de povoamento, estas passaram a abranger todo o litoral. Araranguá, Urussanga, Criciúma e outras velhas e prósperas colônias de origem italiana, do sul do Estado, viram sair de seus territórios os colonos que se foram estabelecer nos novos núcleos. Rio do Testo, Encruzilhada, Rodeio, etc... de Blumenau, continuaram a dar braços para o desenvolvimento de Rio do Sul. A par do aumento da população, provocado pelas correntes de povoamento, merece especial reparo a evolução urbana (FERREIRA, 1959, p. 298).

Em seu relatório, referente ao ano de 1919, o Intendente de Blumenau destacava o considerável número de moradores residentes no distrito de Bella Aliança. Naquela oportunidade, o distrito contava com 5.150 habitantes (COLAÇO; KLANOVICZ 1999).

Nos anos de 1920, apesar de alguns jornais da época já apresentarem Bella Aliança como local com intenso desenvolvimento econômico, atrelado ao sucesso da agricultura de subsistência e de seu comércio com povoados vizinhos, Ferreira (1959) ainda menciona preocupação com ataques de indígenas. Essa situação fez que o distrito, semelhante a outros povoados próximos, concentrasse sua população. Ou seja, motivados pela necessidade de defesa, muitos habitantes construía suas casas próximas umas das outras.

Ferreira (1959) argumenta que Bella Aliança desenvolveu-se primeiramente pautada no setor agrícola, principalmente nas margens dos rios, com destaque a nascente do Rio Itajaí-Açu, confluência dos rios Itajaí do Sul com o Itajaí do Oeste. Esse local, preferido pelos

primeiros povoadores do município, permitiu que se lavrasse a terra perto das suas habitações, de maneira a contar, quando preciso, com o auxílio dos vizinhos.

Assim, entre conquistas e desafios, o nome do distrito passou a aparecer na imprensa escrita, tanto em jornais da capital catarinense quanto na imprensa regional. Saul (1999) menciona uma matéria publicada no jornal “República”, de Florianópolis, em 29 de abril de 1927, em que aparece o rápido desenvolvimento de Bella Alliança em Blumenau, distrito que, já em seu início, representava uma vigorosa promessa de grandeza pelo rápido e extraordinário progresso que vinha apresentando.

Seguindo ainda a constatação feita por Saul (1999), no jornal “A Cidade”, periódico com circulação em Blumenau e região, no ano de 1929, encontramos a seguinte reflexão e consideração a respeito da próspera localidade e seu desenvolver nos últimos anos: “Bella Alliança como um dos mais importantes distritos do município, como polo industrial, onde o progresso tinha acabado com as lutas entre as famílias de colonos com os nativos selvagens” (SAUL, 1999, p. 49).

Ainda referente ao período histórico onde Rio do Sul pertenceu a Blumenau, Pellizzetti (1985), escritora que debateu em diferentes obras a dinâmica e consolidação do Alto Vale do Itajaí como região de destaque econômico e social no cenário catarinense, avaliou que o distrito de Bella Alliança representava importante localidade no cenário catarinense e, conseqüentemente, para Blumenau. Isso se refletia no crescente número de habitantes, e principalmente, em retornos financeiros para o município sede (DAGNONI; WARTHA, 2011). Números referentes à arrecadação do município, bem como em outras regiões e distritos, traziam destaque para a importância que o distrito de Bella Alliança possuía na economia municipal.

A Tabela 01 refere-se às arrecadações e os maiores percentuais sobre alguns distritos durante os anos de 1927-1929 e registra que, além de Blumenau, o distrito de Bella Alliança destacava-se a nível estadual, sendo os dois polos de maior arrecadação. Esses dados vêm reforçar o poder que o distrito conquistava.

Tabela 01 - Rendas estaduais e arrecadações no Município de Blumenau durante os anos de 1927- 1929

Repartições do Thesouro do Estado	1929	1928	1927
Collectoria de Blumenau	596:347\$432	593:820\$751	563:800\$765
Agência de Gaspar	72:226\$654	71:614\$230	63:492\$203
Agência de Indayal	128:975\$488	125:433\$465	111:155\$306
Agência de Hammonia	160:241\$020	148:470\$828	125:144\$384
Agência de Bella Alliança	235:029\$266	214:125\$062	173:913\$390
Posto especial Braço do Sul	64:926\$000	70:165\$800	60:636\$100
Agência de Encruzilhada	46:148\$515	51:391\$845	34:207\$657
Agência de Rodeio	47:207\$720	40:303\$243	37:239\$640
Agência de Massaranduba	80:519\$905	82:760\$050	64:023\$970
Agência de Timbó	114:040\$936	114:417\$499	96:735\$769
Renda Total	1.547:662\$936	1.512:502\$773	1.330:349\$184

Fonte: Relatório da gestão do Município de Blumenau durante o ano de 1929. Blumenau, A. Koehler, 1930. *In*: Pellizzetti, 1985, p. 79.

Com isso, nas primeiras décadas do século XX encontramos os fatores decisivos que deflagraram o processo emancipatório de Rio do Sul. Dessa maneira, o fator econômico, amparado pelo desenvolvimento da agricultura, marcaram de forma decisiva o processo histórico que emancipou o município de Rio do Sul, haja vista que tais situações adquiriam cada vez mais força e destaque no Alto Vale do Itajaí.

Desde o princípio da instalação das primeiras famílias de colonos nos finais do século XIX, a agricultura de subsistência foi a principal atividade da região. Milho, mandioca, batata, fumo entre outros, foram gêneros agrícolas que estiveram presentes na formação da agricultura do Alto Vale do Itajaí. A pequena propriedade rural, formada na composição familiar com muitos filhos possuía na religião cristã a base que lançava valores para a vida cotidiana de toda a comunidade (DAGNONI; WARTHA, 2011, p. 110).

Pellizzetti (1985) analisando a Lei n. 1.639, de 5 de outubro de 1928 da Assembleia Legislativa Catarinense, cujo regulamento regrou todo o processo de emancipação do distrito de Bella Alliança, destaca que em 1927 já havia condições emancipatórias e um intenso debate objetivando a conquista da autonomia política e administrativa, pois:

As condições exigidas para a consecução do desmembramento de um distrito, como no caso, já se concretizavam em 1927. Pela Lei número 1639, de 5 de outubro de 1928 da Assembleia Legislativa Catarinense, ou artigo 4 da Lei Orgânica Municipal, os requisitos necessários para autonomia exigiam uma população superior a 15.000 habitantes e uma renda superior a 50 contos apresentados à Prefeitura de Blumenau. A essas exigências legais antecipavam-se os requisitos necessários a Rio do Sul. No decorrer da polêmica separatista o movimento de 1927, que teria seu objetivo realizado

em 1930, e concretizado em 1931, se constatou nesse período V Distrito uma instituição de crédito que foi realmente uma das molas propulsoras de sua total independência, com a criação de um Banco (PELLIZZETTI, 1985, p.55).

A agricultura era a mola propulsora do distrito, onde se destacavam cultivos de produtos de subsistência, com destaque para o milho, a batata, a mandioca, entre outros, visando atender principalmente às comunidades próximas e ao abastecimento da cidade de Blumenau. Com a superação da primeira etapa – a da adaptação e da fixação do homem ao meio – outras atividades foram surgindo. Os primeiros anos de colonização haviam ficado para trás, a abertura de campos para plantações de diversas culturas agrícolas começava a criar excedentes, o que contribuiu para um significativo desenvolvimento experimentado pelo distrito. (DAGNONI; WARTHA, 2011). Outro fator que contribuía para o crescimento econômico redundava, como apontado, de sua localização geográfica, possível ligação e ponto de passagem entre as regiões Litorânea e o Planalto catarinense, fazendo com que inúmeros viajantes encontrassem nessa localidade um ponto de parada e abastecimento.

Ferreira (1959) destaca que isto ocasionou, em Bella Alliança, um movimento constante de passageiros, criando hospedarias e outros pequenos estabelecimentos de comércio. Serrarias também foram instaladas, gerando empregos a trabalhadores que residiam na região. Dessa forma, Bella Alliança, vivendo do comércio e da agricultura promovida pelos colonos, destacava-se das demais povoações da região representando um núcleo de abastecimento e uma zona mais densamente povoada, cuja população se estabeleceu às margens dos três rios ali existentes e das estradas abertas.

Dagnoni e Wartha (2011) ainda reforçam a ideia que Rio do Sul era caminho obrigatório dos tropeiros, comerciantes e aventureiros. O distrito, favorecido por sua geografia, tinha na passagem de tropeiros e comerciantes a possibilidade de centralizar e oferecer diversos serviços e produtos, desenvolvendo, em consequência, sua economia. Nessa perspectiva, em 1927 se intensificam entre os cidadãos as condições e desejos da emancipação política. O desenvolvimento da agricultura, do comércio e também dos serviços culminaram em desejos efetivos de uma definitiva autonomia e emancipação política e administrativa em relação ao município mãe, Blumenau.

Assim, Rio do Sul, tendo superado os desafios das típicas comunidades ou povoados localizados em áreas distantes do litoral catarinense – de fixação, adaptação e abertura de vias de comunicação – buscava também conquistar outros horizontes. Podemos considerar que a própria elevação da localidade à categoria de distrito, conquistada em 1912, e o posterior

desenvolvimento econômico e social alcançado nos anos seguintes desenvolveram nos rio-sulenses o desejo pela autonomia e elevação à categoria de município

O Banco de Crédito Popular e Agrícola de Bella Aliança, criado em 24 de maio de 1928, possivelmente foi um dos fatores que deu novas perspectivas à população do distrito e de seus anseios de emancipação. Surgido em um período diferente daquele da chegada das primeiras famílias, o Banco veio reforçar o caráter de destaque econômico da localidade. Verificando os empreendimentos econômicos que o Distrito de Bella Aliança apresentava na década de 1920, percebemos que seu progresso material estava alicerçado na agricultura de vários cultivos praticados na região. Daí originaram-se os fundamentos para o processo de emancipação.

3.4 A emancipação de Rio do Sul

Ao buscarmos debater os fatores que levaram Rio do Sul ao processo ou movimento emancipacionista, voltamos às primeiras décadas do século XX, pois, nesse tempo, o desenvolvimento da economia já era realidade no Alto Vale do Itajaí. Partindo desse fator econômico, conquistado principalmente com o através da agricultura, o distrito de Bella Aliança, no Alto Vale do Itajaí, desenvolveu-se e encontrou o nome de Ermenbergo Pellizzetti, personagem que aparece com destaque no que tange ao processo emancipatório.

De ideias socialistas, deixou a Itália, em 1896. Com planos propostos pelas suas novas reflexões, emigrou para o Brasil, às suas expensas. Voltou à Itália em 1904 e 1923. Na antiga capital da República, depois de percorrer o norte do país, interessou-se por soluções diversas de modo de produção latifundiária, porque, neste aspecto, sua visão ideológica era a de pequena propriedade, conforme seu Plano de Petrópolis, em sua coletânea. Com a intenção de se dedicar a uma vida rural, exerceu antes, outras atividades. Foi escriturário na fábrica de tecidos Aliança, no Rio. Não procurou, então, associações capitalistas e logo se tornou vice-presidente da uma Liga dos Operários que, na verdade, era composta de um número de intelectuais italianos, de acordo com suas memórias. Ligou-se em 1901, à colonização estrangeira da região catarinense de Blumenau (Vale do Itajaí), com planos de desenvolver seu projeto de conciliação entre o capital e o trabalho [...] (PELLIZZETTI, 1997, p. 31).

Ermenbergo Pellizzetti, com experiências nas mais diversas áreas do saber, como agronomia, pecuária, cooperativismo, política, educação, militarismo, entre outros, foi um imigrante italiano que se radicou no Brasil. Sua trajetória está intimamente imbricada com o próprio desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina, com destaque para a sua atuação na região do Alto Vale do Itajaí (DAGNONI; WARTHA, 2011). Chegando a

Blumenau no ano de 1901, dedicou-se à implantação de estradas, dentre as quais a Estrada de Ferro de Santa Catarina e, mais tarde, no ano de 1910, a Estrada Rio do Sul–Trombudo, importantes vias de comunicação para o desenvolvimento da região.

Esse imigrante é ainda lembrado em diferentes regiões do Estado. Em 1911, foi o empreiteiro principal de inúmeras estradas no Alto Vale do Itajaí. O personagem foi também um grande incentivador do cooperativismo e ajudou na criação da Liga dos Lavradores. Em 1914, transferiu-se para Bella Alliança, onde ocupou várias funções de destaque social e político. Nessa última esfera, merece especial menção a sua eleição para Deputado para o Congresso Representativo do Estado na décima segunda legislatura, acontecida entre 1925-1927 e, posteriormente, para deputado à Assembleia Constituinte Estadual, na décima terceira legislatura, ocorrida entre os anos de 1928-1930.

O personagem em enfoque foi também responsável pela edição do jornal “O Agricultor” e pela criação do primeiro Banco Rural do Estado (Banco de Crédito Popular e Agrícola de Bella Alliança), no ano de 1928. Esse banco era uma sociedade cooperativa de crédito organizada de acordo com o preconizado pelo sistema *Luzzatti*. O Banco buscava fomentar o crédito e propagar o cooperativismo, sob diversos modos e entre as várias classes sociais, situação que fez com que despertasse simpatia em várias camadas da sociedade. A respeito desse empreendimento, o estudo de Pellizzetti (1985) destaca que:

O banco tinha como objetivo geral “combater a usura mediante uma taxa módica de juros e de lucros em suas operações, aproximando numa colaboração direta, os que dispõem de economias e os que delas careçam para o desenvolvimento em modo peculiar, do pequeno trabalho” (PELLIZZETTI, 1985, p. 63).

Detentor de um largo cacife político, Pellizzetti tornou-se o líder e idealizador do processo de emancipação política de Rio do Sul. Sua filha, Beatriz Pellizzetti Lolla (1997), debate em diferentes publicações os conhecimentos e a contribuição de seu pai para o município de Rio do Sul, salientando que a vasta experiência adquirida por ele ao longo dos anos no meio rural e político, fez do mesmo um líder de destaque na antiga Bella Alliança.

Lolla (1997), ao abordar a trajetória de seu pai, relata também que Ermenbergo Pellizzetti, atento às expansões de áreas coloniais habitáveis e ao desenvolvimento pelo qual passava o distrito, conheceu claramente o contexto no qual estava inserido, fazendo uma leitura nítida da realidade. Ermenbergo, projetando a emancipação do distrito de Bella Alliança, teria desagradado muito algumas autoridades políticas de Blumenau.

Em conformidade com a lógica de ocupação que se apresentou no Alto Vale do Itajaí, as pequenas propriedades rurais haviam se multiplicado na região. Praticamente todo o trabalho realizado nessas unidades produtivas provinha de núcleos familiares. Ermenbergo Pellizzetti foi aquele que conseguiu aglutinar os desejos dos agricultores de Bella Aliança. Passados alguns anos do início do século XX, a localidade, além de ser sinônimo de progresso, apresentava uma rede social e comercial importante. Porém, ficava bastante distante da sede do município, a cidade de Blumenau.

Em 1927 o V Distrito de Bella Aliança (ou Rio do Sul) já esboçava seus motivos para uma autonomia político-administrativa, através de uma reunião efetuada por representantes expressivos no ambiente colonizador. Estudavam-se os meios de trocar idéias para a realização desse desmembramento. Essas pretensões podiam ser realizadas devido ao alto índice de crescimento financeiro do V distrito. Todo esse processo de independência local foi tratado pelo parlamentar Ermenbergo Pellizzetti, na Assembleia Legislativa do Estado, que enfrentou sérias polêmicas em torno dos interesses políticos e econômicos da cúpula administrativa do antigo município blumenauense (PELLIZZETTI, 1985, p. 54).

O processo de emancipação tomava força nos mais diferentes espaços, situação que faz lembrar a criação das Domingueiras Agrícolas, evento criado por Ermenbergo Pellizzetti. Em tal espaço, era possível a difusão de todo o conhecimento agrícola, troca de experiências e a comercialização de produtos. Nessas ocasiões, certamente, a emancipação era assunto amplamente discutido, como destacaram Dagnoni e Wartha (2011). Por outro lado, alguns fatores faziam com que parcela dos habitantes de Blumenau, principalmente os mais conservadores, não aderissem, de forma alguma, ao movimento emancipacionista. A grande extensão territorial do novo município e a dependência econômica e política em relação à sede Blumenau eram apontados como entraves no processo de desenvolvimento (DAGNONI E WARTHA, 2011).

Desta forma, Saul (1999), analisando a emancipação e evolução político-administrativa de Rio do Sul, concentra sua atenção no dia 23 de agosto de 1930, quando uma comitiva de representantes de Bella Aliança foi recebida pelo Presidente do Estado, Bulcão Viana.

Em 23 de agosto, como noticiou o jornal O Agricultor, de Rio do Sul, uma numerosa comitiva foi recebida em audiência especial, pelo Presidente do Estado em exercício, Bulcão Viana, acompanhado pelo senador eleito Adolfo Konder, no palácio do governo, em Florianópolis. Estiveram presentes representantes de várias localidades: Rio do Sul, Taió, Pouso Redondo, Lontras, Barra do Trombudo, Barra das Pombas e Rio do Oeste. A exposição principal foi feita pelo deputado estadual Ermenbergo Pellizzetti, um dos líderes do movimento emancipatório, sendo solicitada a criação do município e da comarca de Rio do Sul (SAUL, 1999, p. 51).

Frisamos dessa passagem que o empenho político de Ermenbergo Pellizzetti, somado ao desenvolvimento apresentado pelo distrito de Bella Aliança foram fundamentais no processo de emancipação. Assim, no ano de 1930, “nasce” Rio do Sul, ou seja, Bella Aliança é desmembrada do município de Blumenau pela Lei número 1.708, de 10 de outubro 1930. A partir dessa data, o local passou a se chamar Rio do Sul. O município, por sua vez, veio a ser oficialmente instalado em 15 de abril de 1931.

Esse processo emancipatório traz à tona o reconhecimento que Rio do Sul apresentava em âmbito regional. Conforme destacou Saul (1999), diversas foram as autoridades estaduais que debatiam e noticiavam o crescente desenvolvimento econômico da localidade. O fato provocou inúmeras visitas de comitivas de órgãos oficiais do Estado à localidade. Entretanto, as discussões sobre a iminente emancipação também provocaram reações. Comissões contrárias à emancipação de Rio do Sul foram criadas. Seus defensores alegavam as perdas econômica e territorial que Blumenau passaria a ter com o desmembramento proposto.

Gertz (1987) levanta outra interessante hipótese que teria influenciado no processo de desmembramento de Rio do Sul. Defende que a emancipação teria sido uma jogada política estadual para diminuir o poder de Blumenau, sendo uma clara medida de retaliação contra uma ex-colônia alemã. O autor percebe a emancipação de Rio do Sul como um processo exclusivamente político e, portanto, divorciado, separado e distanciado dos anseios mais populares. Há que se considerar o recorte histórico apresentado por Dagnoni e Wartha (2011) que trazem que é com Revolução de 1930 que a República Velha chega ao seu fim, intensificando as transformações e disputas políticas também em Santa Catarina.

Dagnoni e Wartha (2011), buscando replicar Gertz (1987), argumentam que tal autor não cita questões como o desenvolvimento econômico ou outros fatores que foram importantes para que Rio do Sul conquistasse sua emancipação. Mas reconhecem que o autor percebeu bem a influência do jogo político no processo emancipatório. A emancipação, nesse sentido, também gravita em torno da titânica luta eleitoral e eleitoreira que se travava em Santa Catarina nas décadas de 1920 e 1930.

Apesar das diferentes teses, a emancipação política de Rio do Sul aconteceu, de fato, no dia 10 de outubro de 1930, pela Lei número 1.780, como antes já salientado. No dia 30 de dezembro de 1930, o general Ptolomeu de Assis Brasil, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, assinou o Decreto número 36, marcando a data de 20 de janeiro de 1931 para a instalação do novo município. A instalação do município, ocorrida somente em 15 de abril de 1931, foi registrada e noticiada pelo jornal “O Agricultor”, de Rio do Sul, em sua edição de

03 de janeiro de 1931, e pelo jornal “A República”, de Florianópolis, em sua edição de 22 de janeiro de 1931 (SAUL, 1999).

3.5 O desenvolvimento do espaço urbano em Rio do Sul

Colaço e Klanovicz (1999) nos informam que foi a partir da emancipação política, ocorrida em 1930, que se verificou em Rio do Sul o surgimento de certo espaço urbano, de forma espontânea, não seguindo um plano urbanístico. Os mesmos autores afirmam que em fins de 1928 já se percebia a ocupação do espaço urbano no distrito, que recebia os benefícios da luz elétrica e apresentava uma disposição ordenada de casarios, além de algumas pontes pênseis, construídas para o serviço de instalação e manutenção da rede elétrica, bem como para o deslocamento das pessoas. Data também dessa época uma instalação precária de rede de água potável.

Tais transformações nos levam a perceber que além do desenvolvimento agrícola surgia um “urbanismo espontâneo” em Rio do Sul, expressão essa cunhada por Colaço e Klanovicz (1999). Os autores ainda afirmam que a lógica do assentamento e ocupação aconteceu ao longo dos rios, onde se formaram os primeiros bairros. Aos poucos, no mesmo período, o município começou a se impor como polo regional do Alto Vale do Itajaí. Poleza (1992) destaca que o município explorou o fato de estar situado estrategicamente entre Lages e Blumenau, se inserindo em uma zona de intermediações e transações comerciais, onde pode se destacar.

Pessoas oriundas de diferentes povoados do Estado, mas principalmente do Vale do Itajaí, buscavam no agora emancipado município de Rio do Sul uma real possibilidade de adquirir um lote de terra. Apesar dos inúmeros desafios ainda existentes naquela época – iniciar o desmatamento e explorar a terra – foi um desejo de muitas famílias ali se instalar naquele momento.

Cabe destacar que a ocupação do território de Rio do Sul, processo intensificado a partir da sua emancipação, seguiu uma lógica não diferente de outras áreas coloniais do Alto Vale do Itajaí. Muitas ocupações, futuros municípios desta região, desenvolveram-se “respeitando” alguns fatores geográficos, ou seja, nas margens de rios e entre os vales, espaços onde plantações e residências se desenvolveram.

O fato da ocupação do espaço a ser definido próximo aos rios foi fundamental para uma projeção do que viria a ser a rede urbana do futuro município de Rio do Sul. Obviamente o estabelecimento das primeiras

edificações não definiu a estrutura urbana e malha viária, mas deu base tanto para a ocupação como para o estabelecimento de futuros núcleos urbanos. [...] A importância que a confluência dos rios Itajaí do Sul e Oeste exerceram na ocupação de Braço do Sul, foi tão grande que futuramente, ao elegerem o nome para a cidade a homenagem aos rios esteve presente (DAGNONI; WARTHA, 2011, p. 100).

Não que as colônias do Alto Vale do Itajaí tenham representado um grande fluxo migratório no decorrer do século XX, semelhante a outros clássicos deslocamentos populacionais verificados na história do Brasil. Porém, em relação ao modelo de ocupação das terras no Alto Vale do Itajaí, com características de pequenas e médias propriedades, foi a partir da emancipação política que se deu um novo processo migratório de colonos para a região. Assim, renovou-se e consolidou-se o processo de desenvolvimento iniciado anteriormente.

A colonização de grande parte do Alto Vale do Itajaí foi fruto da ação de empresas colonizadoras que, na maioria, receberam terras devolutas do Governo, em troca da abertura de estradas, promovendo, assim, o povoamento e a colonização. [...] Estas empresas colonizadoras são fruto, num primeiro momento, da iniciativa do Governo Imperial brasileiro e mais tarde Governo Republicano, pois ambas tinham grande interesse em colonizar e povoar o sul do Brasil com imigrantes de origem europeia. Nesse sentido, foram criadas algumas companhias de colonização de origem estatal, bem como companhias particulares que passaram a participar como gestores do processo de concessionárias de terras em pagamento de estradas construídas (ZANELLA, 2007, p.73).

O desenvolvimento da região pautou-se sobre o sistema fundiário da pequena propriedade familiar, objetivando o povoamento do território remanescente ao ocupado desde o final do século XIX e início do século XX. A diversidade agrícola, existente e verificada na tradição do pequeno agricultor familiar, reforçou as condições políticas e econômicas iniciais para o estabelecimento de Rio do Sul como município de destaque regional.

Milho, mandioca, batata, fumo entre outros, foram gêneros agrícolas que estiveram presentes na formação da agricultura do Alto Vale do Itajaí. A pequena propriedade rural, formada na composição familiar com muitos filhos possuía na religião cristã a base que lançava valores para a vida cotidiana de toda a comunidade (DAGNONI; WARTHA, 2011, p. 110).

Se o meio adquiria destaque, encontramos registros dessa mesma dinâmica na criação de algo singular. Tratamos da implantação da estrada de ferro. Em 1933, essa foi responsável por tornar o município alvo de diferentes mapas cadastrais, como lembram Colaço e Klanovicz (1999). A partir dessa obra o poder público comprometeu-se com o crescimento urbano ordenado ensaiando, através de projetos, um primeiro plano de arruamento para a

cidade. Isso se deu com base no primeiro mapa cadastral, de responsabilidade do engenheiro Gino Alberto de Lotto, criado em 1931.

Foi com a efetivação do município de Rio do Sul que o número de pequenas indústrias e casas de comércio se multiplicou ao longo dos anos, oferecendo não apenas produtos para aqueles que estavam por ali de passagem para outras regiões do Estado. Foi importante também para os próprios cidadãos que, agora emancipados, deveriam de fato buscar e conquistar a autonomia. Dagnoni e Wartha (2011) acrescentam que entre os anos 1920 e 1930 o excedente de produção agrícola obtido na colônia ou no interior do distrito movimentava o mercado local. Essa dinâmica foi fundamental para elevar o patamar político, econômico e social que começava a se destacar na região.

Colaço e Klanovicz (1999) ainda destacam que a afirmativa sobre o “posicionamento estratégico de Rio do Sul” não deve ser esquecida. Foi a partir dessa localização privilegiada que se estabeleceu e cunhou ao longo do século passado a expressão Rio do Sul “Capital do Alto Vale do Itajaí”, destacando nisso o desenvolvimento da cidade sobre os outros municípios limítrofes. A expressão acabou por estabelecer-se como um *slogan*, difundido por diversos meios de comunicação a partir dos anos 1950 na região, refletindo as conquistas e realidades vivenciadas durante as primeiras décadas do século passado.

O município, que obteve destaque logo após o processo emancipatório, lembrando a força que a agricultura e o comércio estavam representando naquela época, adquiriu novos contornos econômicos a partir de duas situações. Primeiro com a chegada da Estrada de Ferro Santa Catarina, em 1933, e segundo devido à expressiva extração de madeira registrada na história rio-sulense. A primeira, que teve sua parte inicial inaugurada em 1909, entre Blumenau e Indaial, atingindo 184 quilômetros construídos ao longo de seu traçado total, tinha como objetivo ligar o litoral catarinense até o extremo oeste do Estado. Partindo do Porto de Itajaí e fazendo os entroncamentos ferroviários com outras estradas de ferro da Serra e do Planalto catarinense, ambicionava atingir ainda o país vizinho, fronteiro do oeste catarinense, a Argentina.

Ilustração 03 - Traçado ferroviário da Estrada de Ferro Santa Catarina na região do Vale do Itajaí, 1909/1971



Fonte: Cavalcanti, 2016.

A Ferrovia que chegou em Rio do Sul em 1933, depois de superar vários desafios, nomeadamente de carácter político e geográfico, representou um importante ramal ferroviário no Alto Vale do Itajaí. Sua inauguração influenciou consideravelmente na estruturação do espaço urbano nascente em Rio do Sul (HENKELS; HABITZREUTER, 2009).

Este acontecimento motivou a reformulação do espaço urbano da cidade. Os trilhos cortaram a cidade de ponta a ponta, e a estação se transformava num centro de convergência tanto para o transporte de mercadorias como para o deslocamento de pessoas. A ferrovia representa novo importante impulso de desenvolvimento de Rio do Sul e de todo o Alto Vale. Até então o transporte era feito em lombo de animais até a Subida, onde as mercadorias eram embarcadas e seguiam de trem até Blumenau ou Itajaí. Apesar do projeto inicial que previa a ligação do porto de Itajaí ao planalto serrano em Lages, as obras serão levadas a termo somente de Blumenau a Rio do Sul (COLAÇO; KLANOVICZ 1999, p. 128).

A partir da construção e do advento da estrada de ferro, uma reestruturação do núcleo urbano de Rio do Sul se fez necessária, pois bairros, ruas, praças e construções foram redefinidas. Essa situação nos remete a um primeiro ensaio e comprometimento do crescimento urbano ordenado do município após a sua emancipação.

Não que entraves ou desafios com a construção da estrada de ferro não fossem verificados. Além da própria geografia desafiadora em uma região recortada por vales, as edificações de pontes, por exemplo, podem nos dar a dimensão de tais desafios. Atentamos para a quantidade de ribeirões, rios e córregos que em Rio do Sul e região deveriam ser transpostos para o caminho do próprio trem obter sucesso. Tamanho foi o desafio da construção dessa obra que, na observação das Ilustrações 02 e 03, podemos perceber que grande parte da estrada de ferro seguiu o traçado dos principais rios da região, com destaque para o rio Itajaí-Açu.

Dessa forma, a estrada de ferro serviu para transportar o desenvolvimento do Vale do Itajaí, ou seja, transportar os excedentes agrícolas e a madeira, além de unir comunidades de imigrantes e seus descendentes a outras comunidades nativas vindo, conseqüentemente, a desenvolver econômica e socialmente a região. Segundo Hoerhann e Tomasini (1999), a importância da Estrada de Ferro Santa Catarina se faz lembrar ainda quando analisamos que as grandes safras de mandioca, tradição agrícola cultivada na região do Alto Vale do Itajaí, era transportada e industrializada principalmente no Médio Vale Itajaí, para depois ser exportada via Porto no município de Itajaí.

A estrada de ferro tinha como objetivo fortalecer e dinamizar a economia do Vale do Itajaí, ligando o porto litorâneo ao planalto catarinense, e com isso, interligando os povoados e suas produções. Richter (1992) destaca que esse desejo estava presente já na chegada dos alemães na região do Alto Vale do Itajaí, visando promover a imigração e a colonização. Já os primeiros imigrantes pensaram em construir uma ferrovia entre os portos de São Francisco do Sul e as colônias Dona Francisca e Blumenau. Tudo isso dependeria, evidentemente, do “progresso” das áreas colonizadas.

Ilustração 04 - Ponte ferroviária dos Arcos, sobre o rio Itajaí do Sul, no município de Rio do Sul, década de 1930



Fonte: Estação Porão, 2012.

Hoerhann e Tomasini (1999) relatam também que a Estrada Ferro era importante para a atividade pastoril, desenvolvida intensamente no planalto Catarinense. Pelo menos uma vez por semana, abolindo as penosas tropeadas e a consequente perda do peso do gado, as ferrovias desempenhavam a função de transportar os bovinos para diferentes regiões do Estado. Além disso, Hoerhann e Tomasini (1999) chamam a atenção para outros serviços da Estrada de Ferro, que mantinha transporte regular de passageiros entre Itajaí e Trombudo Central, “cortando Rio do Sul”, e fortalecia a importância da ferrovia. Assim, a mesma ferrovia inovou, pois não realizava baldeações, ao contrário das empresas de ônibus da época.

Vale lembrar que nas estações ferroviárias se concentravam os principais serviços de comunicação da época: o telefone e o telégrafo, o que favoreceu ainda mais o desenvolvimento dos municípios que percorria. A grande valia dessa obra certamente foi o transporte da madeira até o porto de Itajaí e de outros ramais ferroviários, pois, como analisou Ferreira (1959), a valorização da madeira e a facilidade de seu transporte pelos trilhos eram destaques econômicos alcançados por Rio do Sul naquele período.

Dessa maneira, mais precisamente entre as décadas de 1940 e 1950 do século passado, Rio do Sul vivenciou um novo e intenso desenvolvimento, atrelado à extração da madeira. A

facilidade de escoá-la possibilitou o estabelecimento de diversas serrarias. Não esquecendo o desenvolvimento da agricultura e do comércio que alicerçavam a base econômica de Rio do Sul, o extrativismo fez experimentar uma posição de destaque em nível regional.

No ritmo de serrarias, de transporte e de boa localização geográfica, e estando por volta 1940 já adiantada a economia extrativista, até a década de 50, bem como daí por diante, Rio do Sul experimentará sua consolidação como polo regional. [...] Graças aos recursos provenientes da madeira, a cidade se desenvolve como eixo prestador de serviços regionais (COLAÇO; KLANOVICZ, 1999, p. 133).

Com uma população de 57.152 habitantes, segundo o recenseamento de 1950, Rio do Sul ocupava o décimo quarto lugar em população, isso em relação aos demais municípios do Estado, sendo tais números consideráveis para um município emancipado em 1930. (FERREIRA, 1959)

Apesar da região ser predominantemente agrícola, o município de Rio do Sul iniciava, no contexto de meados do século XX, seu papel de referencial urbano e importante centro comercial e de prestação de serviços da região do Alto Vale do Itajaí, haja vista a criação de instituições de nível regional que surgiram a partir de então (COLAÇO; KLANOVICZ, 1999). Ainda no que tange à urbanização, destacam que os jornais de circulação local de 1950 enfatizavam o dinamismo que o município alcançava. Apresentam como exemplo o jornal “Últimas Notícias” que, em uma edição de setembro de 1956, trazia como manchete: “Rio do Sul modernizou-se com a colocação de luminosos”.

Na década de 1950, surgiam algumas edificações em Rio do Sul que traziam “ares da modernidade”, Casas de comércio, indústrias diversas, hospitais, igrejas, colégios, bancos e residências representavam o desenvolvimento da cidade como importante centro prestador de serviços em âmbito regional.

Nessa cidade vem tomando um aspecto mais belo e de mais moderna [sic] com a instalação de anúncios luminosos por parte de várias firmas comerciais que funcionam nesta praça. A vista noturna do centro, atualmente, já é algo que chama a atenção de todos, pois aqui e acolá, há um conjunto de cores embelezando o frontispício dos prédios. Quem já teve a oportunidade de apreciar uma vista noturna de Rio do Sul, mais do alto, bem pode constatar a beleza desta inovação que tomou conta da cidade. Merecem menção especial as firmas comerciais que tiveram a feliz ideia desta iniciativa, colaborando assim para o embelezamento de nossa cidade. Vai assim Rio do Sul, pouco a pouco se modernizando, o seu progresso incontestável é bem um atestado de um futuro grandioso que lhe é reservado (JORNAL ÚLTIMAS NOTÍCIAS, 1956, n. 25, p. 01).

Assim, entre as décadas de 1940 e 1950 inúmeras obras de caráter público e privado começam a surgir em Rio do Sul, dimensionando o caráter regional que o município conquistava. Em 1943, é inaugurada a Delegacia Regional de Polícia. Em 1955, é criado o Hospital Samária, passando Rio do Sul a contar com duas casas de saúde, pois em 1922, o Hospital Cruzeiro já era uma realidade de âmbito regional.

Em 1933 é construída a primeira igreja luterana de Rio do Sul, de importante valor histórico com marcantes características estéticas da época. Na década de 1950, inicia-se a construção da nova Catedral São Joao Batista, hoje considerada um marco da arquitetura neogótica regional e um dos cartões postais da cidade. Obra imponente, destaca-se na paisagem da urbe, como demonstra a Ilustração 05.

Ilustração 05 - Catedral São Joao Batista, um dos destaques da arquitetura urbana de Rio do Sul.



Fonte: Cibils, Fotojornalismo, 2007.

Partindo do exemplo dessas poucas, porém representativas construções, podemos compreender que em Rio do Sul iniciava-se um processo significativo de desenvolvimento. Foi nesse município que surgiram, por exemplo, as primeiras estações de rádio da região, com destaque para as estações de Rádio AM, “Rádio Difusora” e “Rádio Mirador”. Também ali se estabeleceram os principais jornais impressos de circulação e influência local, destacando-se o

jornal “A Cidade”, o jornal “Nova Era” e, atualmente, o jornal “Diário do Alto Vale”. Ainda destacamos a “Rede Bela Aliança”, emissora rio-sulense que ocupa um canal de televisão local e continua firmando o diferencial e o pioneirismo nas telecomunicações no município.

Na educação há um grande vazio de informações históricas referentes a dados sobre o Rio do Sul. Isso acontece, em parte, pelo fato de nos primeiros tempos as aulas serem ministradas em alemão e muitos documentos da época terem sido destruídos durante a Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, grandes enchentes regionais destruíram valiosos acervos documentais.

Desde o processo de colonização da região, as enchentes vêm assolando aquelas terras. De tempos em tempos, a descarga dos rios não consegue escoar todas as águas produzidas das cheias e a inundação atinge a maioria dos segmentos produtivos da região (FRAGA, 2005, p. 94).

Apesar disso, destacaram-se no município algumas escolas confessionais, escolas administradas pela igreja, que através de seu histórico institucional, ajudam-nos a compreender o processo educacional de Rio do Sul e região. Como salienta Klug (1999), as escolas confessionais não eram as únicas. Entretanto, entre as dirigidas por alguma igreja ou congregação religiosa, destacamos três colégios pelo modo de organização e pela tradição que granjearam na região.

Tratamos do atual Colégio Synodal Ruy Barbosa, que tem sua história relacionada com o processo de imigração alemã no Alto Vale do Itajaí e com a fundação da Comunidade Evangélica Luterana de Rio do Sul, ocorrida em 1908. Em decorrência da Primeira Guerra Mundial, a escola foi fechada em 1917, haja vista o colégio ter raízes alemãs e caracterizar-se pelo ensino privado, posicionamentos contrários ao governo nacional daquele período. Somados a esses fatores, o Brasil tinha naquele momento a Alemanha como nação inimiga de guerra.

A reabertura do Colégio Ruy Barbosa aconteceu apenas em 1927, em um novo local, porém não durou muito tempo. A deflagração da Segunda Guerra Mundial e a campanha de nacionalização promovida pelo governo federal e estadual levaram o colégio a encerrar novamente as suas atividades. Apenas em 1948, depois de finalizado o conflito mundial, a instituição teve suas portas reabertas, com atividades interrompidas até o momento. Destacamos o ano de 2000, momento em que o mesmo passou a fazer parte da rede de ensino Sinodal, adquirindo o nome de Colégio Synodal Ruy Barbosa.

Outro colégio que adquiriu destaque entre as instituições de ensino confessionais existentes em Rio do Sul foi o Colégio Dom Bosco. Ligado à paróquia de Rio do Sul, desde o

ano de 1948 o educandário é uma possibilidade de ensino para os meninos católicos da comunidade. Coloca-se, assim, como alternativa devido ao crescimento do Colégio Ruy Barbosa no atendimento da comunidade evangélica em Rio do Sul e região. Sua construção teve início em 11 de junho 1948, apesar de a paróquia do município desenvolver atividades religiosas desde o ano de 1926. A partir de então os Salesianos passaram a ofertar a 2ª e a 3ª séries na casa paroquial, situação que perdurou por 16 anos. Tal instituição e regime educacional passaram por modificações estruturais em 1964, ofertando e concorrendo com outros colégios de Ensino Médio da região.

Um terceiro colégio confessional que adquiriu importância na história regional é o Instituto Maria Auxiliadora, surgido em 1928. Esse colégio dividiu por longas décadas com o Colégio Dom Bosco a oferta educacional da região, principalmente para famílias católicas abastadas da região. Fundado no dia 12 de fevereiro de 1928 pelas Irmãs Salesianas, com o nome inicial de Colégio Sagrado Coração de Jesus, o educandário adquiriu importância regional quando, de 1949 a 1967, voltou-se exclusivamente para o ensino feminino. A partir de 1969 o colégio trocou de nome, passando a se chamar Instituto Maria Auxiliadora. Tornou-se sinônimo de tradição educacional na região, desenvolvendo importante papel no auxílio a comunidade rio-sulense em épocas de enchentes que assolaram a região. Principalmente em 1983 e 1984, momento em que muitas famílias de Rio do Sul abrigaram-se nas dependências da escola, permanecendo ali durante todo o período da catástrofe das enchentes, essa instituição foi fundamental.

Os colégios confessionais que ao longo de sua trajetória passaram por inúmeras dificuldades, adquiriram robustez a partir da década de 1960, época em que a educação em Rio do Sul é observada com maior atenção. É nessa década que surge a antiga instituição de curso superior Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí (Fedavi). Foi na tradição de seus três colégios particulares confessionais, somada ao nascimento da Fedavi no decorrer do ano de 1966, que levou o município a adquirir notoriedade no setor educacional para inúmeras famílias da região. Na medida em que passou a ofertar cursos de ensino superior, Rio do Sul reforçou sua condição e reconhecimento de polo regional.

A Fedavi, que depois passou a chamar-se Unidavi (Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí), é a instituição de ensino superior mais antiga da região, atendendo principalmente a comunidade local. Em Rio do Sul, onde a universidade teve seus trabalhos iniciados, ela oferece ensino infantil, fundamental, médio e, especialmente, em cursos de graduação. Taió, Ituporanga e Presidente Getúlio são municípios estratégicos, pelo tamanho da população e a

localização, razão pela qual a Unidavi mantém neles 14 cursos de extensão, sendo a instituição que atende o maior número de municípios no Alto Vale do Itajaí.

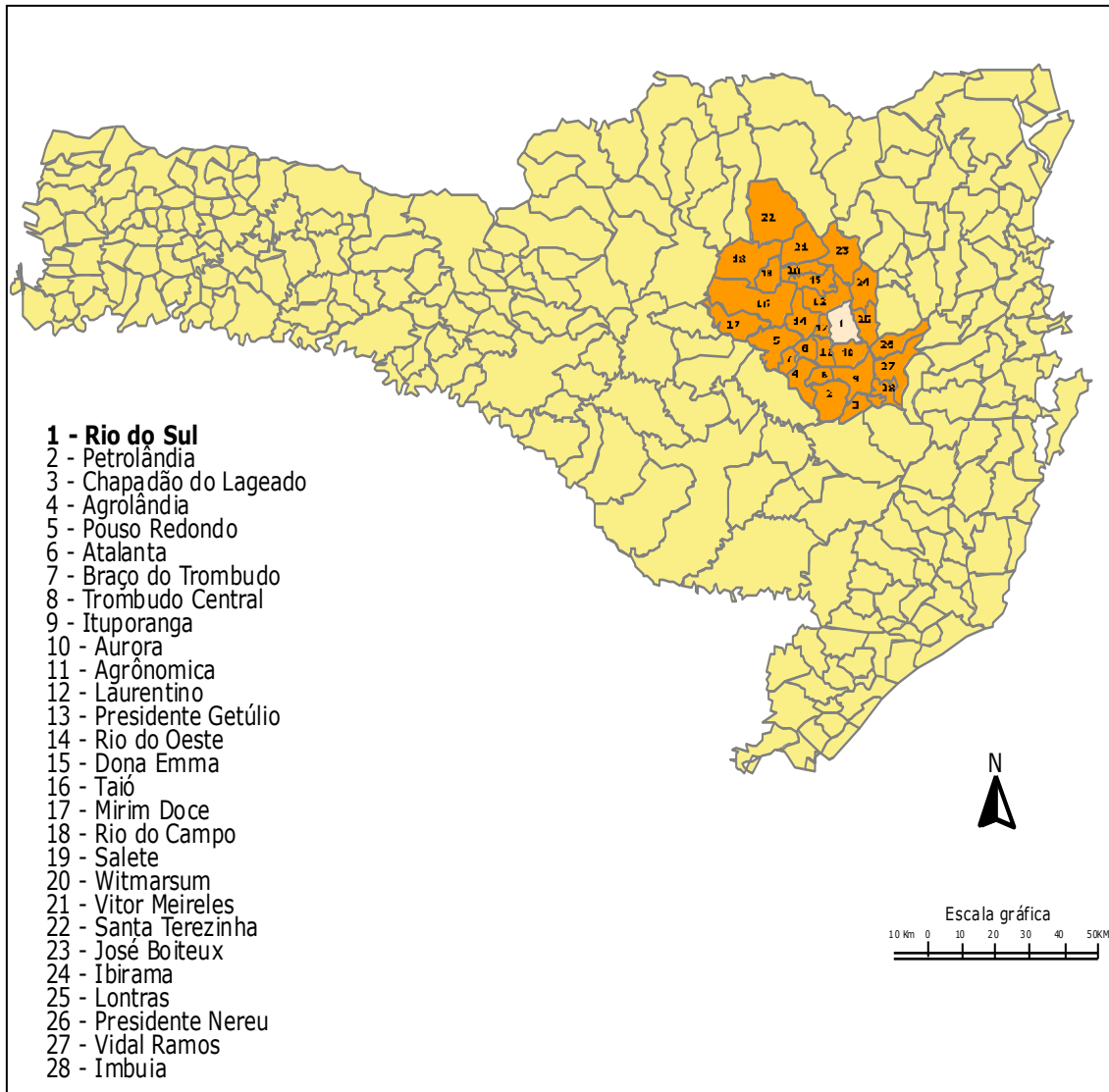
No que tange aos aspectos culturais, Rio do Sul, historicamente, destacou-se dos demais municípios, pois possuiu uma variedade de instituições de ensino, além de casas de cinema e espaço para a apresentação de peças de teatro. Nesse sentido, diferencia-se de outros municípios da região, mais carentes nesses quesitos. Festivais de música e teatro são comuns, sendo ofertados em sua maioria pela Fundação Cultural, marcante para a construção da realidade diferenciada que Rio do Sul conquistou. Pautada na Fundação Cultural, inaugurada em 1989, e comportando espaços de museu e biblioteca, além de oferecer cursos de artes cênicas e visuais, Rio do Sul firmou-se também como expoente cultural no Alto Vale do Itajaí.

A partir dos acontecimentos históricos das últimas décadas do século XX verificamos que nos mais diferentes setores da sociedade, Rio do Sul tornou-se um importante prestador de serviços para o Alto Vale do Itajaí. Seja no meio agrícola, seja no meio urbano, o município tornou-se prestador de uma gama considerável de serviços nas áreas de saúde, educação e lazer, entre outros, para os 28 municípios que compõem geograficamente a região.

Rio do Sul tem atualmente uma área total de 260.520 Km². Possui um Produto Interno Bruto de 31.297,87 (IBGE, 2010), concentrando importantes decisões econômicas da região. Tanto no setor primário, quanto no secundário e no terciário o município adquiriu significativa importância como centro comercial de diversos produtos (PELLIZZETTI, 1985).

A Ilustração 06, abaixo, além de demonstrar a localização do município de Rio do Sul no Alto Vale do Itajaí, busca também localizar os 28 municípios vizinhos, sob os quais ele exerce influência e poder de atração.

Ilustração 06 - Localização do Alto Vale do Itajaí no estado de Santa Catarina



Fonte: Secretaria do Estado e Desenvolvimento Econômico, 2000. Modificado pelo autor, 2016.

Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento de Rio do Sul foi a construção da antiga rodovia de Santa Catarina, SC-23, que mais tarde passaria a ser chamada nacionalmente de BR-470. Essa passou a conectar as diferentes rodovias estaduais e regionais, interligando os municípios do Alto Vale do Itajaí. A nova ligação asfáltica representou um importante acontecimento nas décadas de 1950/1960, colocando o município definitivamente no “mapa estratégico” e territorial catarinense. Rio do Sul muito se beneficiou com essa rodovia. A partir de sua construção, passou a fortalecer seu caráter de importância na região, podendo dinamizar questões de logística a seu benefício, semelhante ao que vinha ocorrendo nas áreas de educação, saúde e lazer.

Com a construção da rodovia BR-470, Rio do Sul alcança o desenvolvimento, pois agora é possível, em poucas horas, deslocar pessoas e mercadorias e, assim, alcançar outros

importantes municípios catarinenses, situação interessante para uma localidade que é ponto de convergência entre o litoral e a serra catarinense.

Nesse contexto, a Estrada de Ferro de Santa Catarina, que até então era sinônimo de progresso, foi vagarosamente esquecida, abandonada e desativada em 1971. Momento que a própria “magia” de se chegar onde se queria em pouco tempo, auxiliada pela popularização dos carros, ônibus e caminhões, foi se incorporando no cotidiano das pessoas.

Pouco a pouco federalizada, passa a SC-23 a ser chamada de BR-470 e recebe vultosos investimentos do governo federal [...] a rodovia passa a ser modelo de eficiência e rapidez nos transportes do Vale do Itajaí, caindo nas preferências populares e empresariais, deixando a ferrovia sem ter o que transportar. [...] Ultrapassado, ainda andando a 30 km por hora, causando prejuízos de toda a sorte, o então velho trem não conseguia mais competir com a modernidade asfáltica (HENKELS; HABITZREUTER, 2009, p. 9).

Possuindo atualmente o maior centro industrial do Alto Vale do Itajaí – com destaque para o setor têxtil e outras fábricas ligadas ao ramo metal mecânico –, o setor industrial, somado ao comércio representam o importante desenvolvimento do setor secundário e terciário do município. Isso provoca ondas migratórias pendulares, nas quais pessoas residentes em cidades vizinhas a Rio do Sul buscam preencher vagas de trabalho ali ofertadas.

A partir dos dados disponibilizados pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI, 2010), Rio do Sul destaca-se na região por deter a maior população dentre os 28 municípios que integram a associação. Conforme o Censo Demográfico do IBGE de 2010, das 269.460 pessoas residentes no Alto Vale do Itajaí, a maior parte concentra-se exatamente no município de Rio do Sul, que possui 61.196 habitantes, ou seja, 22,9% do total da população da região. Para o ano de 2016, o IBGE estimava para o município uma população de 68.217 pessoas.

Tabela 02 - População dos municípios do Alto Vale do Itajaí

Municípios	Censo 2010	Estimativa 2016
Agrolândia	9.328	10.427
Agronômica	4.901	5.371
Atalanta	3.300	3.268
Aurora	5.552	5.681
Braço do Trombudo	3.457	3.682
Chapadão do Lageado	2.764	2.933
Donna Emma	3.723	4.039
Ibirama	17.342	18.567
Imbuia	5.709	6.087
Ituporanga	22.255	24.343
José Boiteux	4.720	4.874
Laurentino	6.005	6.694
Lontras	10.248	11.584
Mirim Doce	2.513	2.399
Petrolândia	6.131	6.051
Pouso Redondo	14.812	16.692
Presidente Getúlio	14.886	16.736
Presidente Nereu	2.284	2.306
Rio do Campo	6.195	6.078
Rio do Oeste	7.094	7.428
Rio do Sul	61.196	68.217
Salete	7.757	7.614
Santa Terezinha	8.767	8.855
Taió	17.265	18.161
Trombudo Central	6.554	7.135
Vidal Ramos	6.293	6.361
Vitor Meirreles	5.208	5.089
Witmarsum	3.601	3.876
Total	269.460	290.548

Fonte: IBGE e AMAVI (2010)

Tais dados, referentes à população de Rio do Sul e dos municípios vizinhos, reforçam o caráter ímpar conquistado nas últimas décadas pelo município. O censo demográfico de 2010 constatou, igualmente, que a absoluta maioria da população de Rio do Sul reside nas áreas urbanas. Ali eram encontrados 56.783 habitantes, contra uma população rural de 4.413. Portanto, apenas 7,1% de sua população vivia em áreas rurais no ano de 2010.

Acreditamos que nesses 87 anos de emancipação política, os fatos que colocam Rio do Sul em destaque no cenário regional do Alto Vale do Itajaí e, em consequência, em destaque no Estado de Santa Catarina, são diversos. Vale aqui destacarmos a importância que a agricultura e o comércio conquistaram desde o início do século XX, bem como a função estratégica desempenhada pelos meios de transporte – inicialmente com a estrada de ferro e

posteriormente com a rodovia BR-470, interligando o Alto Vale e seus produtos a diferentes regiões, que fazem justificar o desenvolvimento do município de Rio do Sul.

Apesar do município ter conquistado espaços importantes em diversos setores econômicos ao longo de sua história, sabemos que inúmeros desafios sociais ainda estão presentes. Um dos possíveis “indicadores” ou reflexos de desenvolvimento de um município é a qualidade de vida que ele oferece aos seus moradores. A existência e a possibilidade da população usufruir de lugares públicos como Parques e Praças inserem-se nesse contexto. No próximo capítulo, trataremos desses lugares públicos de Rio do Sul. Nosso fito é estudar Praças e Parques como lugares de memória e detectar disputas explícitas ou não que elas envolvem.

4 OS LUGARES DA PRAÇA E DO PARQUE EM RIO DO SUL – SC / BRASIL

Buscando compreender como o município de Rio do Sul materializou sua memória, apresentamos nesse capítulo dois lugares públicos e urbanos de destaque no município. Acreditamos que a partir disso poderemos compreender também partes da história política de Rio do Sul, além dos diferentes interesses pautados em tais lugares.

Dessa maneira, o objetivo deste capítulo é analisar em que medida a materialização dos lugares públicos, objetivados em Praças e Parques, expressam processos históricos de disputa pela memória coletiva. Debater como os lugares tornaram-se símbolos de lugares de memória, e de memória coletiva de Rio do Sul e região é outro intuito dessa etapa. Isso porque, enquanto equipamentos públicos, acreditamos que a Praça e o Parque fazem parte da memória de inúmeros cidadãos. Não podemos esquecer que os lugares investigados representam expressões de disputas ideológicas e políticas, onde a formação da memória, incluído aí o próprio esquecimento são os reflexos dessa disputa.

Foi a partir dos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Rio do Sul, mais especificamente do seu setor de Planejamento Urbano que, entre os 20 lugares públicos urbanos demarcados no município, entre Praças, Jardins e Parques, selecionamos dois para servirem como objetos empíricos de nossa análise. Assim, nossa escolha recaiu sobre a Praça do Trabalhador e o Parque Harry Hobus, lugares de representações distintas e ideologias que “orbitam” o campo da memória.

Podemos refletir que a Praça do Trabalhador e o Parque Harry Hobus, importantes lugares públicos existentes no município de Rio do Sul, adquiriram, a partir de suas inaugurações, vários sinônimos. Desenvolvimento, lazer e qualidade de vida são apenas alguns dos adjetivos com que esses lugares públicos foram rotulados. Esses, projetados e construídos em momentos conjunturais de hegemonia de ideologias políticas diferentes, podem, no entanto, ser percebidos também sob a ótica de lugares de memória, ainda que para isso se faça uma leitura um tanto quanto que distorcida do conceito inicialmente exposto por Pierre Nora (1993). Tratam-se de dois lugares/territórios que carregam simbologias e que materializam aspectos imateriais.

Da mesma forma, acabam por representar a memória coletiva de dois grupos políticos antagônicos no município. Como analisamos no capítulo 02 desta dissertação, a partir das teorizações de Halbwachs (2004) podemos inferir que as memórias são construídas por grupos sociais. No nosso caso, tratam-se de dois grupos políticos diferentes que em determinado momento decidiram o que deve ser lembrado. Como a memória é um fenômeno

construído, consciente ou inconscientemente, por grupos, que resulta no reforço dos sentimentos de identidade e de pertencimento, como exposto por Le Goff (1996), pode transformar-se igualmente em um campo de disputa. Isso que pode incluir o silenciamento ou o esquecimento das memórias adversárias, como defendido por Pollak (1989).

Dessa forma, desejamos demonstrar que, em Rio do Sul, com a construção de uma Praça e de um Parque, as implicações e as disputas pelos lugares de memória estiveram presentes e tomaram forma. A Praça do Trabalhador e o Parque Harry Hobus foram escolhidos como objeto de investigação pela importância política, cultural, social e urbanística que esses lugares adquiriram nas últimas décadas. Também porque a partir deles é possível identificar uma disputa pelas simbologias, imortalizações e esquecimentos que esses lugares de memória carregam. Nesse sentido, cabe reforçar que a prática do esquecimento ou do descaso pode ser uma estratégia presente na disputa pela apropriação da memória coletiva de determinado espaço. Dessa forma, precisamos estar atentos às disputas surdas ou implícitas que os lugares públicos coletivos carregam.

Tanto o lugar Praça quanto o Parque são lugares cuidados e mantidos pelo poder público. Logo a manutenção, a visibilidade ou cuidado atribuído a determinado lugar e negado a outro podem escamotear algum tipo de memória que se quer preservar ou que se quer esquecer.

4.1 Praça do Trabalhador

A Praça do Trabalhador é um lugar público urbano de Rio do Sul que merece nossa atenção pela sua singularidade. Tem de uso e visibilidade cotidiana, adquirindo ao longo do tempo, mais precisamente a partir de sua construção, algumas características singulares, as quais buscamos apresentar nessa dissertação. A partir dos símbolos e formas que as Praças possuem, acreditamos que elas podem trazer as diferentes questões referentes à memória, à formação e à “disputa”, como lembram Nora (1993), Halbwachs (2004) e Pollak (1989).

Seguindo ainda os conceitos propostos pelos mesmos autores, no que se refere aos lugares de memória e à memória coletiva, acreditamos que a Praça do Trabalhador tornou-se, a partir de sua materialização em 2004, um exemplo clássico de memória coletiva em disputa. Lembramos que a reminiscência está constantemente buscando se enraizar no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto.

Compreendemos que o próprio título que esse espaço adquiriu – Praça do Trabalhador – traz, antes de qualquer análise ou estudo mais específico, vários questionamentos sobre os

objetivos e interesses colocados a partir da fundação e nomeação desse lugar. Devemos destacar que ela foi criada em um período político em que o Partido dos Trabalhadores (PT) pela primeira vez alcançou a chefia do poder executivo em Rio do Sul. Situação análoga ocorreu no âmbito do poder legislativo, onde a maioria dos vereadores eleitos para a Câmara Municipal pertencia ao mesmo partido político.

Tal contexto político hegemônico da esquerda em nível municipal pode ser associado aos acontecimentos e conquistas políticas obtidas pelo Partido dos Trabalhadores no âmbito nacional. Lembramos que na representação máxima do poder executivo nacional o Partido dos Trabalhadores conquistou, através de seu líder maior, Luiz Inácio Lula da Silva, a presidência do Brasil no ano de 2002. Lula foi reeleito para um novo mandato consecutivo em 2006.

A partir dessa conjuntura política, destacamos a trajetória vitoriosa do PT nas eleições municipais de Rio do Sul no ano 2000. Naquele pleito eleitoral municipal, Jailson Lima da Silva, candidato a prefeito pelo PT e com a coligação PT, PSB, PCdoB, PDT e PL, somou 15.012 votos, sendo o vitorioso. Na votação para o cargo de prefeito municipal em Rio do Sul foi expressivo o número de votos conquistados por Jailson Lima da Silva em relação aos seus concorrentes de outras coligações partidárias. Jaime João Pasqualini, da coligação PPB, PFL, PSDB, obteve 8.732 votos; já o candidato Nódgi Enéas Pellizzetti, da coligação PPS, PMDB, PTB, PTN, totalizou 7.021 votos.

Jailson Lima da Silva, que tornou-se conhecido do público pelos serviços médicos desenvolvidos em Rio do Sul, nasceu em 1958 no município de Siderópolis, região sul de Santa Catarina. Filho de Adélia e João M. da Silva, formou-se em medicina, realizando seus estudos de graduação na Universidade Federal de Santa Catarina no período compreendido entre os anos de 1978 a 1983. Pós-graduado em Saúde Pública pela Faculdade Evangélica do Paraná, em 1984, e em Medicina do Trabalho pela Fundação Universidade Federal do Paraná, em 1985, estabeleceu-se nesse mesmo ano em Rio do Sul para trabalhar. Ingressando efetivamente na vida pública a partir de então, é lembrado como um dos fundadores do PT no município de Rio do Sul e em todo o Alto Vale (ALESC, 2010).

Antes da eleição vitoriosa de Jailson Lima da Silva no pleito de 2000, o político do PT havia amargado duas derrotas consecutivas na sua tentativa de administrar Rio do Sul. Nas eleições municipais de 1992 e de 1996 perdeu as eleições para candidaturas vindas do campo conservador. Em 1992 saiu-se vitoriosa a candidatura de Nódgi Eneas Pellizzetti da coligação formada pelo PDT, situação que se repetiu no pleito de 1996, com a vitória do mesmo na

coligação encabeçada pelo PDT. Apenas em 2000, na sua terceira tentativa, Jailson Lima da Silva alcançou seu intento. Seu governo como prefeito foi marcado pelo recebimento de inúmeros prêmios de destaque, dentre os quais o do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ), que lhe conferiram o prêmio de Prefeito Amigo da Criança. Jailson, entre mais de 5.600 prefeitos de municípios concorrentes, destacou-se com o sétimo lugar pela qualidade do trabalho executado para as crianças e adolescentes.

De certo modo, ou a partir de tais premiações, o nome de Jailson Lima da Silva viu-se projetado no âmbito estadual. A conjuntura política nacional, onde o PT viu-se alçado a mandatos consecutivos ao Planalto, também colaborou para sua ascensão política no nível estadual. Desse contexto surge a candidatura para deputado estadual nas eleições de 2006, momento em que, somando 24.788 votos, foi eleito à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 17ª legislatura. Outra vitória política expressiva sua aconteceu em 2010, quando Jailson Lima da Silva, defendendo também o PT, somou a expressiva votação de 33.129 votos. A situação não veio ser semelhante nas eleições de 2014, quando o candidato, buscando a sua reeleição para o legislativo estadual, não obteve êxito, apesar dos 27.434 votos que lhe foram sufragados. Tal situação fez Jailson Lima da Silva dedicar parte de seu tempo à sua profissão de médico em uma clínica no município de Rio do Sul, com especialidade em Reumatologia e Medicina do Trabalho. Atualmente ainda divide seu tempo com a presidência da Eletrosul, empresa pública controlada pela Eletrobrás e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede estadual em Florianópolis.

A partir desse histórico e da expressão política adquirida pelo PT no município de Rio do Sul e região, percebemos que alguns lugares e obras no município representam, historicamente, aquele momento vivido no cenário político. A Praça do Trabalhador, por exemplo, possivelmente representa um destes lugares criados para marcar, quando não “imortalizar”, esse momento político, registrando na memória coletiva as bandeiras e conquistas de determinado grupo que esteve à frente do governo municipal em um específico momento.

Outras obras públicas, semelhante à Ponte Olívio Antônio da Silva, ligando importantes bairros como o Canta Galo ao Jardim América, a pavimentação de ruas em parceria com moradores, a construção dos condomínios populares Arco Íris e Bela Vista, e a aquisição do imóvel onde funciona hoje o Centro de Eventos do município auxiliaram diretamente no desenvolvimento do município e marcaram de forma categórica o seu mandato. Perceber a

importância estratégica que alguns lugares e obras representaram em determinados momentos administrativos e políticos, é o que aqui pretendemos.

Contudo, entre as obras referentes ao primeiro momento político de Jailson Lima da Silva à frente da prefeitura municipal (2000 – 2004), focamos na Praça do Trabalhador. Essa é entendida por nós como um lugar de suma importância e destaque. Localizada em uma extremidade do perímetro urbano de Rio do Sul, na direção norte do município, essa obra buscava, além de valorizar áreas periféricas do urbanismo do município, produzir de maneira clara e inequívoca um referencial, um marco, um lugar de memória no município através de uma obra pública.

A Praça do Trabalhador adquiriu, ao longo do tempo, singularidade entre as outras. O fato de ser inaugurada em “anexo”, ou praticamente sobre outra Praça, conhecida como Gino Alberto de Lotto, representa de maneira candente as disputas pela memória vivenciadas no município. Construída quando o PT administrava o município, nela foi edificada uma grande bicicleta, obra de arte que viria não somente homenagear os trabalhadores, mas também se constituir em um importante símbolo representativo do operariado. A bicicleta, assim como outros monumentos ou representações existentes em lugares públicos, pode exercer a função de consolidar ou solidificar na memória coletiva do conjunto da população aquilo que um determinado grupo pretende que se immortalize.

Canalle (2017), renomado artista local, responsável por criar esculturas com sucatas de ferro em vários municípios de Santa Catarina e pela construção da bicicleta existente na Praça do Trabalhador, destaca que o objetivo maior dessa obra era homenagear diretamente os trabalhadores locais. Segundo o artista, a bicicleta deveria representar uma identificação direta com o trabalhador, haja vista ser um importante e diário meio de transporte para a população mais humilde, local e regional.

Usando peças de metal reciclado, doadas por empresas da região, buscou criar uma identificação entre o trabalhador e sua labuta cotidiana. É possível perceber essa intenção tanto no livro publicado por Canalle (2016), *O ferro em suas formas e figuras*, quanto em entrevista concedida ao pesquisador (2017). Na entrevista concedida, Sérgio Canalle destaca que atualmente seu monumento está esquecido, principalmente pelo poder público, isso em uma clara tentativa de apagar o legado político do PT.

Ilustração 07 - Praça do Trabalhador



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Observando as placas presentes na Praça do Trabalhador, detectamos que o lugar público foi inaugurado em maio de 2004. Sua inauguração não se diferenciou da de outros eventos similares, sendo assim noticiada com grande destaque e aguardo pela população. O registro no jornal semanário Nova Era, datado do dia 07 de maio a 13 de maio de 2004, afirma que o lugar da Praça do Trabalhador representa o início da Ciclovía do Trabalhador.

O principal discurso foi proferido pelo prefeito Jailson Lima da Silva, o qual, segundo o jornal “Nova Era”, (2004, p. 05) declarou que “a construção da ciclovía traz mais segurança e tranquilidade aos pedestres e ciclistas”, situação semelhante ao que Canalle (2017) relembra quando relata que um dos desejos do então prefeito era, além de homenagear os trabalhadores, os proteger, justificando a partir disso a criação da ciclovía a partir do lugar Praça.

Completando e lembrando o momento em que a Praça e a Ciclovía do Trabalhador foram inauguradas, o “Nova Era” apresentou os seguintes acontecimentos em destaque:

Após a inauguração um grande passeio ciclístico foi realizado, promovido pela Fundação Municipal de Desportos e o SESI. Os ciclistas percorreram toda a extensão da ciclovía, até o bairro Bela Aliança, Ao final do passeio, houve sorteio de várias bicicletas entre os participantes do evento (JORNAL NOVA ERA, 2004, p. 09).

Disponível no acervo Público Municipal, o jornal Nova Era, único exemplar que nos remeteu à inauguração da Praça do Trabalhador e à ciclovia municipal, nos fornece importantes referências no que diz respeito à inauguração dessas obras públicas. Podemos ainda perceber, segundo o jornal, que esse lugar público foi recebido com entusiasmo pela população da região, situação evidenciada tanto pelo número de pessoas presentes naquele ato, 2000 pessoas, quanto pela presença, segundo o jornal, de diferentes órgãos e instituições.

Considerações sobre o objetivo da construção da Praça do Trabalhador ficaram evidenciadas nas placas de inauguração. Em uma delas aparece, com destaque, o lema da administração municipal daquele quadriênio de 2001/2004: “administração popular”. As mesmas placas ainda fazem homenagem a “todos os trabalhadores de Rio do Sul e em especial aos servidores da secretaria municipal de obras”, situação não curiosa quando lembramos que naquele período o PT estava à frente do governo.

Nessa Praça, como destacamos anteriormente, há um monumento em forma de uma bicicleta, edificada em ferro, e de tamanho singular. O logradouro é ainda dotado de dois bancos e de um espaço cercado por área relvada. Esse lugar público caracteriza-se pelo início da ciclovia municipal, a qual busca integrar diferentes bairros da cidade. Sendo uma antiga reivindicação popular, a ciclovia municipal representou um passo importante para o desenvolvimento de Rio do Sul, reforçando um meio de transporte alternativo e saudável no principal município do Alto Vale do Itajaí.

A partir da entrevista de Canalle (2017), evidenciou-se a contrariedade do artista sobre a situação atual desse lugar público e, com isso, sobre o monumento da bicicleta presente na Praça. Enquanto artista de uma obra monumental e pública, o cidadão rio-sulense, relatou que:

Tudo são oportunidades políticas, a Praça do Trabalhador e outras obras que realizei pela região do Alto Vale do Itajaí foram sempre pedidos de prefeitos [...] se vende cultura para o povo, mas não se cuida das obras públicas, isso por que quando se troca o prefeito, troca-se também o interesse público. Um valoriza o esporte, outro valoriza a cultura. Político é assim, é simpático e tal, depois de eleito valoriza seus interesses (CANALLE, 2017).

Completando, na Praça do Trabalhador encontramos, ainda, um busto em homenagem ao italiano Gino Alberto de Lotto. Esse monumento chama a atenção porque está localizado em uma das extremidades da Praça. O busto é atualmente motivo de debates, quanto não de confusão, por parte da população e do próprio poder público. Essa situação se faz pela dificuldade de demarcar a delimitação das duas “Praças” sobrepostas no mesmo lugar. A Praça do Trabalhador, a qual tem em sua localização e o marco inicial da ciclovia municipal,

e que ainda leva o mesmo nome, Ciclovía do Trabalhador, foi inaugurada em 2004 exatamente sobre o lugar de uma outra Praça, conhecida oficialmente como Praça Gino Alberto Lotto. Daí resulta a confusão e a controvérsia sobre tal lugar ou nesse caso “lugares”.

Ilustração 08 - Praça e Busto, Gino Alberto de Lotto



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Gino Alberto de Lotto é personagem histórico da região do Alto Vale do Itajaí, com destaque na memória regional. Foi combatente da Primeira Guerra Mundial, transferindo-se para o Brasil logo após o término da guerra. Fixou residência na região do Vale do Itajaí, caminho de muitos imigrantes europeus no contexto pós-Primeira Guerra Mundial. Com conhecimento em engenharia civil e hidráulica, teve relação direta com o desenvolvimento de Rio do Sul e região, pois, seguindo seu ofício de engenheiro, foi um dos responsáveis pela

construção da Estrada de Ferro de Santa Catarina, bem como da Catedral São João Batista, além de ser provedor do Hospital Cruzeiro.

A partir do destaque que Gino Alberto de Lotto conquistou ao longo da sua trajetória de vida, se tornou personagem da memória regional, figurando como cidadão exemplar no contexto da construção da memória coletiva regional. Vale lembrar que, indiferente do momento histórico da construção da Praça ou da confecção do busto de Gino Alberto de Lotto, o objeto dessa dissertação é a materialização desses lugares de memória construídos intencionalmente.

É dessa forma que a Praça do Trabalhador assume na memória coletiva de Rio do Sul um papel relevante. Além de buscar homenagear um determinado grupo específico e representar uma ideologia política de esquerda, foi construída sobre outro lugar ou sobre uma outra memória que a precedeu. Com isso, percebemos que existe ali uma clara intenção de se apropriar de um lugar público e destacar uma memória; nesse caso a gestão petista realizada entre 2001-2004. Uma Praça, segundo nossas leituras, é um equipamento que não somente simboliza o desenvolvimento urbano, mas é, igualmente, um lugar que projeta a memória coletiva de um determinado grupo social. De forma objetiva, a criação da Praça do Trabalhador, ou sua construção parcial sobre o lugar da Praça Gino Alberto de Lotto, nos possibilita compreender tanto a disputa que existe pelos lugares de memória, quanto pela tentativa de construir nesses lugares a memória coletiva de um grupo.

Contudo, as características da Praça do Trabalhador, descritas acima, não fazem significar que a Praça atualmente viva dias de glória. Principalmente no que se refere aos cuidados, como limpeza ou manutenção, esse lugar passa por momentos de esquecimento. Afirmamos isso pelas limitadas alternativas que proporciona para o lazer e a descontração, quesitos importantes nesses lugares contemporâneos. Outros motivos ou situações que demonstram o descaso com a Praça são as constantes placas que, informando alguma obra do município ou apresentando algum evento regional, estão constantemente descaracterizando o uso social desse lugar.

Ilustração 09 - Praça do Trabalhador



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Importante é ainda notar a possibilidade de o poder público atual estar negligenciando essa Praça justamente para reduzir a visibilidade das próprias placas inaugurais que reforçam a simbologia do PT, diferente do atual momento político de Rio do Sul. Esses símbolos, destacando o nome do então ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, reforçam a necessidade de uma negação administrativa sofrida pela Praça do Trabalhador. Esse lugar funcionaria, assim, como um elo de ligação entre o poder político federal e o municipal de então, caracterizando determinado lugar e fomentando certa memória.

Ilustração 10 - Praça do Trabalhador



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Através do projeto de Lei número 022/04, que deu origem a Lei nº 4.038, de 06 de abril de 2004 (RIO DO SUL, 2004), justificava a administração municipal as razões do nome da Praça e da Ciclovía do Trabalhador.

O Governo Popular quer dar o nome à ciclovía da estrada Blumenau de Ciclovía do Trabalhador como forma de: homenagear todos os trabalhadores de Rio do Sul; Garantir um espaço de segurança aos trabalhadores; Pagar uma dívida com as famílias que tiveram entes perdidos ou acidentados; Proporcionar saúde e lazer porque o espaço poderá ser usado, também para caminhadas; Enfim, entende-se que uma ciclovía melhora a qualidade de vida da população que a utiliza, na sua maioria trabalhadores (PROCESSO DE LEI, 4.038, 06 abril de 2004 / RIO DO SUL).

Contudo, acreditamos que a Praça do Trabalhador representa um interessante lugar público urbano, sendo um símbolo de uma memória política. Independente dos homenageados ou da área referente ao lugar da Praça do Trabalhador, compreendemos que nesses lugares materializaram-se ideologias.

Entrevistamos o ex-prefeito Jailson Lima da Silva, lembrado nas placas presentes na Praça do Trabalhador e principal responsável pela inauguração da Praça. Apesar de Jailson, hoje dividir seus horários entre a função de médico em Rio do Sul e a de diretor

administrativo e financeiro da Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A, em Florianópolis, ele ainda é um dos referenciais da história política do PT no município e na região.

Aceitando falar sobre os lugares públicos criados no período que esteve à frente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, com destaque para a Praça do Trabalhador e a ciclovia, o ex-prefeito foi entrevistado sobre o processo de construção da Praça. Questionado sobre de quem foi ideia de fazer a Praça do Trabalhador, Jailson Lima da Silva (2017), afirma que a ideia foi do governo daquele momento. Relata que enquanto prefeito esteve sempre envolvido com a questão de marcas esculturais, buscando valorizar artistas regionais e materiais reutilizáveis ou sucatas. Com orgulho, o entrevistado lembrou que:

A Praça do Trabalhador, foi o resultado de diferentes desafios, buscamos valorizar os artistas locais, mais o detalhe de fazer grandes esculturas, foi uma Praça que unida à ciclovia, atendia antigas reivindicação populares, principalmente daquela região, carente de espaços públicos (SILVA, 2017).

Ainda sobre a importância que o entrevistado atribui à Praça do Trabalhador e a ciclovia que ali se inicia, destacou o caráter de mobilidade urbana pela valorização de um lugar para os ciclistas, sendo um diferencial do mesmo espaço, e o tornando dinâmico e contemporâneo, segundo o entrevistado.

Parece-nos interessante destacar o valor diferenciado atribuído pelo ex-prefeito Jailson Lima da Silva (2017) ao material utilizado na escultura da bicicleta. O mesmo relata que apesar do material ser de sucata de ferro, com partes de antigos trens da região, a obra não é pintada. Isso se fez de maneira intencional, para que o metal interaja com o tempo, ou seja, que a Praça esteja em constante interação com a realidade do cidadão.

Em resumo, Jailson Lima da Silva (2017) reforçou que a Praça do Trabalhador foi um compromisso realizado com os cidadãos de Rio do Sul em seu governo, pois tal lugar tornou-se uma referência única, na situação de homenagear os trabalhadores, fomentando e valorizando o meio mais comum de transporte por esses utilizado, a bicicleta. Contudo, o antigo prefeito fez questão de frisar que existe uma lógica política muito clara em Rio do Sul e na Região do Alto Vale do Itajaí no que se refere a seu antigo mandato no poder executivo do município e de obras atribuídas ao “seu partido”, o PT.

Busca-se desconstruir ou apagar todo ou qualquer obra que fiz nessa cidade, essa situação fica evidente quando você percebe o abandono da ciclovia que eu inaugurei, não diferente de outras obras do meu governo, eu que enquanto prefeito, fui o que mais inaugurei obras públicas nessa cidade, principalmente as Praças que você investiga (SILVA, 2017).

Colocando-se como o melhor prefeito que Rio do Sul já possuiu, e entre um dos melhores na história dos municípios do Alto Vale do Itajaí, Jailson Lima da Silva foi sucinto em dizer que no período em que era prefeito, o município de Rio do Sul era mais bonito e organizado.

As pontes todas tinham vasos floridos no entorno dos acostamentos, você andava e em torno das passarelas, tinham vasos com flores [...] A ponte da rua Rui Barbosa, fui eu que fiz, fazia 39 anos que não se fazia uma ponte de concreto em Rio do Sul, eu fiz no primeiro ano de mandato, em 10 meses, e ela é uma P45, de alta tonelagem, ponte de BR. Ao lado eu fiz uma Praça também, e ao lado tem um monumento chamado monumento da paz, são duas asas abertas, foi na época que morreu o Celso Daniel, aquele monumento se chama monumento da paz Celso Daniel, não é a Praça que é Celso Daniel, este um grande urbanista, assassinado, que quando eu me elegi prefeito ele veio a Rio do Sul, pessoalmente fazer um planejamento a meu pedido. Celso Daniel era prefeito de uma cidade enorme [...] então cada local que eu fazia uma atividade eu construía uma Praça ao lado, tanto que eu não vendi nenhum terreno, já que o prefeito que me sucedeu vendeu basicamente todos os terrenos públicos...[...] (SILVA, 2017).

Criar urbanidade sem o conteúdo de Praça é impossível, pois, segundo o ex-prefeito, esse lugar deve guardar em si uma relação muito importante com os cidadãos e estar voltado para os trabalhadores. Ainda com orgulho, o ex-prefeito relatou que em todas as Praças inauguradas em seu governo placas em homenagem aos trabalhadores que edificaram esses lugares foram construídas, imortalizando os diferentes operários daquele contexto. Partindo dessas percepções, ou propriamente ações, o ex-prefeito afirma que não houve governo posterior ao seu que tenha edificado relevantes obras públicas para a população de Rio do Sul, principalmente lugares semelhantes às Praças. Lembrou ainda que em seu governo os lugares públicos foram muito valorizados, não restando dúvida, em sua opinião, de que ele, enquanto prefeito, instigou e valorizou em seu governo a criação de áreas semelhantes.

Sendo assim, podemos concluir que Jailson Lima da Silva, enquanto antigo prefeito, até valorizou diferentes lugares públicos, fato atestado em sua entrevista, e certo “mapeamento” de lugares que o mesmo atribui a seu mandato governamental. Essa situação não necessariamente explica as intenções reais em materializar esses mesmos lugares públicos.

De maneira mais objetiva, devemos refletir sobre quais as reais intenções em construir e inaugurar diferentes lugares públicos em Rio do Sul, pensando no sentido de Praças. Homenagear os trabalhadores, através de símbolos, monumentos e Praças pode até ser uma postura digna de um governo, mas curiosa quando o governo se intitula como popular e está sob a insígnia do Partido dos Trabalhadores. Com isso, a Praça do Trabalhador, antes de ser propriamente um lugar público, oferecendo o bem estar social, representa a memória de um

grupo político, o qual, desejando configurar as principais páginas da história, constrói e caracteriza Praças.

4.2 Parque Harry Hobus

O Parque Harry Hobus constitui, em Rio do Sul e na Região do Alto Vale do Itajaí, o que podemos compreender como um importante lugar de sociabilidade e qualidade de vida. Esse, por ser o primeiro Parque do município, reforça os conceitos de acesso ao lazer no espaço público, destacando-se como o único de caráter público do município. Podemos ainda afirmar que ele veio proporcionar uma área de lazer não apenas à população local, mas também à regional. Lembramos que apesar de Rio do Sul ter se consolidado como município polo no Alto Vale do Itajaí em meados do século passado – sobressaindo-se nos quesitos econômico, social e cultural – foi com criação do Parque Harry Hobus que a cidade tornou-se referência também no quesito lazer.

Construído em uma área total de 30.435,00 (trinta mil quatrocentos e trinta e cinco) metros quadrados, sob um terreno da própria prefeitura, abaixo da ponte elevada José Thomé, entre a Rua Fernando Silva e Ribeirão Canoas, o Parque Harry Hobus veio oferecer amplo espaço recreativo. Em uma área considerada sem utilidade, como tantas outras no município de Rio do Sul, por estar em local de possível alagamento e por ainda fazer parte de um canteiro de obras da ponte – conhecida regionalmente como Elevado – foi construído o Parque.

As obras que envolveram a ponte elevada e o Parque Harry Hobus custaram cerca de R\$ 13 milhões de reais, sendo R\$ 9 milhões desses de empréstimos do Badesc (Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.) e o restante repassado pelo Governo do Estado a título de contrapartida. O Parque foi inaugurado no dia 23 de dezembro de 2009, contando desde o seu início com diversos equipamentos de uso comum como, por exemplo, equipamentos para ginástica, quadra de esporte destinada às práticas de futebol e basquete, pistas para ciclistas e pedestres, espaço para crianças e bancos, tudo isso em uma área bastante arborizada.

Dessa forma, o Parque tornou-se, já no momento de sua inauguração, referência de lazer para Rio do Sul. O lugar passa, ainda, por constantes manutenções e melhorias, como o que aconteceu com a instalação do sinal público de internet, que veio atender grande parte dos visitantes. Foi cercado por área verde onde foram plantadas 1,2 mil mudas de árvores, acompanhadas por ajardinamento com gramado e outras plantas rasteiras. Localizado no

centro da cidade de Rio do Sul, o Parque, segundo jornais da época que antecederam a inauguração, foi muito esperado pela população local e regional, como destaca a matéria a seguir:

O parque também conta com sistema de drenagem, para que não criem poças em dias de chuva, foram instaladas mais de 2 mil metros de tubulação com diâmetro variável, entre 40 e 80 centímetros. Para facilitar o acesso dos visitantes ao parque, as ruas Vila Ipiranga e Guarani receberam melhorias com asfalto. Pensando em viabilizar a visita das pessoas, foi estruturado um estacionamento na área interna do local com vaga para 117 veículos e 24 ônibus (JORNAL FOLHA DO ALTO VALE, 2009, p. 08).

Ilustração 11 - Parque Harry Hobus



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Vale destacar que o Parque Harry Hobus, desde sua inauguração, tornou-se local de importantes shows regionais e de apresentações locais. Festividades natalinas, de páscoa e em alusão ao aniversário do município passaram também a fazer parte da rotina desse lugar, pois a sua área oportuniza a montagem de palcos e diferentes cenários no local.

Ilustração 12- Parque Harry Hobus



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Tanto a ilustração acima quanto as próximas destacam a importância que o Parque Harry Hobus conquistou, seja na oferta de ampla área recreativa, seja pelo local direcionado ao estacionamento de veículos para os visitantes – que é ainda utilizado em eventos festivos. O Parque consolidou-se como um lugar de referência para a região do Alto Vale do Itajaí.

Durante toda a semana, com destaque para sábados e domingos, o Parque tornou-se destino de inúmeras pessoas, sediando diferentes eventos em datas tradicionais ou não na região, com diversas comemorações e eventos. Evidenciamos que é comum seu uso em atividades múltiplas, esporádicas e casuais, não diferente do acontecido em 27 de setembro de 2015, registrado na Ilustração a seguir:

Ilustração 13 - Parque Harry Hobus

**Domingo no Parque,
ATIVO E SAUDÁVEL**

**27.09.15
16 horas**
Parque Harry Hobus

**Atividades Físicas,
Esportivas, Recreativas,
Fitness de Academia
e de Saúde.**

- Funcional
- Cross Vip
- HIIT
- Jump
- Slackline
- Zumba
- Alongamento
- Recreação Infantil
- Brinquedo inflável
- Cama Elástica
- Esporte Junior
- Avaliação (IMC)
- Orientações Nutricionais
- Aferição da pressão e glicose
- Dicas Nutricionais

3525-4750
Personal
Academia

GOVERNO DE SANTA CATARINA
SDR
RIO DO SUL

Fonte: Esporte Alto Vale, 2015.

Foi com as características próprias e visibilidade que o Parque Harry Hobus conquistou seu público. Nos últimos tempos, tornou-se ainda local de significativos movimentos populares, como lugar de expressão em massa. Momento que elucida esse fato pôde ser afirmado quando o Parque foi palco do movimento regional, “Vem pra rua Alto Vale” e o “Pró Rio do Sul”, inspirados nas manifestações iniciadas em junho de 2013, nas principais cidades brasileiras. Outros movimentos que, seguindo as manifestações nacionais, buscaram barrar o aumento das passagens de transporte público e a corrupção na política brasileira rebateram diretamente em Rio do Sul.

A próxima Ilustração busca ainda reforçar o caráter de unicidade conquistado pelo Parque nesses últimos anos, representando um lugar de visibilidade social, mesmo que esta seja a expressão de uma parcela política e econômica da região.

Ilustração 14 - Parque Harry Hobus



Fonte: Stocker, 2016.

Dessa maneira, o Parque Harry Hobus tem proporcionado, desde o momento de sua inauguração, um lugar de destaque para os mais diferentes cidadãos e, com isso, para a mídia local, haja vista o enfoque que vários jornais dão para esse lugar. Partindo do contexto que antecipou a inauguração do Parque, vários foram os impressos que apresentavam o anseio e a expectativa popular, em muito pelas formas e significados que o mesmo estaria representando no espaço urbano. Para compreender a suntuosidade dessa área pública – nisso salientando que o lugar Parque representa algo inédito, inovador e contemporâneo para o município – apresentamos a Ilustração a seguir.

Ilustração 15 - Parque Harry Hobus



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Exemplo do espaço midiático que tal obra ocupou surge quando observamos que o Parque Harry Hobus, juntamente com a ponte elevada José Thomé, é apresentado no jornal O Riossulense. Na edição do jornal semanário de 26 de outubro a 01 de novembro de 2007 a manchete central do Jornal era a seguinte: “Elevado é meta para 2008”. Tal situação não difere do jornal Folha do Alto Vale, na edição de 24 de dezembro de 2009, momento que, apesar dos atrasos na conclusão das obras, é ressaltada a importância pública da inauguração de ambas as obras:

O prefeito Milton Hobus colocou que a população riossulense necessitava de um amplo local de lazer para a prática de esporte, com área verde. Ele observou que ao idealizar o parque foi pensado no problema enfrentado pelos alunos da UNIDAVI, que têm problemas de estacionamento. “Agora basta atravessar o elevado que estão na universidade”. Hobus destacou que ao idealizar o espaço se pensou na qualidade de vida do cidadão riossulense, e como está bem localizada pode ser aproveitado por todos (JORNAL FOLHA DO ALTO VALE, 2009, p. 08).

O mesmo jornal de circulação regional ainda destacou que as obras do Elevado e do Parque Harry Hobus eram esperadas com grande ansiedade pela população de Rio do Sul e

região. O lugar, esperava-se, modernizaria a cidade e traria uma área ímpar no sentido do lazer público, enquanto a ponte deveria dinamizar o trânsito local.

O Elevado, como a ponte José Thomé ficou conhecida, representou uma importante obra pública. A partir de sua inauguração o trânsito de Rio do Sul foi beneficiado, ligando de forma mais objetiva e direta o centro da cidade com a rodovia nacional (BR-470), principal saída da cidade. É ainda importante enfatizarmos que ela foi construída sobre o Rio Itajaí-Açu – que toma forma e volume no município, após receber as águas do Rio Itajaí do Sul e do Oeste – e representa uma das únicas conexões possíveis com a BR-470 em períodos de alagamentos e enchentes.

Ilustração 16 - Visão panorâmica do Elevado José Thomé, sobre o Parque Harry Hobus



Fonte: Koch, 2009.

O mesmo jornal, O Riossulense, em 16 de janeiro de 2009 apresentou nova edição. Uma das principais notícias destacava para aquele ano a previsão para a inauguração das obras. Em uma extensa matéria sobre essas, salientava novamente a importância que, nos bastidores políticos, sociais e, também, midiáticos, a Praça e o Elevado conquistavam.

Motivo de conversa e curiosidade dos moradores do Alto Vale do Itajaí o elevado, que liga o bairro Canoas a rua Guilherme Cemballa, no bairro Jardim América, deve estar pronto até o mês de junho. A previsão é do proprietário da construtora Engedal, José Ricardo Dal Molin, que se reuniu com o prefeito Milton Hobus na segunda feira, 12. É comum ver a cena de pessoas de diversas idades observando a obra e prevendo a forma que ela vai

tomar com o passar do tempo. [...] O projeto do elevador prevê quatro pistas, ciclovia e área para pedestres. A construção faz parte da reformulação do sistema viário da cidade de Rio do Sul. [...] Além da construção do elevador, uma área utilizada na Vila Ipiranga será adequada para a criação de um Parque Municipal, com área verde, pista de caminhada, ciclismo e que servirá como um ponto de lazer em Rio do Sul (JORNAL O RIOSSULENSE, 2009, p. 02).

Situação semelhante é verificada no jornal Folha do Alto Vale, que também relatou a visibilidade que o projeto e as obras do Elevado e do Parque Harry Hobus conquistavam. Dessa maneira, diferentes matérias acompanhava o processo de construção, bem como relatavam a opinião de entrevistados sobre esse lugar público.

O Folha, na edição de 24 de dezembro de 2009, apresentou entrevistas com diferentes moradores de Rio do Sul que relataram que além de aguardarem ansiosos pela inauguração do Parque, já aprovavam as obras desse e do Elevado. Tais construções e lugares, segundo o jornal e seus entrevistados, deveriam diminuir o congestionamento do trânsito e trazer um novíssimo e moderno lugar de lazer, intitulado popularmente como Parque Público. A mesma reportagem ainda relata que o povo da região estava por ganhar a maior obra de sua história.

Esse Parque era o que faltava para a cidade. A Oscar Barcelos serviu bem para as caminhadas, mas sempre tinha o problema dos ciclistas, dos carros. Aqui não, o lugar é harmonioso, tem natureza e a estrutura física é ótima (JORNAL FOLHA DO ALTO VALE, 2009, p. 08/Entrevista com Ermelinda Lembeck Schneider).

A fala da moradora, apresentada acima, é reforçada pelo sentimento que perpassada outros cidadãos e frequentadores do Parque:

Hoje é a primeira vez que venho olhar o parque. Ficou ótimo. Agora pretendo vir sempre para trazer caminhadas. Seria bom se tivesse algo parecido em outros bairros. Só espero que o povo respeito o lugar (JORNAL FOLHA DO ALTO VALE, 2009, p. 08 / Entrevista com Herculano Jasper).

O Parque Harry Hobus, que adquiriu oficialmente esse nome a partir de sua inauguração, foi noticiado como “um fator verde entre o concreto” e um sinônimo de qualidade de vida, conceito esse que os próprios jornais destacavam no período da inauguração. Vale lembrar que “fator verde entre o concreto” foi um conceito apresentado pelo próprio prefeito em exercício na época, Milton Hobus, conforme anuncia o jornal Folha do Alto Vale:

Milton garante que a maior contrapartida de todas as obras de infraestrutura, é a adaptação do primeiro parque municipal de Rio do Sul. Para isso, 31 mil metros de área verde, localizado na região da Vila Ipiranga, no Bairro

Canoas, estão sendo melhoradas e preservadas, para que seja um verdadeiro local de “lazer e descanso para a comunidade”. Cerca de 1,2 mil árvores devem ser plantadas na região até o final do mês de julho, assim como a colocação de nova grama, asfaltamento de pista de caminhada e ciclismo e estacionamento. [...] “Será um orgulho para o riossulense. Nossa população assim como o cidadão do Alto Vale que terá a opção de entrar em Rio do Sul pelo elevado, verá o novo parque de perto. A dica é vir com tempo, estacionar o carro e curtir o verde e a tranquilidade. Queremos tornar esse local um novo ponto turístico da cidade”, explica o prefeito. Os pilares de sustentação do elevado, que passa sob o terreno selecionado para o parque, vão conter desenhos e gravuras que vão contar a história da colonização alemã e italiana (JORNAL FOLHA DO ALTO VALE, 2009, p. 09).

Nesses fragmentos podemos perceber a visibilidade que a obra adquiria, pois, noticiada em diferentes jornais, o Parque era apresentado como sinônimo do desenvolvimento que a população da cidade e do Alto Vale do Itajaí estava recebendo. O lugar do Parque, aliado às facilidades que o Elevado possibilitaria, constituíram-se em importante material de propaganda apresentada pelo governo municipal na mídia local e regional. Assim, também nessa situação acreditamos haver a intenção de reforçar a disputa e apropriação pela memória coletiva do lugar.

Outro fato relevante foi à presença do próprio governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, no dia da inauguração. O comparecimento do chefe do executivo estadual reforçou a visibilidade e a importância estratégica que essa obra adquirira. O prefeito Milton Hobus, ao lado do então governador do Estado, inaugurou oficialmente o popular Elevado e o Parque Harry Hobus apresentando-os como mais do que instrumentos para o melhoramento e embelezamento da cidade, mas como um importante marco político.

A presença do prefeito municipal na inauguração das obras públicas não é algo atípico, porém a parceria e a presença do Governador no ato de inauguração podem e devem ser entendidas como algo marcante e relevante para a história regional. Historicamente, a presença de tais personalidades em Rio do Sul restringe-se a períodos de campanhas eleitorais ou quando da ocorrência de tragédias ou catástrofes naturais, como a enchente ocorrida no ano de 1983.

Assim, compreendemos que a inauguração do Parque Harry Hobus e do Elevado José Thomé representam claramente uma busca, disputa ou apropriação da memória reatada nos lugares públicos urbanos, haja vista as personalidades de destaque no ato inaugural e os nomes a eles dados. A dinâmica de formar e nomear lugares públicos – sejam ruas, praças ou parques – apresenta uma interessante possibilidade de criar ou de construir, e assim estimular certa memória. E essa memória que se pretende projetar e legar para a posteridade é sempre a de um grupo, como vimos no decorrer desta pesquisa.

Analisando o nome da Ponte José Thomé, nome oficial do Elevado, podemos constatar os caminhos de manipulação que representam a formação da memória coletiva. O cidadão que inspirou o nome foi apresentado com destaque no jornal Folha do Alto Vale, em 12 e 14 de dezembro de 2009. Esse apresentou o seu histórico empreendedor – qualidade associada à realização da obra. Percebemos, através desse simples gesto, homenagem e atitude, objetivos claros presentes nos mais diferentes lugares públicos, ou seja, há determinadas memórias que não devem ou não podem ser esquecidas. Tal obra e seu nome talvez não tomassem destaque no meio regional se – por “coincidência” ou não – o atual prefeito de Rio do Sul não tivesse o mesmo sobrenome.

Nascido em 23 de dezembro de 1932 no município de Rebouças (PR), José Thomé, veio para Santa Catarina, ainda criança para Caçador. Desde a juventude trabalhou nas empresas da família, no ramo madeireiro. Foi por mais de 30 anos caminhoneiro, iniciando a profissão com 18 anos, transportando madeira em todo o Sul do Brasil. Foi quando conheceu a cidade de Rio do Sul. Acreditando que a capital do Alto Vale do Itajaí tinha potencial para abrir seu negócio, em 1960 inovou com a revenda autorizada da marca americana Willys Overland, no ramo de Jeep's, Pick Up's e utilitários. Seu primeiro ponto de comércio foi a rua Coelho Neto, próximo ao Banco do Brasil. Em 1965 a empresa mudou-se para a rua Rui Barbosa em sua sede própria, com estrutura adequada para abrigar o comércio, que já era referência na região. Neste período a marca Willy's Overland havia sido vendida para a marca Ford, seu novo ramo de revenda de veículos. A sua trajetória política iniciou em 1972 quando fez parte da chapa encabeçada por Danilo Lourival Schmidt, que venceu as eleições. Thomé foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1974 colocou seu nome a disposição para concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados. Eleição difícil para um vice-prefeito de uma cidade do interior de Santa Catarina, mas conseguiu se eleger somando mais de 29 mil votos. Concorreu a reeleição da vaga em 1975, onde ficou primeiro suplente do MDB, assumindo 10 meses depois, com a abstenção do então deputado Pedro Ivo Campos. Pautado pela ética, seriedade e compromisso com o povo do Alto Vale, de Santa Catarina e do Brasil, defendeu de maneira destacada a sua comunidade na Câmara dos Deputados, apresentando importantes projetos, visando a melhor qualidade de vida da população. Foi o autor do projeto de lei que unificou os níveis salariais no Brasil, na época era subdividido em três níveis, ficando o Alto Vale do Itajaí com o menor. Também foi de sua autoria o projeto de lei que passou a obrigatoriedade do pagamento do atestado de saúde admissional para fins de emprego para o empregador, onde antes era obrigação do empregado (JORNAL FOLHA DO ALTO VALE, 2009, p. 08).

Apresentado tal histórico, onde José Thomé é mostrado como cidadão de destaque no meio sociopolítico da região do Alto Vale de Itajaí, não seria estranho encontrar o passado falando ao presente, através da projeção de seu nome, de sua memória, sobre o conjunto da população. Nesse sentido, defendemos que quando da eleição de um monumento (no caso aqui trata-se de um nome para o Elevado), ocorre uma disputa, trava-se um embate para

decidir qual ou quais as pessoas ou quais as narrativas que merecem ser lembradas, preservadas e divulgadas. Quem decide as lembranças que devem ser perenizadas são os que, em um determinado momento, estão vinculados ao poder.

De maneira objetiva, destacamos o fato de que o atual prefeito de Rio do Sul, José Eduardo Rothbarth Thomé – vitorioso nas eleições municipais de 2016, representando o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com 47.67% dos votos ou 17.183 votos – é filho de José Thomé, valendo-se não apenas do legado político de seu pai, mas, principalmente, da memória política existente no município e na região.

Porém, voltando às matérias dos jornais, especialmente às que nos ajudam a entender os acontecimentos daquele contexto em relação ao Parque, destacamos novamente o jornal Folha do Alto Vale, agora nas edições de 22 e 23 de dezembro de 2009. Nesse momento, o impresso fala do Parque Harry Hobus como sendo uma das principais atrações de Rio do Sul. Em uma outra edição desse semanário, o jornal apresenta o Parque como um verdadeiro “presente de natal antecipado para toda a população”, novamente dimensionando o destaque que adquiria e a própria mídia fomentava. Contudo, acreditamos que o Parque Harry Hobus não obteria tamanho destaque popular e midiático se o idealizador desse lugar não fosse Milton Hobus. Para compreender melhor essa situação, apresentamos um breve histórico da trajetória do cidadão homenageado que, de um pacato operário e cidadão, teve seu nome perenizado na designação desse lugar público.

Nas atas da Câmara Municipal de Vereadores de Rio do Sul encontramos o processo que justifica o nome do Parque. Ali, através de um resumido *curriculum vitae*, surge o nome de Harry Hobus, filho de Leopoldo Hobus e Alvina Hobus, nascido em 02 de novembro de 1932, em Rio do Sul. Iniciou suas atividades profissionais como agricultor no mesmo município, sendo contratado em 01 de abril de 1950 pela Empresa Irmãos Hubsch, como aprendiz de torneiro mecânico. Em 21 de setembro de 1952 passou a exercer a função de Torneiro até 31 de dezembro de 1962, momento em que obteve outras experiências trabalhistas ligadas a diferentes empresas no território de Santa Catarina. De 08 de janeiro de 1963 até 11 de janeiro de 1964 trabalhou na Fundação Guarani Ltda. em Curitiba, passando depois – de 15 de janeiro de 1964 até 09 de abril do mesmo ano, data de seu falecimento, aos 31 anos de idade – a trabalhar na Eletro Oficina RioSul Ltda. Ainda sobre seu histórico, Harry Hobus casou-se com Irene Nau em 01 de outubro de 1955, e dessa união nasceram três filhos: Margot, Milton e Edson.

Harry Hobus é assim apresentado no projeto de Lei e na ata da Câmara Municipal de Rio do Sul. O mesmo cidadão adquiriu destaque por sua labuta de mais de 10 anos na empresa Hubsch, nome que empregou posteriormente em um time de futebol local.

Conseguindo com o poio da comunidade local, construir um campo de futebol nas terras do Sr. Miher, onde se encontra hoje o loteamento Santa Monica. Constitui-se um time de futebol formado por colegas de trabalho, com o nome de Grêmio Esportivo Hubsch, o qual ficou em atividades por aproximadamente 20 anos, participando dos principais campeonatos regionais (PROCESSO DE LEI, 4.874, 05 junho de 2009 / RIO DO SUL).

Destacamos ainda que dentre os documentos anexados ao processo de nomeação do Parque consta uma cópia da certidão de óbito de Harry Hobus. Assim, em tese, foi lembrado e homenageado na Câmara pelo seu intenso envolvimento com o esporte local.

Partindo desse breve histórico, chegamos ao nome de Milton Hobus, um dos três filhos do cidadão homenageado. Milton, que nas eleições de 2014 foi eleito deputado estadual, tem em sua trajetória política e social longo currículo. Na área social, destacou-se por presidir a Comissão Pró-Construção do Hospital Regional do Alto Vale do Itajaí, presidindo mais tarde a própria instituição de saúde regional. Ainda no social, foi membro do conselho curador da Unidavi, assim como conselheiro da Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul (Acirs). Eleito em 2001 como o “Empresário Social do Ano” no Estado de Santa Catarina, Milton Hobus, tornou-se um nome de destaque no meio social, econômico e político da região do Alto Vale do Itajaí, estando atualmente à frente das empresas Motociclo HB e Royal Ciclo Ltda.

Circundado por certa visibilidade, Milton Hobus disputou as eleições para o poder executivo em Rio do Sul nas eleições de 2004 pelo Partido Progressista (PP), enfrentado Jailson de Lima da Silva, representante do PT. Nessa ocasião o candidato do PT, buscando a reeleição, somou 17.188 votos, representando 49,8% dos sufrágios. Hobus venceu o pleito por pequena margem de votos, conquistando 17.327, representando 50,2% do total de votos válidos. Estava iniciada a carreira política de Milton Hobus. Nas eleições de 2008, agora representando o Partido Democrata (DEM), alcança a reeleição com 29.439 votos – o que representou 80,48% – ao enfrentar o candidato Jorge Goetten de Lima, do Partido Republicano (PR).

Foi através do intenso envolvimento político e social na primeira década do século XXI que Milton Hobus se impôs como um nome ímpar no cenário político. Entre algumas trocas de legenda de partido e disputando consecutivas eleições, seu nome foi associado à sucesso, destaque e vitória. Em janeiro de 2013, assumiu a Secretaria de Estado da Defesa Civil a

convite do Governador Raimundo Colombo, situação que projetou seu nome no âmbito estadual e, conseqüentemente, o levou a concorrer à eleição para Deputado Estadual em 2014. Mais uma vez vitorioso, agora pelo PSD, elegeu-se somando 66.271 votos, sendo o quarto deputado estadual mais votado de Santa Catarina.

Milton Hobus conquistou densidade eleitoral a partir das inúmeras obras públicas apresentadas em seu governo, inclusive as de contenção e prevenção de enchentes, como também o suntuoso Parque Harry Hobus. Mais precisamente, esse foi inaugurado no seu último mandato como prefeito municipal, sob a legenda do DEM, reforçando seu legado político e firmando certa representatividade regional.

Acreditamos que a construção e a disponibilização para a população Rio do Sul e região de várias obras públicas colaborou para que o eleitor identificasse Hobus como um bom gestor, um “tocador” de obras e um político identificado com o desenvolvimento da região. No que diz respeito a esse estudo, a inauguração do Parque também proporcionou um espaço de diversão, lazer e embelezamento no meio urbano da cidade. Ressaltamos que se constituiu, assim, em uma tentativa de formar e projetar uma imagem, de criar uma certa memória coletiva do lugar. Isso se deu de duas formas. Primeiro, ao evidenciar a memória da própria família Hobus, na figura do pai de Milton. Segundo, ao vincular na memória de parcela significativa da população o nome de Milton Hobus com a ideia de modernidade, de progresso.

A partir da nomeação e inauguração de lugares públicos, observamos que a memória coletiva está sendo ambicionada em uma clara disputa de interesses, objetivando a formação dos conhecidos lugares de memória, representados por símbolos – nomes, bustos, placas e monumentos. Apenas como exemplo, lembramos o estudo de Costa (2003) que, debatendo a sociedade e memória no cotidiano de Joinville, município catarinense com semelhanças históricas e étnicas a de Rio do Sul, destaca:

Joinville recebeu catarinenses de vários lugares, paranaenses, gaúchos, paulistas, mineiros etc., de braços abertos. No entanto passados já algumas décadas do nosso “boom” econômico, continuamos enaltecendo os imigrantes do séc. XIX e mal lembrando dos muitos que têm contribuído para fazer de Joinville a “Manchester Catarinense” (COSTA, 2003, p. 68).

Ao se enaltecer ou destacar certa cultura, etnia ou grupo político, muitas vezes ficam mascaradas e veladas em nomes, placas, bustos e monumentos de lugares públicos outros atores sociais que igualmente deram sua contribuição para o desenvolvimento do território. Referimo-nos à ausência quase total de nomes femininos, de indígenas, de negros ou de

caboclos em logradouros públicos de Rio do Sul, como se estes não fossem cidadãos presentes, ou dignos de serem lembrados. Um fato que elucida essa complexa questão pode ser percebido nos mosaicos laterais presentes no Elevado José Thomé onde, apesar da busca pela representação de diferentes expressões culturais, étnicas e sociais, destaca-se a memória alemã e italiana e seu legado cultural.

Ilustração 17 - Elevado José Thomé com destaque para mosaicos na parte lateral, acima do Parque Harry Hobus



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Buscando firmar ou negar os pressupostos de que a disputa pela memória se faz valer em diferentes lugares públicos, criamos algumas perguntas centrais para compreender visões, ambições ou simples percepções sobre determinados lugares públicos e urbanos em Rio do Sul. Sobre o Parque, procuramos, primeiramente, através de *e-mails* e telefonemas, marcar uma entrevista com o atual deputado estadual Milton Hobus, o que não foi possível. Apesar da demora para responder *e-mails*, mediados pela sua própria filha, Karina Hobus, essa nos remeteu ao secretário adjunto de seu antigo governo municipal, André Marcon, afirmando que seria a pessoa mais apropriada para responder perguntas referentes à construção do Parque

Harry Hobus. Fomos ainda informados por Karina que esse teria participado direta e ativamente da implantação e construção das diferentes etapas desse lugar.

Não temos dúvidas de que a entrevista com Milton Hobus teria sido de fundamental importância para a pesquisa, pois, tendo sido prefeito na época da inauguração do Parque Harry Hobus, poderia nos esclarecer detalhes, percepções e desafios que esse processo configurou. Já com André Marcon conseguimos marcar uma entrevista para o mês de dezembro de 2016, quando nos atendeu prontamente e relatou de imediato que a ideia de construir um Parque surgiu a partir de algumas percepções do então prefeito.

Sendo André Marcon, na época, secretário adjunto de planejamento urbano de Rio do Sul, participou de inúmeras fases da construção, estando envolvido diretamente com todo o processo. Ou seja, esteve envolvido desde o momento da terraplanagem, da pavimentação asfáltica, do plantio das árvores e do desafiante plantio da grama – dado ao fato de a inauguração ter acontecido nos meses do verão. Curiosidades a parte, destacadas pelo entrevistado, ele explica que nos meses que antecederam a inauguração do Parque houve verdadeiros debates e criaram-se estratégias para controlar o número de capivaras presentes no local. A solução mais viável, na época, pareceu cercar o lugar para que os animais se adaptassem com a presença da população.

Contudo, a primeira iniciativa para a construção de um Parque se deu a partir da ideia de reaproveitar e utilizar uma área de propriedade do município que havia ficado abandonada às margens do Rio Itajaí-Açu. Quando nos referimos a uma área sem utilidade, falamos de um espalho de suscetíveis alagamentos, que agora se tornava canteiro de obras da ponte elevada José Thomé, facilitando as comunicações de Rio do Sul com a BR-470.

[...] Milton, que já tinha visto em vários lugares do mundo, e em Rio do Sul, uma cidade extremamente carente em Praças e Parques e espaços públicos, [...] a ideia não era de uma Praça, mas sim de um Parque, uma área mais arborizada [...] houve a inauguração do Elevado, aí fomos para baixo, se dedicar ao Parque, antigo canteiro de obras da ponte Elevada (MARCON, 2016).

Com cunho visionário ou, como referido por Marcon (2016), sendo um prefeito “divisor de águas” no que se trata de lugares públicos, Milton Hobus foi um político que, a partir de determinados projetos e obras, demonstrou sua preocupação e atenção às áreas de uso comum. Entretanto, pensava para além da criação de Praças, focando em um Parque, um lugar mais “completo” e diferenciado.

Curioso em compreender o porquê do nome do Parque, não encontramos em Marcon (2016) respostas diferenciadas daquelas verificadas nos documentos e Projetos de Lei apresentados na Câmara de Vereadores de Rio do Sul.

A Câmara de Vereadores quis homenagear o pai dele [de Milton Hobus]. Ele, até, na época, ficou um pouco constrangido, achou um pouco de culto à personalidade dele [...] gozando de uma alta popularidade e fazendo um trabalho excepcional, os vereadores, apesar de serem uma bancada dividida, [...] quiseram homenagear ele (MARCON, 2016).

Harry Hobus, cidadão falecido, pai do prefeito Milton Hobus, foi lembrado pelos vereadores da época como um ilustre cidadão de Rio do Sul e, portanto, um homenageado digno. Ressaltamos ainda que na proibição de nomear bem público com o próprio nome, os políticos, muitas vezes, creditam nomes de seus familiares nos mais diferentes espaços públicos, em uma possível estratégia de se tornarem “imortais”, fazendo um culto indireto a sua própria personalidade.

É possível que tenhamos encontrado no Parque, entre outros lugares públicos, as artimanhas políticas e constitucionais da legislação brasileira, posto que a Lei nº 12.781, de 10 de janeiro de 2013 (BRASIL, 2013), em seu artigo primeiro, proíbe em todo o território nacional a atribuição de nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.

Essa legislação faz pensar na realidade do Parque Harry Hobus – não pretendendo descaracterizar o legado administrativo e político do antigo prefeito, muito menos colocar em xeque a vida do cidadão Harry Hobus – posto que percebemos com clareza a importância da nomeação de determinados espaços públicos para diferentes autoridades. Contudo, os lugares públicos em Rio do Sul ainda são escassos, seja na quantidade ou na qualidade em que são ofertados à população local. Segundo as palavras de Marcon (2016), a ideia, após a inauguração do Parque, era replicar esse modelo de empreendimento. Apesar do cunho visionário atribuído ao antigo prefeito Milton Hobus, Marcon (2016) admite a necessidade de ampliação e preservação dos lugares já existentes.

A afirmação a seguir adquire relevância quando pensamos na conservação de alguns lugares em detrimento de outros. Cuidar dos lugares públicos é, segundo André Marcon (2016), um dever, além de uma necessidade cidadã. Isso para que as áreas de uso comum não sejam totalmente privatizadas ou transformadas em centros comerciais, lógica percebida em Rio do Sul.

Os lugares públicos são pouco valorizados [...] a necessidade de se construir praças é cada vez maior [...]. Temos poucos espaços públicos em Rio do Sul e cuidamos muito mal destes espaços, os quais cuidados de forma errada, confundem o que é público e privado (MARCON, 2016).

A oportunidade de entrevistar André Marcon, secretário adjunto do planejamento urbano de Rio do Sul na época da construção do Parque Harry Hobus (2009), veio instigar o pensamento sobre esse tipo de obra na cidade. Pensada a necessidade de obras semelhantes para a qualidade de vida, destacando o interesse político a que esses lugares remontam na sociedade contemporânea, compreendemos que o Parque representou uma importante obra para o município e a região.

4.3 A Praça do Trabalhador, o Parque Harry Hobus e a disputa pela memória coletiva dos lugares

A Praça do Trabalhador e o Parque Harry Hobus representam dois importantes lugares de memória que, apesar de representarem espaços democráticos e de lazer, foram materializados a partir de diferentes projetos ideológicos. A partir das placas inaugurais existentes na Praça do Trabalhador, no monumento representando uma bicicleta e na ciclovia, constatamos que tudo indicava haver ali uma disputa sub-reptícia envolvendo o lugar. Defendemos que nesses lugares públicos buscava-se, muito mais que um personagem, destacar um partido, uma ideologia política, um tipo de administração e uma forma de governar dito popular. Entendemos que a Praça do Trabalhador, além de ser pensada e planejada para os cidadãos de Rio do Sul, buscava, igualmente, formar e enaltecer uma memória coletiva na população regional. Essa memória que se pretendia perenizar tinha como mote os trabalhadores. Nesse sentido, a Praça e a ciclovia procuravam dar vez a um ente coletivo. Por tabela, ficaria na memória coletiva a Administração Popular, capitaneada pelo PT e pelo prefeito Jailson de Lima. Como já assinalado anteriormente, quem decide as lembranças que devem ser perenizadas são os que, em um determinado momento, estão vinculados ao poder. Recém alçado ao poder, o PT diferia da elite política que governara o município até então. Não teria sentido homenagear alguém comprometido ideologicamente com essa elite política. Assim, poderia homenagear um personagem popular ou um grupo. Resolveu identificar o lugar com o grupo com o qual se identifica e que lhe empresta o nome.

Dessa maneira, pode-se compreender a Praça do Trabalhador a partir de várias nuances, onde a questão política e ideológica está presente e fica, inclusive, evidente. Isso não difere

muito das Praças analisadas por Pacheco (2007), no oeste paranaense, as quais, também representando diferentes intencionalidades, firmam o que acreditamos serem lugares de memória. Partindo de uma análise de disputa pela memória coletiva dos lugares, compreendemos claramente que a Praça do Trabalhador deseja evocar o trabalhador, e por tabela, o Partido dos Trabalhadores. Imortalizou nas placas inaugurais o nome do seu líder maior, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Concluimos, assim, que a Praça do Trabalhador é um clássico lugar de memória. Já no que se refere à lei municipal que debateu a criação desse espaço, em 2004, apresentou-se como principal justificativa para sua criação e nomeação a necessidade de “homenagear todos os trabalhadores de Rio do Sul”. Antes de ser uma Praça pública, lugar de convivência e sociabilidade, foi pensada com a intenção de materializar, de promover, de valorizar e de perenizar um projeto político, uma administração política e seu partido.

Essas conclusões, baseadas nas possíveis intenções implícitas na construção da Praça do Trabalhador, não são em todo diferentes das encontradas em outro importante espaço público de Rio do Sul. Falamos do Parque Harry Hobus, único Parque público do município. Esse representa, a partir de nossos estudos, outro lugar onde a tentativa de perenizar uma determinada memória foi colocada.

Percebemos que desde sua criação, o Parque Harry Hobus focou atenção nos quesitos lazer e conforto urbano. Isso ficou evidente a partir do amplo espaço recreativo de que foi dotado. Porém, não diferente da Praça do Trabalhador – ou ainda de outros lugares públicos contemporâneos do Brasil – o Parque Harry Hobus também é um lugar eivado de simbologias. Trata-se de um lugar de memória que é constantemente afirmado e reafirmado pelas administrações que governam o município a partir do ano de 2005. Enquanto isso, a Praça do Trabalhador caiu no esquecimento. E o descaso das administrações atuais por esse lugar público não é uma mera coincidência.

O espaço que homenageia o cidadão rio-sulense Harry Hobus é um lugar de memória que homenageia o pai de um dos deputados mais votados em Santa Catarina, Milton Hobus. Essa situação é um pouco diferente da Praça do Trabalhador. Enquanto esta buscava fortalecer e homenagear a memória de um grupo político, aquele materializou-se na tentativa de valorizar a memória de uma família e de um político em específico.

A partir dessa reflexão, afirmamos outra diferença entre esses dois lugares, vinculada à questão da preservação, manutenção, continuidades e descontinuidades de cada lugar público. Edificados em momentos distintos da política municipal, afirmam, através de certas memórias, investimentos e valorizações diferentes.

Assim, além da memória coletiva do município de Rio do Sul estar apresentada em nome de ruas, avenidas e em outros lugares públicos, acreditamos que é na Praça do Trabalhador e no Parque Harry Hobus que a disputa pela memória coletiva fica evidenciada. Destacamos ainda que no campo da memória em Rio do Sul percebemos constantemente a opção de homenagear e “resgatar” a história de forma que ela esteja ao benefício dos indivíduos que ocupam o poder político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das análises e reflexões propostas e apresentadas nessa pesquisa, traçamos algumas considerações acerca dos espaços públicos conhecidos como Praças e Parques no Brasil. Primeiramente, apesar das singularidades conceituais e históricas, percebemos que as funcionalidades de ambos os lugares são semelhantes, estando voltados tanto para o embelezamento quanto para a oferta de melhorias à qualidade de vida – as máximas presentes na própria concepção de lugares públicos.

No último século, esses lugares passaram a representar importantes símbolos de desenvolvimento principalmente no que tange as áreas urbanas, pois, possibilitando um lugar de sociabilidade, desempenharam papel ímpar nos mais diferentes municípios. Essa situação, não diferente da encontrada no município de Rio do Sul, pode ser atestada a partir da Praça do Trabalhador e do Parque Harry Hobus. Esses lugares públicos, no decorrer da história, vieram remodelar o espaço urbano, formando os lugares de memória. Esse município, que conquistou significativo desenvolvimento regional ao longo do século passado, materializou determinada memória, em muitos momentos redimensionada ou, de fato, transformada, buscando atender interesses específicos de determinados grupos políticos.

Acreditamos – e percebemos ao longo desta dissertação – que, para um completo e verdadeiro desenvolvimento urbano, as Praças e os Parques públicos representam importantes lugares, destacando-se nas manifestações públicas, nas atividades de lazer e de convivência. São até mesmo lugares onde a memória é formada e disputada.

Através de extensa bibliografia analisada e no caminho investigativo da análise proposta, que teve a memória coletiva e os lugares de memória como arcabouço, pudemos verificar alguns sentidos atribuídos à Praça do Trabalhador e o Parque Harry Hobus no espaço urbano de Rio do Sul. Foi através da pesquisa empírica, com o levantamento e as análises de fontes documentais e entrevistas, juntamente com as reflexões teóricas, que nos foi possível perceber melhor os lugares públicos. Perceber que as Praças e Parques guardam e possibilitam outras interpretações e funções, destacando-se, em nossa ótica, a de guarda de uma memória, foi uma interessante possibilidade intentada nessa dissertação.

Identificamos no propósito dos dois lugares públicos a clara intenção de demarcar lugares de memória, além de criar um lugar de lazer e de entretenimento para a população da cidade de Rio do Sul. Assim, vale destacar a importância que os monumentos assumem, pois reforçam as intencionalidades e práticas que buscam criar determinada uniformidade da memória coletiva. Representados por bustos, estátuas e placas, além da sua própria

designação, buscam, de fato, apresentar uma imagem positiva, fomentar uma memória e uma identidade específicas, beneficiando os grupos que detêm o poder político em um determinado momento para a materialização dessas obras. Fica evidente na análise das placas e dos monumentos existentes nos dois logradouros públicos que há sentidos e simbologias impregnados neles.

A Praça do Trabalhador e o Parque Harry Hobus carregam simbologias e memórias. Como destacado por Halbwachs (2004), as memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é “memorável”, e também como será lembrado.

Ao analisarmos os lugares públicos urbanos de Rio do Sul percebemos que, de uma maneira geral, eles reafirmam o poder simbólico de grupos que detiveram poder econômico e/ou político na cidade. Os lugares públicos e os monumentos conferem pouca visibilidade aos trabalhadores da indústria, do comércio e da prestação de serviços, aos pequenos proprietários e de outros grupos que também participaram do processo da formação sócio-histórica do município.

Os Parques públicos não se diferenciam das Praças no que cabem às intenções ou processos de construção que os materializam, como pode ser observado nos exemplos rio-sulenses trazidos nessa dissertação. O Parque Hobus – que trouxe para o município e região um importante lugar social, auxiliando o desenvolvimento urbano – caracteriza-se ainda por outras questões. Apesar de sua importância para os mais diferentes cidadãos, é caracterizado por uma disputa constante pela memória. Novamente, não diferente de várias Praças, os Parques públicos guardam em seus próprios nomes, locais de construção e monumentos determinada memória.

Nesse sentido, cabe lembrar Jacques Le Goff (1996). O historiador francês adverte que a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. Em decorrência, a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objetivo de poder.

A memória coletiva e os lugares de memória são, dessa forma, um importante componente presente na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhor da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam o poder em determinada instância. Os esquecimentos e os silêncios

sobre determinados lugares, sobre determinados fatos e sobre determinados personagens são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Já afirmamos e reiteramos que tanto as Praças quanto os Parques são importantes lugares para o desenvolvimento urbano, porém destacamos que, quando materializados com objetivos particulares – onde a memória está em jogo –, descaracterizam-se suas reais funções. Na atualidade, são criados para nos remeter a um passado específico, uma memória estimulada e celebrada, valorizando determinados grupos e complicando, com isso, o direito de certos cidadãos de acessar esses lugares.

Assim, encontramos sobre as Praças e Parques uma verdadeira contradição, pois, devendo atender ao desenvolvimento e à qualidade de vida no espaço urbano, são construídos, muitas vezes, para atender aos interesses de determinado grupo e para reforçar específicas memórias. Nisso, diferentes contradições foram identificadas nos lugares da Praça e Parque, pois enquanto lugares públicos, devem ser mantidos, cuidados e preservados pelo poder público – o que não acontece quando se busca a descontinuidade da memória ali expressa.

Conscientes dessas contradições, da importância e das transformações históricas que passaram, acreditamos que os assuntos referentes aos lugares públicos não devem se findar. As Praças e Parques, entre outros, carecem de novas abordagens, análises e estudos, pois, enquanto lugares de sociabilidade, podem e devem suscitar novas interpretações, relacionando os mais diversos conceitos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Camila. Estudo Prático. O que foi o tratado de Tordesilhas? 2016. Disponível em: <http://www.estudopratico.com.br/o-que-foi-o-tratado-de-tordesilhas/>. Acesso em: 14 mar. 2017.
- AMAVI – Associação dos municípios do Alto Vale do Itajaí. Rio do Sul. 2010. Disponível em: <http://www.amavi.org.br/perfil&municipio=421480>. Acesso em: 28 ago. 2016.
- BOVO, Marcos C. *Áreas Verdes Urbanas, Imagem e Uso: Um Estudo Geográfico Sobre a Cidade de Maringá – PR*. Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Tecnologia – Presidente Prudente Programa de Pós – Graduação Em Geografia Área de Concentração: Produção Do Espaço Geográfico. Presidente Prudente, 2009.
- BORGES, Evaldo do Nascimento. *As praças públicas no centro de Ilheus – BA: usos, funções e conflitos sociais*. 2011. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia – Análise Ambiental e Dinâmica Territorial) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2011.
- BREFE, Ana Cláudia. Pierre Nora, ou o historiador da memória. *História Social*, Campinas, SP, n. 6, 1999, p. 13-33. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/363/314>. Acesso em: 25 maio 2017
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1987.
- CALDEIRA, Júnia Marques. A praça colonial brasileira. *Universitas: Arquitetura e comunicação social*, Brasília, DF, v. 07, n. 01, p. 19-39, 2010.
- CANALLE, Sérgio. *Monumentos de Rio do Sul*. Entrevistador: Jardel Gores. 12 fev. 2017. 1 arquivo de áudio (23 Minutos). Entrevista concedida à pesquisa Lugares de memória em disputa: uma análise a partir de praças e parques em Rio do Sul – SC.
- CANALLE, Sérgio. *O ferro em suas formas e figuras*. Rio do Sul: Nova Era, 2016.
- CARDOSO, Alfredo. Blumenau em Cadernos. Blumenau. s/d. Prefeitura municipal de Blumenau.
- CAVALCANTI, Flavio R. Ferrovias do Brasil 1970. Rede Ferroviária Federal Sistema Regional Sul 14ª Divisão: Santa Catarina. 2016. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1970rffsa14santaCatarina.shtml>. Acesso em: 26 fev. 2017.
- CASTRO, Nils. Che, y el Modo Contemporáneo de Amar, *Casa de las Américas*, n. 58, 1970.
- CIBILS FOTOJORNALISMO. *Panorâmio*. 12 nov. 2007. Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/5857730#>. Acesso em: 01 mar. 2017

COLAÇO, Thaís Luzia. KLANOVICZ, J. Urbanização. In: KLUG, J; DIRKSEN, V. (org.) *Rio do Sul: uma história*. Florianópolis: UFSC, 1999.

CORREA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

COSTA, Marli de Oliveira. As identidades e os monumentos: a experiência de Criciúma. In: RAMPINELLI, Waldir José. *História e Poder*. Florianópolis: Insular, 2003.

COSTA, Sandro da Silveira. *Santa Catarina: história, geografia, meio ambiente, turismo e atualidades*. Florianópolis: Postmix, 2011.

CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas: espaço construído no início da República. In: WEIMER, Gunter (org.). *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

CUNHA, Roseli da. *Colonização de José Boiteux*. Itajaí: Univali, 2003.

DAGNONI, C.; WARTHA, R. *Rio do Sul em Imagens: da colonização à emancipação político-administrativa – 1892-1931*. Rio do Sul: News Print, 2011.

ESPORTE ALTO VALE. *Domingo especial no Parque Harry Hobus em Rio do Sul*. 2015. Disponível em:

<http://www.esportealtovale.com.br/?pg=noticia&cod=6765&destaque=domingo-especial-no-parque-harry-hobus-em-rio-do-sul>. Acesso em: 27 mar. 2017.

ESTAÇÃO PORÃO. Passagem do trem em Rio do Sul/SC na década de 30. 2012. Disponível em: <http://estacaoporaoblogspot.com.br/2012_03_01_archive.html>. Acesso em: 01 mar. 2017.

FERREIRA, Jurandyr Pires (editor). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959.

FOLHA DO ALTO VALE. *Área do Parque em fase de adaptação* Rio do Sul, 12-14 set. 2008

_____. *Parque já é uma atração riossulense*. Rio do Sul, 22-23 dez. 2009.

FRAGA, Nilson Cesar. *Vale das Águas Revoltas – relação sociedade, natureza e políticas públicas anti-enchentes no Vale do Itajaí, SC no século XX*. Indaial, SC: Asselvi, 2005.

FROTA, Karla Patrícia Palmeira. Representação e memória ao ar livre: A Praça da Saudade em Manaus/AM. *Textos e Debates*, Boa Vista, n.18, p. 251-268, jan./jun.2010.

FROTSCHER, Méri. Mãos que esculpem a memória no espaço urbano: investimentos em monumentos em Blumenau na primeira metade do século XX. In: RAMPINELLI, Waldir José. (org.) *História e Poder*. Florianópolis: Insular, 2003.

GERTZ, René. *O fascínio no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GOBBI, Leonardo Delfim. Urbanização Brasileira. Disponível em: <http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-brasileira.html> Acesso em: 26 mai. 2017.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Hitoriae*, Rio Grande, n. 3, v. 3, p. 27-46, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. Como escrever a história da França?. *Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, Porto Alegre, n. 07, p. 7-28, jul. 1997.

HENKELS, Luiz Carlos; HABITZREUTER, R. R. A Estrada de Ferro Santa Catarina – EFSC. 1909 – 2009. Publicação executada com recursos do Consórcio Empresarial Salto Pilão. Santa Catarina, 2009.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOERHANN, R. C. L. S.; TOMASINI, D. Transportes e comunicações. In: KLUG, J.; DIRKSEIN, V. (org.) *Rio do Sul: uma história*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IANNI, Octávio. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 de nov. 2016.

KLUG, João. *Rio do Sul: uma história*. Florianópolis: Editora da Ufsc, 1999.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. In: GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, N 24, pp. 109 – 123, 2008. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Gloria/1s2017/LENCIONI-Regiao_e_geografia.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2017.

LIMA, Ilza Carla Favaro. Parque Saint-Hilaire de Porto Alegre: um “lugar de memória”? In: X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o nacional e o regional, *Anais*. Santa Maria, UFSM; UNIFRA, 2010. Disponível em: <<http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

LOLLA, Beatriz Pellizzetti. *Memórias de um italiano na Revolução de 30 em Santa Catarina*. Blumenau: FURB, 1997.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. *Parques Urbanos no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

- MARCON, André. *A construção do Parque Municipal*. Entrevistador: Jardel Gores. 09 dez. 2016. 1 arquivo de áudio (26 Minutos). Entrevista concedida à pesquisa Lugares de memória em disputa: uma análise a partir de praças e parques em Rio do Sul – SC.
- MARX, Murilo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.
- NOVA ERA. *Inaugurada a Ciclovía do Trabalhador*. Rio do Sul, 13 maio 2004.
- O RIOSSULENSE. *Conclusão do Elevado já tem previsão*. Rio do Sul, 23 dez. 2008.
- PACHECO, C. et al. Lugares de memória no oeste paranaense: monumentos públicos, memórias e praças. *Akrópolis*, Umuarama, v.15, n 4, p. 229 – 246, out/dez. 2007.
- PELLIZZETTI, Beatriz. *Um Banco de Imigrantes em Santa Catarina*. Blumenau: Gráfica 43 e com. Fundação Casa Dr. Blumenau, 1985.
- POLEZA, Maristela M. *Morfologia Urbana de Rio do Sul*. 1992. Monografia (Curso de Arquitetura). Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 23ª edição, 1994
- RAMPINELLI, Waldir José. *História e Poder*. Florianópolis: Insular, 2003.
- RICHTER, Klaus. *A sociedade Colonizadora Hanseática de 1987 e a Colonização no interior de Joinville e Blumenau*. Blumenau: Furb, 1992.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- RIO DO SUL. Lei n 024/04, de 06 de abril de 2004. Câmara Municipal de vereadores de Rio do Sul. Disponível no arquivo da Assembleia Legislativa de Rio do Sul SC. Institui o nome da Ciclovía do Trabalhador.
- ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hicitec, 1997.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2004.

_____. *Nova história de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1977.

SAUL, Marcos Venícius de Almeida. Emancipação e evolução política-administrativa. In: KLUG, J.; DIRKSEIN, V. (Org.) *Rio do Sul: uma história*. Florianópolis: UFSC, 1999.

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M. Halbwegs: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, São Paulo, 4 (1/2), p. 285-298, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAES, Fernando. *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v.3.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n° 77, out. 2011.

SILVA, J. Ferreira. *História de Blumenau*. 2 ed. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988.

SILVA, Jailson Lima da. *A Praça do Trabalhador*. Entrevistador: Jardel Gores. 12 dez. 2016. 1 arquivo de áudio (30 Minutos). Entrevista concedida à pesquisa Lugares de memória em disputa: uma análise a partir de praças e parques em Rio do Sul – SC.

SOUZA, Evandro André de. *A Ilha de Santa Catarina no século das navegações*. Florianópolis: Insular, 2013.

STOCKER, Xico. Manifestação atrai milhares de pessoas em Rio do Sul. 14 mar. 2016. Disponível em: <http://tvimagemnet.com.br/noticias/manifestacao-atrai-milhares-de-pessoas-em-rio-do-sul>. Acesso em: 27 mar. 2017.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS. *Rio do Sul*. Rio do Sul, 06 set. 1956.

UCZAI, P.; MARCON, T. O fazer-se da cidade de Chapecó: disputas pelas memórias de ruas, praças e Bairros. In: RAMPINELLI, Waldir José. *História e Poder*. Florianópolis: Insular, 2003.

VOGT, Olgário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção. *Métis: história & cultura*, v. 7, n. 13, p. 13-31, jan./jun. 2008.

WHATELY, Marussia. *Parques urbanos municipais de São Paulo: subsídios para a gestão*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

ZANELLA, Fiorelo. *Das Clareiras da Barra do Taió: um registro da oralidade histórica*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

ANEXOS